

FERNANDO RAPHAEL FERRO DE LIMA

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA FRONTEIRA FOZ  
DO IGUAÇU/BR - CIUDAD DEL ESTE/PY**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho.

CURITIBA  
2011



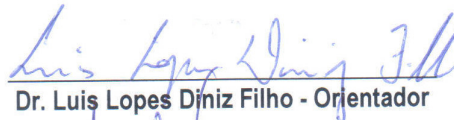
**PARECER**

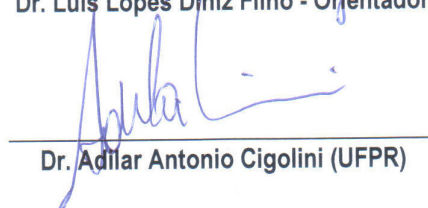
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Tese de Doutorado, apresentada pela candidata **FERNANDO RAPHAEL FERRO DE LIMA** intitulada “**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA FRONTEIRA FOZ DO IGUAÇU/BR: CIUDAD DEL ESTE/PY**”, para obtenção do grau de Doutor em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüida a candidata são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Tese.

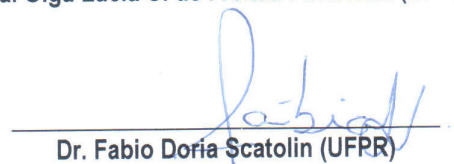
Curitiba, 11 de março de 2011.

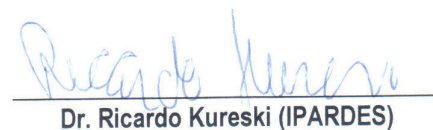
Nome e Assinatura da Banca Examinadora:

  
Dr. Luis Lopes Diniz Filho - Orientador

  
Dr. Adilar Antonio Cigolini (UFPR)

  
Dra. Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski (UFPR)

  
Dr. Fabio Doria Scatolin (UFPR)

  
Dr. Ricardo Kureski (IPARDES)

À minha filha, minha mãe, minha esposa e meus amigos.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda de muitos amigos e colegas com quem tive contato ao longo dos últimos cinco anos. Aos colegas de trabalho do Ipardes, professores da Universidade Federal do Paraná e funcionários das diversas bibliotecas, agências e órgãos de governo que estiveram dispostos a me ajudar, devo agradecimentos.

De alguns, porém, a ajuda foi decisiva, e sem eles o trabalho não teria sido realizado. Agradeço de modo especial a Louise Nazareno Ronconi e Angelita Bazzoti, ambas sociólogas do Ipardes, que me acompanharam na realização da pesquisa de campo em Foz do Iguaçu, auxiliando-me no trabalho exaustivo de aplicar mais de 100 questionários por dia nos três dias de pesquisa. Agradeço também a Paulo Roberto Delgado, sociólogo do Ipardes, que me apresentou a base dos microdados do Censo Demográfico de 2000. A estatística Sachiko Araki Lira, professora da UFPR e pesquisadora do Ipardes, que me auxiliou a definir o tamanho da amostra e também me indicou a melhor maneira de analisar os resultados da pesquisa de campo.

Um agradecimento especial a Maria Lucia de Paula Urban, que no início deste trabalho era diretora de pesquisa do Ipardes e, ao término, presidente da instituição. Desde o início me apoiou, começando pela carta de recomendação, no ano de 2006, até o suporte dado para a realização da pesquisa de campo e depois na obtenção da licença temporária para a redação dos últimos capítulos. Também devo agradecer a Gracia Maria Viecelli Besen, diretora de pesquisa do Ipardes, que também me auxiliou e incentivou no processo.

Não posso deixar de lembrar meu amigo Agemir de Carvalho Dias, sociólogo do Ipardes e professor da Faculdade Evangélica, que desde nosso primeiro contato em 2006, me estimulou a levar a diante o projeto de realização do doutorado, e sempre contribuiu com críticas estimulantes.

Também agradeço aos meus colegas de trabalho, os economistas Ricardo Kureski, praticamente um co-orientador no trabalho, Gilson Volaco, Gilmar Mendes Lourenço e Julio Takeshi Suzuki Junior. Especialmente ao meu orientador, Luis Lopes Diniz Filho, que sempre esteve presente com críticas e

recomendações, além da paciência em ler os textos, comentá-los e sugerir modificações.

Devo agradecer também de modo especial à minha esposa, Indiara Barbosa Custódio, que me auxiliou na tabulação dos dados de campo, me ensinando, com sua experiência em pesquisas com questionários, como tabular a pesquisa de modo a facilitar a retirada das frequências. Além disso, o companheirismo que sempre me estimulou a continuar, mesmo nos momentos mais difíceis.

Sem a presença de todas estas pessoas, não seria possível a materialização deste projeto. Todas as imperfeições presentes, contudo, são de responsabilidade exclusiva do autor, que, mesmo contando com tão valiosa equipe de apoio, não pode deixar de errar. Mas acredito que o erro é etapa necessária para o aprendizado, e espero que este trabalho possa trazer alguma contribuição, dentro de seus limites e possibilidades, elucidando as questões às quais se propôs a responder.

**SUMÁRIO**

AGRADECIMENTOS.....	4
SUMÁRIO.....	6
LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	9
LISTA DE SIGLAS.....	10
RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	19
2 A ECONOMIA MUNDIAL E A PROBLEMÁTICA URBANO-REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA.....	40
3 A TRÍPLICE FRONTEIRA COMO UMA REGIÃO.....	75
3.1 RELAÇÃO ECONÔMICA BRASIL-PARAGUAI.....	76
4 TRAJETÓRIAS ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS.....	91
5 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DE FOZ DO IGUAÇU EM CIUDAD DEL ESTE.....	124
CONCLUSÃO.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO.....	160
ANEXO 2 – TABELAS COM FREQUÊNCIA DOS QUESTIONÁRIOS.....	162

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 - POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA TRÍPLICE FRONTEIRA - 1970/2000 .....	37
TABELA 1.2 - TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS MUNICÍPIOS DA TRÍPLICE FRONTEIRA POR PERÍODO - 1970-2000 .....	38
TABELA 3.1 - CARACTERÍSTICAS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - 1996/2008 (US\$ FOB).....	77
TABELA 3.2 - PERFIL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS AO PARAGUAI - 1996.....	79
TABELA 3.3 - PERFIL DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DO PARAGUAI - 1996 .....	79
TABELA 3.4 - PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS AO PARAGUAI - 2009 .....	80
TABELA 3.5 - PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO PARAGUAI PARA O BRASIL - 2009 .....	81
TABELA 3.6 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASIL-PARAGUAI E PARANÁ-PARAGUAI - 1996/2008.....	82
TABELA 3.7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES PARA O PARAGUAI - 2008.....	82
TABELA 3.8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES ORIUNDAS DO PARAGUAI - 2008 .....	83
TABELA 3.9 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO PARAGUAI - 1996 (mil US\$) .....	86
TABELA 3.10 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO PARAGUAI - 2008 .....	87
TABELA 3.11 - TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO MÉDIO - BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS .....	90
TABELA 4.1- TAXA DE URBANIZAÇÃO DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL - 1940-2010 .....	93
TABELA 4.2 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES SEGUNDO CLASSES DE POPULAÇÃO - 1940-2010.....	94
TABELA 4.3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE SEGUNDO CLASSES DE MUNICÍPIOS - 1940-2010 .....	95
TABELA 4.4 - POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE NOS 20 MAIORES MUNICÍPIOS PARANAENSES EM 2010.....	99
QUADRO 4.5 - ESTRUTURA DO PIB MUNICIPAL .....	101
TABELA 4.6 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA E VA <i>PER CAPITA</i> - 2008.....	108
TABELA 4.7 - ESTRUTURA DA OCUPAÇÃO POR SETOR INSTITUCIONAL.....	110
TABELA 4.8 - GRAU DE FORMALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO - 2000/2009.....	111
TABELA 4.9 - PERFIL DEMOGRÁFICO DO PARAGUAI POR DEPARTAMENTOS - 2002.....	119
TABELA 4.10 - PRINCIPAIS DISTRITOS DO PARAGUAI PELO CRITÉRIO POPULACIONAL .....	121
TABELA 5.1 - TRABALHADORES BRASILEIROS NO PARAGUAI E SALÁRIO MÉDIO - 2000.....	126
TABELA 5.2 - LOCAL DA ENTREVISTA.....	129
TABELA 5.3 - NACIONALIDADE.....	130
TABELA 5.4 - CIDADE ONDE TRABALHA.....	130
TABELA 5.5 - ESCOLARIDADE.....	131
TABELA 5.6 - ESCOLARIDADE DO TRABALHADOR COM CARTEIRA ASSINADA EM FOZ DO IGUAÇU - 2009 .....	131
TABELA 5.7 - CIDADE DE RESIDÊNCIA .....	132
TABELA 5.8 - SETOR DE ATIVIDADE EM QUE TRABALHA .....	132
TABELA 5.9 - CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL, EM REAIS.....	133
TABELA 5.10 - EMPREGO FORMAL EM FOZ DO IGUAÇU POR CLASSE DE ATIVIDADE E REMUNERAÇÃO - 2009 .....	133
TABELA 5.11 - TEM PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	134
TABELA 5.12 - RENDA APROXIMADA E PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....	135
TABELA 5.13 - HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESTA ATIVIDADE?.....	135
TABELA 5.14 - HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA COM O MESMO EMPREGADOR?.....	136
TABELA 5.15 - TEMPO DE DESLOCAMENTO ATÉ O TRABALHO.....	137
TABELA 5.16 - DISTÂNCIA APROXIMADA PERCORRIDA DE CASA ATÉ O TRABALHO – (km) .....	137

TABELA 5.17 - BAIRRO ONDE RESIDE .....	138
TABELA 5.18 - MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA CHEGAR ATÉ O TRABALHO .....	139
TABELA 5.19 - VALE A PENA TRABALHAR NESTA CIDADE? .....	139
TABELA 5.20 - POR QUÊ?.....	140
T1. - LOCAL DA ENTREVISTA .....	162
T 2 - CIDADE ONDE TRABALHA.....	162
T 3 – SEXO .....	162
T 4 - ESTADO CIVIL .....	162
T 5 – TEM FILHOS? .....	162
T 6 – NACIONALIDADE.....	163
T 7 - ESCOLARIDADE.....	163
T 8 - CIDADE DE RESIDÊNCIA .....	163
T 9 - EM QUAL SETOR DE ATIVIDADE TRABALHA .....	164
T 10 - COMO CHEGA ATÉ O TRABALHO .....	164
T 11 - RENDA APROXIMADA .....	164
T 12 - TEM PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA .....	165
T 13 - SETOR DE ATIVIDADE E CLASSE DE RENDA MENSAL APROXIMADA .....	165
T 14 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS ESCALARES .....	165

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 3.1 – BALANÇA COMERCIAL BRASIL-PARAGUAI – 1989-2009	78
GRÁFICO 3.2 – PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DO PARAGUAI – 1970-2008 (%)	85
GRÁFICO 4.1 - TAXA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO- BRASIL E PARANÁ -1872-2010	92
GRÁFICO 4.2 - EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES	93
GRÁFICO 4.3 - DESCONCENTRAÇÃO DA REDE URBANA PARANAENSE	96
GRÁFICO 4.4- ÍNDICE DE PRIMAZIA DAS CIDADES PARANAENSES	97
GRÁFICO 4.5 - DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE CIDADE SEGUNDO POSIÇÃO	98
GRÁFICO 4.6 - ESTRUTURA DO VALOR ADICIONADO DE FOZ DO IGUAÇU - 2000	103
GRÁFICO 4.7 - ESTRUTURA DO VALOR ADICIONADO DE FOZ DO IGUAÇU - 2008	104
GRÁFICO 4.8 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB - 2000	105
GRÁFICO 4.9 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO VAB- 2004	106
GRÁFICO 4.10 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB - 2008	107

**LISTA DE SIGLAS**

ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia

ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

COMECON - Conselho para Assistência Econômica Mútua

DGEE - Dirección General de Estadísticas, Encuestas e Censos

FMI/IMF - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INDEC - Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PIB - Produto Interno Bruto

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

REPAR - Refinaria de Araucária

RTU - Regime Tributário Unificado

VAB - Valor Adicionado Bruto

WTO - Organização Mundial do Trabalho

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo destacar o grau de integração econômica existente na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, tendo por referência as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil e Ciudad del Este, no Paraguai. A história da formação desta fronteira está intimamente relacionada com os planos brasileiros de neutralização da influência argentina na bacia do Rio da Prata, por meio de uma política de abertura de redes de transporte e, na segunda metade do século XX, aproveitamento energético dos recursos hídricos da referida bacia. O efeito desta política foi a configuração de uma economia regional específica, que é definida como um conjunto de aglomerados urbanos que apresentam uma dinâmica própria de crescimento, vinculada à capacidade de seus agentes econômicos de realizar conexões com os fatores dinâmicos do crescimento global, de forma independente da atuação do governo central. Para caracterizar e contrastar a Tríplice Fronteira, as relações comerciais entre o Brasil e o Paraguai são comparadas com as existentes entre o Paraná e o Paraguai, onde se constata que as ligações entre os dois países diferem da relação de interdependência entre as aglomerações urbanas locais. Dessa forma, foi realizado neste trabalho um estudo sobre a economia urbana de Foz do Iguaçu e sua demografia, em que se procura evidenciar as diferenças entre esta cidade e aquelas que compõem a rede urbana paranaense. Também foi realizada uma caracterização de Ciudad del Este e sua relação com a rede de cidades do Paraguai. Por fim, foi feito um estudo do mercado de trabalho local, em que se destaca a importância da integração econômica entre as duas cidades. Numa região caracterizada pelas atividades agroindustriais, com foco nas exportações, Ciudad del Este e Foz do Iguaçu despontam como um importante entreposto comercial, em que a importação e reexportação de mercadorias, o turismo e a geração de energia formam a economia local, com uma relação mais distante de seu entorno espacial. Esta dinâmica faz com que as tendências demográficas da região reajam de modo diferenciado às políticas nacionais. Na última década, a política externa brasileira levou Foz do Iguaçu a uma relativa estagnação em comparação com as outras cidades médias paranaenses.

Palavras-chave: Tríplice Fronteira. Foz do Iguaçu. Economia regional. Mercosul. Desenvolvimento local.

## ABSTRACT

This study aims to highlight the degree of economic integration exists in the triple border between Brazil and Paraguay, formed by the cities of Foz do Iguacu, Brazil and Ciudad del Este, Paraguay. The history of the formation of this border are intimately related with the Brazilian plans to neutralize the Argentina's influence on the basin of Rio da Prata, through a policy of opening transportation networks and, late in the 20th century, energy exploitation of water resources of the basin. The effect of those policy was the configuration of an specific regional economy, that are defined as a set of urban areas that have a momentum of economic growth, linked to the ability of its economic agents to make connections with dynamic factors of global growth, independently of the action of his central government. To characterize and contrast the triple border, the trade relationship between Brazil and Paraguay are compared whit those between Paraná and Paraguay, where notes that the links between the two countries differ from the interdependence between its urban locations. In the following is presented a study on the urban economy of Foz do Iguacu and its demography that seeks to highlight the differences between this city and those which make up the urban network of Parana. It is also made a characterization of Ciudad del Este and its relationship with the network of cities of Paraguay. Finally, it is proceeded a characterization of the local labor market, which is detached the importance of economic integration between the two cities to their citizens. In a region characterized by agro-industrial activities, focusing on exports, Ciudad del Este and Foz do Iguacu stand as an important trading post, where import and export of goods, tourism and electric power generation make up the local economy, and became a region different than the cities of their spatial surroundings. As a result of the configuration of a specific local economy, the regional economic trends react differently to national policies. In the last decade, the Brazilian foreign policy has lead Foz do Iguacu to a relative stagnation in comparison with other medium sized cities in Parana.

Keywords: Triple Border, Foz do Iguacu, Regional Economics, Mercosul, Local development

## INTRODUÇÃO

O crescimento demográfico do Estado do Paraná ao longo do século XX foi um dos mais acelerados do Brasil. Nas primeiras décadas do século, empreendeu-se um projeto de colonização agrária no norte do Estado, de capital predominantemente privado, que ocupou milhões de hectares que formavam florestas virgens. Este processo teve como base econômica o cultivo de café, que atraiu milhares de trabalhadores de variados lugares do país.

Nas décadas de 1940 e 1950, o oeste e sudoeste do Estado passaram por semelhante processo de ocupação acelerada, com derrubada de florestas e formação de lavouras. Estas terras foram ocupadas predominantemente por migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que trouxeram para cá seus hábitos, seus cultivos e uma forma diferente de organizar a produção: as cooperativas. Estes dois processos deflagraram um processo de implantação de infraestrutura de transporte e tornaram o Paraná uma das economias mais dinâmicas do país.

Desde a década de 1950, entretanto, já havia uma preocupação com a elevada dependência do setor primário. Grande parte das receitas tributárias tinha como origem a atividade agrícola, sujeita aos humores climáticos, ora favoráveis, ora catastróficos. Buscou-se no Paraná, assim como no Brasil, a industrialização, que foi conseguida, sobretudo, pela implantação bem sucedida de uma infraestrutura energética, de transportes e uma rede de ensino e tecnologia capaz de dar suporte a esta indústria. Este processo fez com que a urbanização ganhasse impulso no Estado, apesar da população ainda ser predominantemente rural.

Este processo ocorreu em um dos momentos de maior crescimento da história do Brasil. A título de ilustração, deve-se mencionar que até os anos 1930, o país sequer figurava entre as trinta maiores economias do mundo; em 1970, contudo, chega à décima posição. E o processo vertiginoso de crescimento do país favoreceu o Paraná, através do aproveitamento de seus principais recursos naturais: o solo e as águas.

Na agricultura, a grande geada de 1975, que dizimou milhões de pés de café, e junto deles, o meio de vida de milhares de pessoas, acelerou a consolidação dos cultivos de grãos (soja, milho e trigo) como base da agropecuária do Estado. Todavia, estas lavouras demandavam muito menos mão de obra que os cafezais, o que impulsionou a migração de milhares de paranaenses para outros lugares, inclusive para fora do país. Outra parte deste contingente migrou para as grandes cidades, que neste momento apareciam como verdadeiros *El dourados* em vista da industrialização.

Em relação às águas, o Estado foi beneficiado por conta de sua privilegiada hidrografia, caracterizada pela presença abundante de rios de planalto, com grandes desníveis, que, se por um lado inviabilizaram a navegação e entravaram a ocupação do interior durante séculos, por outro favoreciam a utilização para a implantação de usinas hidrelétricas. O clima sempre úmido, praticamente sem estações secas, também favorecia esta forma de geração de energia, em função da manutenção ao longo do ano do nível dos reservatórios.

Símbolo deste aproveitamento, a construção de Itaipu, projetada para ser a maior usina hidrelétrica do mundo, se inseriu nesta dinâmica de transformações da economia brasileira e marcou em definitivo a configuração das relações econômicas do Brasil com seus vizinhos sul-americanos. Foi com este processo de construção de Itaipu que se acentuaram as questões que nortearam a elaboração desta tese, e que levaram às questões que motivaram este estudo.

Deve-se destacar que as transformações ocorridas na economia paranaense ao longo das décadas de 1970 e 1980 levaram a diversas interpretações sobre a configuração do território do Estado do Paraná. Pode-se, entretanto, afirmar que nas décadas de 1980 e 1990 os pesquisadores concentraram-se no processo de formação da metrópole de Curitiba e sua região, por um lado, e nos problemas e desafios trazidos pelo êxodo rural e a inversão do processo de migração do Estado.

Deste modo, as peculiaridades de Foz do Iguaçu e seu entorno no Estado só foram receber atenção na segunda metade da década de 1990.

Entre os trabalhos que começaram a destacar as peculiaridades da região da fronteira destaca-se Keink *et al.*, 1996, analisando a “explosão de consumo” proporcionada pelo Plano Real, que valorizando a moeda, num contexto de economia aberta, permitiu que os brasileiros adquirissem produtos importados, e principalmente aqueles importados do Paraguai.

Ainda assim, pouca atenção foi dada para a questão urbana, uma vez que o Mercosul e suas consequências chamaram muito mais atenção que qualquer outro acontecimento relacionado a esta fronteira em especial. Foi apenas após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 que a cidade de Foz do Iguaçu, e principalmente Ciudad del Este, no Paraguai, começam a ganhar relevância acadêmica: a diversidade étnica que habita esta fronteira passa a ser encarada como um perigo internacional por conta de suas supostas vinculações com o terrorismo internacional:

Luego del 2001 la TF comienza a ser categorizada como un área con características propias, al ser construida como noticia en la prensa internacional y nacional. El discurso periodístico asimila la zona a un espacio transnacional, una tierra sin ley, que escapa a los controles estatales. (MONTENEGRO & BÉLIVEAU, 2006, p.17)

Em textos como de Willian Mendel, da revista *Military Review*, há um destaque sobre a periculosidade de Ciudad del Este e a ameaça à segurança dos EUA e da região, por conta de seu papel como centro de lavagem de dinheiro supostamente vindo do Oriente Médio:

Local security specialists assert that Ciudad del Este is not only a den of low-technology criminality but also a haven for international money laundering, with much of the money coming from the Middle East. It is a town of a quarter million inhabitants and an international trading center where the admixture of drug runners, terrorists, and pinstriped bankers trespasses on the sovereignty and safety of democratic countries and their citizens, thereby representing a threat to the United States and the region. (MENDEL, 2002)

Dezenas de trabalhos sobre a Tríplice Fronteira e seus municípios começaram a surgir na academia, e o debate sobre a importância estratégica ou sobre os problemas sociais passam a se multiplicar. Podemos arrolar uma lista significativa de nomes, como Fernando Rabossi, argentino, que estudou o caso dos “mesiteros”, praticantes do comércio de rua (2004). Roseira (2006) trabalhou Foz do Iguaçu sob a perspectiva de uma “cidade-rede” e suas articulações com outras regiões do país por meio do comércio de fronteira,

destacando a cidade como um centro polarizador do leste do Paraguai, e nordeste Argentino, além do oeste paranaense.

Nesta perspectiva econômica, também há os trabalhos de Peris e Lugani (2003), que veem na região oeste do Paraná a formação de um eixo de desenvolvimento, polarizado por Cascavel e Foz do Iguaçu. O papel principal da cidade de Foz seria relacionado ao turismo e à geração de energia elétrica. Arthur Amaral, em sua dissertação de mestrado de 2008, avaliou a presença de tríplice fronteira na agenda da guerra ao terror (2008). Eric Gustavo Cardin (2009) analisou a questão da precarização do trabalho na tríplice fronteira, a partir dos sacoleiros e "laranjas". Destaca-se neste processo a formação do *Observatorio de La Triple Frontera*<sup>1</sup> congregando diversos pesquisadores (principalmente antropólogos) que desenvolveram estudos sobre a área.

Machado (2009) dedicou-se ao circuito comercial China – Paraguai – Brasil, com suas práticas e sua articulação ao comércio mundial e o próprio processo de internacionalização da economia chinesa. Em 2005/2006, tive a oportunidade de participar de um estudo intitulado “Os Vários Paranás”, em que foram observadas, em nota de rodapé, algumas particularidades de Foz do Iguaçu em relação às outras “aglomerações urbanas paranaenses”. Neste trabalho, notei que os conceitos utilizados para a descrição das aglomerações urbanas no Paraná e na Região Sul, empregados para a realização de trabalhos como “Caracterização e Tendências da Rede Urbana na Região Sul” do IPEA (2000c), em que houve ativa participação do Iparde, permitiriam listar Foz do Iguaçu como parte de uma das maiores aglomerações urbanas no Paraná, ao lado de Londrina. Este trabalho foi apresentado em maio de 2007 no XII Encontro Nacional da Anpur, em Belém do Pará.

A partir das conclusões deste artigo surgiram algumas questões que nortearam a elaboração do projeto de doutorado. A hipótese principal a ser averiguada diz respeito a caracterização de Foz do Iguaçu, Ciudad Del Este, e demais municípios/municipalidades da fronteira como uma região econômica integrada, que apresentaria uma dinâmica de crescimento econômico peculiar,

---

<sup>1</sup> <http://www.observatoriotf.com/index.html>

diferenciada dos demais territórios a que estaria integradas. Para confirmar ou negar esta hipótese, foram definidos os seguintes objetivos gerais:

- 1 - Buscar as origens históricas da formação da tríplice fronteira;
- 2 - Apresentar a relação existente entre a construção de Itaipu e o desenvolvimento de Foz do Iguaçu e de Ciudad Del Este;
- 3 - Demonstrar que ambas as cidades, a partir da dinamização proporcionada por Itaipu, constituíram uma região econômica;
- 4 - Evidenciar a existência desta região econômica a partir do contraste entre as interpretações correntes sobre a dinâmica de fronteira e a interpretação proposta pelo presente trabalho.

Para explorar estas questões, este trabalho encontra-se dividido em cinco seções principais. No capítulo 1, faz-se um breve histórico sobre a ocupação da área da tríplice fronteira. Destaca-se a construção de Itaipu, que ainda é (em 2010) a maior hidrelétrica do mundo em operação, e as transformações que esta obra desencadeou na ocupação do espaço paranaense.

No capítulo 2, é feito um resgate das teorias sobre a globalização, sobretudo a questão de sua importância para os atuais processos de desenvolvimento econômico e social. Nesta seção, são discutidos alguns conceitos e modos de conceituar região, e também é definido o conceito que será empregado na sequência do trabalho.

No capítulo 3, é apresentada, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e também segundo os dados da Cepal, a dinâmica de comércio exterior do Brasil com o Paraguai. Sob o ponto de vista da economia paraguaia, é discutida a importância do comércio de reexportação para aquele país. A dificuldade em analisar economias tão diferentes é parcialmente compensada pela aproximação dos dados que mostram uma complementaridade, ainda que precária, entre a economia paraguaia e a paranaense.

Na sequência, é realizada uma breve discussão sobre a questão da urbanização paranaense e a conformação de três dinâmicas de crescimento urbano diferenciadas no Estado, que permitem caracterizar Foz do Iguaçu como uma cidade integrada mais aos processos econômicos de reexportação que caracterizam a economia de fronteira do Paraguai que ao dinamismo do agronegócio brasileiro, e também paraguaio, e sua relação com o comércio exterior.

Por fim, discutem-se as informações coletadas em campo, e também são analisadas as informações sobre o mercado de trabalho de Foz do Iguaçu a partir dos dados da RAIS, e caracterizados os trabalhadores que realizavam a migração pendular em 2010, quando foi executada a pesquisa de campo.

## 1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

*Los hermanos sean unidos,  
Porque esa es la ley primera;  
Tengan unión verdadera  
En cualquier tiempo que sea  
Porque si entre ellos pelean  
Los devoran los de afuera*  
**Martin Fierro, de José Hernandez**

O povoamento do oeste paranaense e do leste paraguaio se deu num processo de formação contínuo de fronteira. Na margem oriental do rio Paraná, a ocupação do município de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Puerto Iguazú, na Argentina. Na margem ocidental, os departamentos<sup>2</sup> de Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco e Mingua Guazu, no Paraguai.

Os mais antigos registros arqueológicos de presença humana na região datam de mais de 6 mil anos. Quando da chegada dos espanhóis, o principal grupo indígena da região era formado pelos guaranis, que vinham de um processo de expansão pela América do Sul há pelo menos 2 mil anos, a partir da Amazônia (BARCELOS, 2000). No entanto, o marco da presença europeia na região é a “descoberta”, pelo desbravador Cabeza de Vaca, das cataratas do Iguaçu, no ano de 1548.

No século XVII, o processo de colonização da região foi levado adiante por encomendeiros e missionários jesuítas e propiciou o povoamento mais intensivo e a formação das primeiras cidades. Os rios Paraná e Paraguai eram o principal meio de acesso ao interior do continente, por conta das diversas limitações existentes em cruzar as florestas existentes no interior do território brasileiro. A primeira ocupação se deu pelo regime de *encomiendas*.

As autoridades espanholas encarregavam indivíduos, que possuíam alguns bens e capacidades, de conquistarem as terras ocupadas pelos índios. Estes conquistadores eram os “adelantados”, como foram por exemplo Balbôa, Pizarro, Pedro de Mendoza, Pero Alvarez Nunez Cabeza de Vaca e muitos outros. Segundo as determinações da coroa espanhola, a população indígena deveria ser

---

<sup>2</sup> No Paraguai, a divisão territorial correspondente aos Estados brasileiros são os Departamentos, com a diferença de que o Brasil constitui-se como uma República Federativa, enquanto o Paraguai pode ser considerado um Estado Unitário.

catequizada, defendida contra os inimigos e iniciada num ofício pelos adelantados. Em troca disto, os índios pagariam uma taxa, ou prestariam serviços. Chamava-se “encomiendas” a esse sistema, o qual logo degenerou, passando o índio à condição de escravo. (WACHOVICZ, 1972, p.13)

O tratamento dado aos índios pelos encomendeiros foi objeto de preocupação por parte da coroa espanhola, por conta dos diversos casos de abusos, além da redução do índio à escravidão. Esta situação era indesejável para a Espanha. Conflitos surgiram também entre as autoridades civis e eclesiásticas fixadas na América. Para regularizar estas relações foi reunido um sínodo em Assunção, em 1603:

Pese a las recomendaciones reales, el trato que los encomenderos daban a los indios era duro y cada uno se servía de los que le habían sido asignados como si fueran sus siervos, olvidados de los deberes para con ellos que les estaban encomendados. Para protegerlos, Hernandarias tomó diversas medidas, pero no fueron suficientes para corregir la conducta de los encomenderos obsesionados por la riqueza. Francisco de Alfaro, enviado para visitar la comarca por la Audiencia de Charcas, dispuso en 1611 suprimir el servicio personal de los indios; pero sus ordenanzas tampoco modificaron la situación. Hernandarias dio un paso audaz y encomendó a los jesuitas la fundación de unas “misiones” donde trabajarían y se educarían los guaraníes del Paraguay. (ROMERO, 2008 p.29-30)

As missões criadas pelos jesuítas tiveram um papel especial na formação do que hoje é o Paraguai, e na primeira ocupação do atual território paranaense. A fundação das Missões a partir de 1611 ocorreu num processo em que os jesuítas se encontraram entre duas fronteiras: uma externa, nos limites de terras entre espanhóis e portugueses, e outra interna, separando as Missões das povoações espanholas (BARCELOS, 2000):

Este carácter de contenção da fronteira interna dava-se em todas as áreas que circundavam a região platina, ao norte, sul, leste e oeste. O avanço para as regiões interiores, estabelecendo reduções, fez com que os jesuítas participassem ativamente da ocupação de territórios que não estavam sob o controle das cidades e vilas espanholas. (BARCELOS, 2000 p.11)

A presença das Missões de certa forma barrou o avanço português pelo interior. As disputas com os bandeirantes, que vinham aos territórios espanhóis em busca de mão de obra indígena, levou a um recuo das ocupações jesuíticas no território que hoje compõe o Paraná, à época chamado “Guairá”, levando-as a ficarem confinadas entre os rios Paraná e Paraguai. Romero (2008) destaca

que este estilo de “colonização”, contudo, teve um efeito decisivo no curso da história da Bacia do Prata:

Las fundaciones fueron extensas y prósperas; pero crearon un mundo incomunicado en el que las mismas autoridades civiles difícilmente entraban. Fue el “Imperio jesuítico”. Así comenzó a ser el Paraguay un área marginal, ajena a la evolución del Tucumán y del Río de la Plata donde el mestizaje creó dolorosamente una sociedad abierta. (ROMERO, 2008, p.30)

Nesta zona interfluvial começou a delinear-se o futuro estado paraguaio, que se forma como um “Estado Guarani”. De fato, o idioma mais falado na República do Paraguai quando de sua independência em relação à Espanha era o guarani, ainda hoje predominante como primeira língua, sobretudo nas zonas rurais (CHOI, 2003).

A formação das fronteiras brasileiras obedeceu a um processo de expansionismo luso-brasileiro, que dilatou o domínio português muito além dos limites definidos pelo tratado de Tordesilhas. Cassiano Ricardo destaca o papel internacional das bandeiras:

Há que considerar ainda a bandeira sob o ponto de vista internacional. Primeiro o golpe no tratado de Tordesilhas. A bandeira versus Alexandre VI, como diria Artur Orlando. Depois na luta contra os espanhóis, no comércio entre a América e o Velho Mundo, no ouro fornecido para as obras de Lisboa e para as arcas da Inglaterra, na aplicação do *uti possidetis* (pela primeira vez) ao Direito Internacional, e na supressão da Ordem da Companhia de Jesus. (RICARDO, 1970, p. 618)

A pressão das bandeiras sobre a conquista do território do Brasil levou Tosta (1977) a afirmar que os luso-brasileiros, ao lado dos anglo-saxões, foram um dos poucos povos que manifestaram a dupla “vocaçãõ expansionista”, isto é, a vontade do Estado de ampliar suas fronteiras apoiada no ímpeto de seu povo em estendê-las:

Os luso-brasileiros, durante o processo de conquista do território do Brasil, também manifestaram, de modo destacado, essa dupla tendência de expansão territorial. Assim, à proporção que os movimentos bandeirantistas dilatavam para o oeste o espaço brasileiro, a metrópole portuguesa, em evidente estímulo a essas transgressões humanas, deslocava para o sul (Rio de Janeiro) a capital do Brasil e defendia por meio de tratados formais, a posse definitiva das áreas ocupadas. (TOSTA, 1984, p. 9-10)

Destes tratados formais, os dois mais importantes são o Tratado de Madrid (1750) e o Tratado de Santo Ildefonso (1777), este último de maior

interesse para a definição da fronteira no Rio Grande do Sul. De acordo com o tratado de Madrid, os territórios na margem oriental do rio Uruguai ficaram sob a posse de Portugal, o que dá contornos à atual fronteira sul do Brasil com seus vizinhos do Prata.

O interesse português no controle deste estuário estava respaldado no seu caráter estratégico para garantir o acesso às terras no interior do continente, conquistadas por meio das bandeiras, sobretudo à vila de Cuiabá, no Mato Grosso. No século XIX, com os processos de independência, passamos a conviver com novos eventos na região, que de certa forma impulsionaram sua delimitação definitiva. O período corresponde à expansão do comércio mundial por meio das novas tecnologias de transporte (ferrovias e barcos a vapor), com mudanças políticas, sociais e demográficas importantes que afetaram os países da bacia do rio da Prata.

Os países que compõem a bacia do rio da Prata, de interesse para a região da tríplice fronteira, formavam anteriormente, sob domínio espanhol, parte do vice-reino do rio da Prata, que havia sido criado em 1776. A independência das províncias do vice-reino se iniciou a partir das invasões inglesas na banda oriental (hoje território do Uruguai) e em Buenos Aires, o que levou à formação de uma junta com vistas a expulsar o invasor. A heterogeneidade dos territórios hispânicos, contudo, acabou criando diversos focos “revolucionários”.

A notícia da invasão da Espanha pelas tropas de Napoleão motivou o movimento emancipatório revolucionário, levando às proclamações de independência que, a princípio, visavam formar um estado único abrangendo todo o território do vice-reinado. O processo foi abortado pelos conflitos de interesse existentes entre as elites políticas de Assunção e Buenos Aires:

José Gaspar Rodríguez de Francia declarou que o Paraguai se emancipara da Espanha, surgira como Estado independente e procurava *no cambiar unas cadenas por otras*, alusão endereçada a certos propósitos alimentados pela Junta de Buenos Aires. Manuel Belgrano e Vicente Echeverría, despachados ao Paraguai pelo Governo de Buenos Aires para sondar Francia, encontraram-no decidido na sua política de independência. (SOARES, 1975, p. 241)

O Uruguai se formou também a partir da “Revolução de maio”, mas em 1816 acaba sob domínio da coroa portuguesa, sendo incorporado como província cisplatina ainda em 1821, passando, com a independência, ao

domínio brasileiro. Mas em 1825 inicia-se um movimento revolucionário emancipatório que culminou em sua independência em 1828. A formação do Uruguai foi importante na definição dos rumos da política no Cone Sul, uma vez que surge como um “estado tampão”, assegurando um equilíbrio de poder entre Brasil e Argentina, que tinham objetivos contrapostos em relação à navegação dos rios da bacia do rio da Prata (BECKHAUSER, 1952, p.141).

Em relação à Argentina, sua formação foi mais conturbada, apesar de ser sua capital, Buenos Aires, o ponto para o qual convergiam todas as povoações espanholas do interior do continente. De certa forma, a Argentina englobaria, teoricamente, todas as “províncias” do antigo vice-reinado do Prata. Este processo foi conturbado pelas elites locais, além dos interesses luso-brasileiros já aludidos anteriormente. Quando da independência formal da Argentina em relação à Espanha, ainda em 1816, visava-se à anexação do Paraguai como parte de uma confederação de estados, da qual faria parte também a chamada mesopotâmia argentina (região de Corrientes, Misiones e Entre-Rios).

Apenas após a Guerra da Tríplice Aliança é que se conformou o arranjo institucional de uma república federativa, que uniu politicamente as diversas províncias argentinas, feito completado pela construção de estradas de ferro ligando as principais povoações. Além disso, em disputa com o Chile, foram incorporadas as terras da Patagônia e delimitadas as fronteiras com a Bolívia, Brasil e Paraguai. De certa forma, a existência independente do Paraguai contrariava as intenções do governo argentino, principal potência do Prata até meados do século XX.

Os limites territoriais da Argentina, Brasil e Paraguai só ficaram completamente solucionados após a Guerra da Tríplice Aliança (dez.1864-mar.1870).

O império, representado pelo barão de Cotegipe, assinou a paz com o Paraguai, em Assunção, em janeiro de 1872. Estabeleceu-se a fronteira entre os dois países no rio Apa e o governo imperial desconsiderou o rio Igurei marco fronteiro, como constava no Tratado [da tríplice aliança]. Assim, decidiu-se que toda a margem direita do rio Paraná, de Sete Quedas para baixo, pertencesse ao Paraguai, e desse ponto para cima fosse do Brasil. A fronteira brasileiro-paraguaia, definida em 1872, era a que Paranhos propusera a Carlos Lopez na década de 1850 e que Portugal

disputara com a Espanha no século XVIII. (DORATIOTO, 2007, p.465)

A Argentina assinou um tratado de paz com o Paraguai em 1875, ficando com as terras de Entre-Ríos e Corrientes (onde o idioma mais falado era o guarani), e abrindo mão de grande parte do território do Chaco, que ficou com o Paraguai. Na região da tríplice fronteira, atual território de Misiones, na Argentina, vivia-se também a necessidade de definição dos limites com seus vizinhos.

Sumado a esto, recordemos que, hasta avanzado el siglo XIX, Misiones era parte de un espacio de frontera y zona de disputa; no solo entre diferentes sectores dominantes de las flamantes Repúblicas de Argentina y Paraguay, sino también de un sector de la burguesía brasileña que aspiraba a ejercer algún control sobre el espacio misionero, cuya estratégica ubicación lo convertía en un punto clave del tráfico comercial de la región. (URQUIZA, 2008. p.3)

Urquiza (2008) destaca ainda que o repovoamento da província/território de Misiones ganha impulso a partir de 1881, com a lei de federalização, que reinstalou alguma autonomia política a este território fronteiriço, uma vez que até esta época ainda se discutia se a região de Misiones integraria de fato o território argentino. A partir da lei de federalização, que instituiu a província de Misiones, ocorreu um processo de recolonização da área com a presença de imigrantes europeus, com destaque para poloneses, ucranianos e alemães, na mesma corrente de migração que atraiu estes mesmos povos para a colonização do interior brasileiro (URQUIZA, 2008). Este processo irá trazer de volta à tona a “questão de Palmas”.

O litígio entre Brasil e Argentina vinha desde o tratado de Madrid, ainda sob a égide das coroas, em que os limites não ficaram bem definidos por conta do desconhecimento dos territórios delimitados. No tratado de Madrid de 1750, a fronteira entre o território português e o espanhol ficara definida nos seguintes termos do artigo V:

Subirá [a linha divisória] desde a boca do Ibicuí pelo alveio do Uruguay, até encontrar o do rio Peperi ou Pequirí, que deságua na margem Occidental do Uruguay; e continuará pelo alveo do Peperi acima, até a sua origem principal; desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho que desemboque no Rio Grande de Curitiba, por outro nome chamado Iguaçú. Pelo alveio do dito rio mais vizinho da origem do Peperi, e depois pelo do Iguaçú desemboca na margem oriental do Paraná. (*apud* GOES FILHO, 1999, p.264)

Contudo, conforme explica Goes Filho (1999), os comissários espanhóis em 1788 descobriram outro rio mais ao leste do definido pelo tratado, e a ele nomearam Peperi e, como consequência, à sua contravertente chamaram Santo Antonio, que deságua no Iguaçu. Estes dois rios hoje são chamados rio Chapecó e rio Chopim. Depois de terminada a guerra do Paraguai, em 1870, houve várias tentativas para resolver a questão, mas a matéria se agravou quando a Argentina estendeu ainda mais para o leste sua reivindicação, adotando não mais o rio Chopim, mas o rio Jangada como suposto limite.

Apenas em novembro de 1881, quando o governo imperial mandou criar duas colônias militares na Província do Paraná, junto aos rios Chapecó e Chopim, o representante oficial argentino revelou que seu governo já não se limitava, como em 1876, a manifestar dúvida sobre a exata posição dos rios Peperi-guaçu e Santo Antônio, mas considerava litigioso o território a leste destes dois rios e assinalava como limite oriental da pretensão argentina os rios Chapecó e Chopim. (RODRIGUES, 1995, p. 236)

Para resolver a contenda, representantes do Brasil e da Argentina acertaram que os limites seriam definidos por arbitragem do presidente dos EUA. Em 1890, contudo, a Proclamação da República (1889) marcou a ascensão de Quintino Bocaiúva ao Ministério das Relações Exteriores, firmando o Tratado de Montevideú, em 25 de janeiro de 1890. Clodoaldo Bueno destaca:

O mencionado tratado, celebrado sob a égide da “unidade institucional da América”, foi classificado como primeiro grande erro da República, porque o território em questão ficaria dividido ao meio entre os dois pretendentes. (BUENO, 1995. p41-42)

Este tratado, contudo, não foi ratificado pelo Congresso brasileiro que optou pelo retorno da negociação por via da arbitragem; o presidente dos EUA, Grover Cleveland, baseado em rica documentação reunida pelo Barão do Rio Branco, decidiu a causa em favor do Brasil.

Tão irresistível era a evidência do direito do Brasil e de tão decisivo valor probante o arazoado apresentado pelo seu patrono ao árbitro, que Paul Groussac, antigo diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires e um dos mais conscienciosos e autorizados conhecedores da história diplomática da República Argentina, depois de estudar a defesa de Rio Branco não hesitou em declarar publicamente que “*La admirable exposición brasileña a producirse algunos años antes como simples alegato diplomático hubiera sin duda convertido la opinión y evitado el recurso arbitral*”. (JORGE, 1999, p.35)

O retorno da "questão de Palmas" à pauta brasileira havia se dado por conta das expedições de reconhecimento do território. O brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles chegaram à região da foz do rio Iguaçu por volta dos anos de 1880. Pouco depois chegaram os irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate. Contudo, é possível observar que grande parte da população no lado brasileiro ainda era composta por não-brasileiros:

A Expedição do Engenheiro e Tenente José Joaquim Firmino chegou a Foz do Iguaçu em julho de 1889. Foi feito um levantamento da população e foram identificadas 324 pessoas, em sua maioria paraguaios e argentinos. Mas havia também espanhóis e ingleses, já presentes na região e dedicados à extração da erva-mate e da madeira, exportadas via rio Paraná. (FOZ DO IGUAÇU, s/d)

Diante do relativo abandono da fronteira brasileira, e da livre circulação de estrangeiros pelo território nacional sem qualquer fiscalização, o governo brasileiro viu a necessidade de reforçar a presença nacional na região. O estabelecimento de colônias militares foi um dos instrumentos adotados pelos governos republicanos para atrair e fixar povoados permanentes na faixa de fronteira. Em 1897 foi fundada a colônia militar, com o objetivo de doar lotes às pessoas que quisessem se instalar na região.

Pouco depois a colônia foi emancipada e elevada à categoria de distrito de Guarapuava com o nome de Vila Iguassu. Em 1914, foi elevada à categoria de município e, em 1918, renomeada como Foz do Iguaçu. O estabelecimento de um povoamento permanente na tríplice fronteira fez a região passar, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, por um contínuo aumento da população.

O isolamento em relação às outras cidades e vilas paranaenses ainda era muito grande. Relatos de viagens da época mostram que o acesso por terra era quase impossível na época das chuvas, porque a deterioração das estradas não permitia a passagem de veículos e cargas. O único caminho permanente para chegar a Foz do Iguaçu era via rio Paraná, o que se fazia através da ligação ferroviária até Uruguaiana, a partir de onde se subia o rio com barcos a vapor até Posadas e Foz do Iguaçu (CARRÃO, 1928).

Eliana Zugaib (2007) destaca que entre o fim do século XIX e o período do entre guerras ocorre também uma mudança no que viria a ser o foco do

antagonismo Brasil-Argentina. Este tema era visto como preocupante, sobretudo tendo em vista o clima de oposição crescente entre os dois países, os “líderes naturais” do continente. O clima de animosidade crescera desde a guerra do Paraguai.

Terminada a guerra, a política externa do governo imperial, exercida pelo Partido Conservador, atuou de forma a evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como estava determinado no Tratado da Tríplice Aliança. Os governantes conservadores buscavam, com isso, evitar a ampliação da fronteira argentino-brasileira, pois consideravam que, em algum momento, haveria uma guerra entre os dois países. (DORATIOTO, 2007, p.463)

A definição das fronteiras com o Paraguai havia sido problemática, por conta do tratado em separado assinado pelo Brasil. Dentro do governo brasileiro já era esperado o pior e a deterioração na relação exterior com a Argentina.

Segundo noticiou o jornal carioca *A Reforma*, de oposição, também o Visconde do Rio Branco, a essa altura chefe do governo brasileiro, acreditava ser iminente um conflito com a Argentina, conforme opinião que externara em reunião no Ministério da Agricultura. (DORATIOTO, 2007, p.466)

A pior solução só não foi levada a cabo, por conta dos problemas internos vividos pela Argentina. Podemos listar o levante em Entre-Rios, o posicionamento das tropas bolivianas na fronteira do Chaco, e a ameaça chilena de ocupar a Patagônia, por eles reivindicada (DORATIOTO, 2007, p.466). A questão do Chaco, contudo, se converteu num problema de grande monta para o Paraguai. Quando da resolução da fronteira com a Argentina, passou para uma disputa com a Bolívia, que anos mais tarde viria a resultar na deflagração de uma guerra de grandes proporções, com elevado número de mortos.

Para Efraim Cardoso (1988), a problemática da fronteira com a Bolívia começou após a perda de litoral deste país na guerra contra o Chile. Os bolivianos voltaram-se para a busca de um porto fluvial no rio Paraguai. A resolução da questão tornou-se cada vez mais dificultada, uma vez que o Paraguai adotou como tática a ocupação do Chaco pela via da colonização, enquanto a Bolívia optou pela construção de postos avançados e fortes militares. Em 15 de junho de 1932, quando os bolivianos ocuparam o Forte Carlos Antônio Lopez e mataram os soldados paraguaios, o conflito se iniciou.

A guerra do Chaco foi uma guerra de grandes proporções, tornando-se o primeiro conflito sul-americano internacional a empregar aviação em larga escala como suporte de guerra (CARDOSO, 1988, p.266).

Entre outros aspectos, a Guerra do Chaco teve até mesmo o envolvimento da Liga das Nações na questão, cujas sugestões para o término da guerra levaram a retirada do Paraguai da organização (CARDOSO, 1988). A atuação brasileira e argentina na guerra foi relativamente discreta, visto que ambos os países estavam envolvidos em questões internas relacionadas à perda de mercados no exterior por conta da crise de 1929. Contudo, Chiavenato (1979) aponta a situação de dependência na qual se encontrava o Paraguai quando da eclosão da guerra do Chaco:

Ao entrarmos na década de 1930, a dependência do Paraguai à Argentina era tamanha que nada menos que 80% de seu comércio exterior era feito com os argentinos. Produtos europeus e norte americanos chegavam ao Paraguai através da revenda de argentinos, naturalmente encarecidos.<sup>3</sup> (CHIAVENATO, 1979, p.73)

Havia, desse modo, tanto por parte da Bolívia quanto do Paraguai, uma pressão sobre o Brasil para a viabilização de uma alternativa de escoamento a seus produtos por uma via além do rio Paraguai. Esta abertura estava ainda casada com os objetivos perseguidos pelos governos do Brasil e da Argentina na década de 1930:

Fizeram parte dos principais objetivos geopolíticos do Brasil e da Argentina, não apenas integrar suas regiões interiores a seus centros econômicos e demográficos, mas também isolá-las da influência e penetração do país vizinho. (ZUGAIB, 2007, p.93)

A década de 1930, no Brasil, foi prolífica no surgimento de ideologias geográficas (DINIZ FILHO, 1994) manifestadas nos diversos debates surgidos na cena nacional durante o governo Vargas. Deve-se destacar neste processo o surgimento de algumas discussões que influenciaram decisivamente a política interna, mas também externa brasileira, sobretudo no que dizia respeito a seus vizinhos. A tentativa de ocupação interna estava manifesta na política

---

<sup>3</sup> Deve-se, contudo, ler com cuidado as afirmações de Chiavenato, por conta da linguagem inflamada empregada e da vitimização do Paraguai frente aos vizinhos Brasil e Argentina, por sua vez tratados como meros títeres do imperialismo, anteriormente britânico, posteriormente americano. Várias teses deste autor, sobretudo as relacionadas aos motivos da guerra da tríplice aliança, foram veementemente negadas por Doratioto (2007), que empregou ampla documentação em sua defesa.

"Marcha para o Oeste", que tinha como principal objetivo garantir o "imperialismo" interno, ou, nas palavras de Cassiano Ricardo, fazer coincidir a fronteira econômica com a fronteira política (RICARDO, 1970). Esta política do governo Vargas visava garantir a segurança nacional:

[...] a ocupação efetiva das regiões de fronteira deveria atender à necessidade de estabelecer e desenvolver as condições mínimas de nacionalização, de organização social e econômica, de defesa e segurança das regiões fronteiriças e de integrá-las às demais regiões do país. (LOPES, 2004)

A preocupação com a segurança nacional se mostrou presente dentro do exército brasileiro, que ganhou importância no governo Vargas. Conforme destacou Boris Fausto (2006), a revolução de trinta, realizada por Vargas, esteve ancorada no apoio dado pelos tenentes do exército, que formariam uma geração de militares importantes na definição dos rumos da política nacional nos anos posteriores. Deve-se destacar a contribuição do Capitão Mario Travassos, posteriormente reformado como Marechal de Exército, por sua atuação na segunda guerra mundial, na Força Expedicionária Brasileira. Mario Travassos é apontado com um dos grandes geopolíticos brasileiros, tendo influenciado o pensamento do general Golbery do Couto e Silva, com implicações diretas na consolidação da política nacional de ocupação de fronteiras (FREITAS, 2004; TOSTA, 1984).

Em 1931, Travassos publica "Projeção continental do Brasil" e, em 1942, o ensaio "Introdução à geografia das comunicações brasileiras". A América do Sul, de acordo com Travassos, era marcada pela existência de dois antagonismos: Pacífico *versus* Atlântico e Amazonas *versus* Prata. Embasado nas teorias geopolíticas da escola alemã, Travassos destacava que este antagonismo tinha um papel fundamental na definição das "mentalidades", mineira na contravertente do Pacífico e agropastoril na vertente Atlântica, mas também marcava a oposição entre a ocupação alicerçada numa economia tropical, na Amazônia, e uma ocupação "temperada" no Prata.

Estes antagonismos permitiam verificar que havia no continente americano um *hearthland*, num triângulo cujos vértices estavam nas cidades de Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de La Sierra. O domínio deste *hearthland* implicava o domínio das comunicações no continente sul-americano. O desenvolvimento político e econômico da Argentina, superior ao brasileiro na

época, havia elevado este país à condição de potência no Prata, ameaçando, com a extensão de suas linhas ferroviárias, até mesmo o domínio incontestado do Brasil na bacia do Amazonas.

O Capitão Travassos acreditava que a Argentina exercia controle da região Platina devido à força centrífuga desta imensa bacia hidrográfica. Seu padrão de drenagem, correndo de norte a sul, somado a um eficiente sistema de transporte construído no passado, permitiu que a supremacia argentina fosse exercida por longo tempo e com larga vantagem na região. O sistema de transporte incluía uma rede de hidrovias e ferrovias conectadas às três capitais vizinhas: Assunção, La Paz e Santiago, permitindo que a Argentina estendesse seu controle territorial até o Pacífico e até mesmo aos limites da bacia hidrográfica amazônica. Como resultado dessa liberdade de comunicação e movimento, Buenos Aires tornou-se o pólo de atração econômico e centro vital do continente sul-americano, com seu porto servindo de entrada e saída ao comércio regional e intercontinental. (SIGRID, 2008, p. 4-5)

Travassos formulou um plano de longo prazo com o objetivo de garantir a quebra do virtual monopólio de Buenos Aires nas comunicações platinas, o que seria feito através da abertura de novos portos para a Bolívia e Paraguai pelo território brasileiro.

Ter-se-á ainda de consolidar a S. Paulo-Rio Grande, aumentando-lhe o rendimento e ligar o oceano ao Paraná, prolongando as linhas de Ponta Grossa ao Porto de Guaíra e do Porto União à Foz do Iguaçu; enfim consolidar a Noroeste, em toda a extensão do termo, pondo-a à altura de suportar em boas condições o escoamento dos produtos mediterrâneos, do Paraguai e da Bolívia. (TRAVASSOS, 1947 p. 140)

A neutralização da influência argentina seria viável por conta de algumas desvantagens da navegação fluvial pelo rio Paraguai. Sua localização no interior do continente americano se dá numa zona de planície a pouco mais de 100 metros acima do nível do mar, o que confere às águas deste rio uma baixíssima velocidade de corrente. Esta ligação fluvial, nas palavras de Magnoli, era extremamente precária:

O rio só é navegável durante três meses, na época das cheias, sendo singrado unicamente por chatas no resto do ano. Em Buenos Aires, as cargas têm de ser transferidas para navios de grande calado, onerando ainda mais o comércio já submetido às taxas portuárias argentinas. (MAGNOLI, 1986, p.38)

A ideia-chave de Travassos era reduzir o tempo de deslocamento de mercadorias e ainda oferecer os portos marítimos de São Francisco do Sul e Santos para a operação destes países como forma de neutralizar a influência

argentina e fazer a balança do Prata pender para o lado brasileiro. A busca da quebra da hegemonia argentina, nos anos posteriores, conforme destaca Zugaib, irá ganhar novos contornos:

A partir dos anos 60, somar-se-ia a esses objetivos a busca, pelo Brasil, da preponderância na área energética como forma de romper o equilíbrio de poder na região. (ZUGAIB, 2007, p.93)

Se a diplomacia brasileira do século XIX teve como grande desafio garantir a demarcação das fronteiras com seus vizinhos e a livre navegação no Prata, no século XX há um deslocamento para a questão do aproveitamento energético.

As relações acrimoniosas entre o Brasil e a Argentina atingiram o seu ponto crítico em meados da década de 70 com a aceleração do processo de aproveitamento hidrelétrico levado a cabo pelo Brasil na Bacia do Alto Paraná. (ZUGAIB, 2007 p.92)

A mudança de foco para a questão energética e o destaque dado à aproximação diplomática com o Paraguai serão também fruto da influência da teoria das fronteiras do professor Everaldo Beckhauer, que vai ter, assim como Travassos, influência no pensamento do general Golbery Couto e Silva. Beckhauer foi o primeiro sistematizador dos conhecimentos de geopolítica no Brasil (MIYAMOTO, 1995, p. 46). Em sua Teoria de Fronteiras, Beckhauer entende que as fronteiras cumprem quatro papéis fundamentais:

1. Distinguir o meu do teu;
2. Proteger o território nacional;
3. Isolá-lo, de certo modo; e ao mesmo tempo;
4. Facilitar-lhe o intercâmbio com o externo, isto é, ligá-lo a outros Estados. (BECKHAUSER, 1952, p. 91)

Beckhauer também aponta que as fronteiras podem se definir em faixas ou em linhas. Ainda, de acordo com o autor, Ratzel afirmava que a fronteira evoluía de faixa a linha, mas também no sentido oposto, o que pode ser sintetizado na seguinte fórmula:

A evolução das fronteiras se processa no sentido de simbolizá-las em uma linha toda vez que predominem, em sua fixação, motivos históricos, e, ao contrário, para passar da linha à faixa quando as Potências, por convenções antecipadas, criam fronteiras em zonas desconhecidas ou despovoadas e estas pouco a pouco ganham vivacidade. (BECKHAUSER, 1952, p.143)

A vivacidade das fronteiras era vista como um fator de extrema importância na compreensão de sua mutabilidade. Desta forma, o autor aponta três tipos básicos de fronteiras, que resultariam em movimentos diferentes: no primeiro tipo, a fronteira morta de ambos os lados; num segundo caso, a fronteira vivaz de ambos os lados, que resultaria na possibilidade de fricção ou então na intensificação das trocas comerciais; por fim, a fronteira vivaz de apenas um lado e morta do outro (BECKHAUSER, 1952, p.157). Este terceiro caso seria o mais perigoso do ponto de vista geopolítico.

Beckhauser destacava que na fronteira sudoeste do Brasil com a Argentina, “é maior a vivacidade do lado dos nossos vizinhos que do nosso” (idem, p.159), para na sequência sublinhar que:

Quando uma fronteira é viva de um lado, e apenas esboçada ou já morta, ou de pouca atividade, do outro, o previsível resultado é processar-se, mais hoje, mais amanhã, um deslocamento no sentido no Estado de menor vitalidade, toda vez que a outra Potência esteja em situação de exibir seu poder militar, ou não esteja couraçada de escrúpulos morais. (idem, p.160)

Esta visão das fronteiras brasileiras considera a experiência de anexação do Acre no começo do século, que foi interpretada pelo esquema acima esboçado. O Estado Maior brasileiro verá nesta permeabilidade da fronteira sudoeste um problema de segurança nacional. A forma de garantir a posse desta área, definida como permeável e, justamente por isso, perigosa (COUTO e SILVA, 1967), era exercer uma presença mais incisiva. O projeto da construção da grande represa de Itaipu, que conferiria ao Brasil o controle da bacia do médio Paraná, era o meio para chegar a este objetivo.

O projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu foi um movimento no tabuleiro geopolítico brasileiro que, conjuntamente com outros, permitia atingir diversos objetivos, entre os quais citamos, de forma resumida, a fixação das fronteiras com os países do Prata, a atração do Paraguai e da Bolívia, os “prisioneiros geopolíticos” da Argentina, para o Brasil (MAGNOLI, 1986) e a vivificação da fronteira sudoeste do Brasil com a Argentina.

Este projeto, contudo, contou com a conjuntura política paraguaia favorável às relações com o Brasil, em decorrência da própria dinâmica interna de poder daquele país. Após a morte de Solano Lopez, o Paraguai havia

passado pelo governo de mais de 40 presidentes diferentes. A ascensão de Stroessner ao poder, num golpe de Estado em 1954, iria conferir ao Paraguai o *status* de país mais estável do ponto de vista político durante os próximos 35 anos.

A dinâmica de chegada ao poder de Stroessner de certa forma facilitou a aproximação diplomática entre os dois países. Isto porque o partido de Stroessner, o Colorado, no poder desde a guerra civil de 1947, havia exilado mais de 500 mil pessoas do país, incluindo toda a liderança da oposição dos liberais, na Argentina. Contudo, mesmo assim os laços entre a Argentina e o Paraguai eram muito fortes, e em 1953 ambos os países estiveram perto de assinar um acordo de integração econômica, mal visto pelos setores mais conservadores do partido Colorado. Esta foi a oportunidade de Stroessner, que já havia estado exilado no Brasil, subir ao poder (MENEZES, 1987).

A aproximação com o Brasil era, portanto, um meio encontrado pela ditadura de Stroessner para diminuir a influência da Argentina, e principalmente os exilados da oposição, na política interna paraguaia. Segundo Menezes:

A aproximação Brasil-Paraguai acontecia, assim os fatos mostram, não por motivos ideológicos, mas sim por motivos econômicos e políticos. Stroessner estava no poder com uma oposição política exilada na Argentina; a Argentina poderia sufocar economicamente o Paraguai, se assim o quisesse, e impedi-lo de atingir o mercado externo: o sonho paraguaio, pelo menos em certos grupos, era ter uma saída ou um novo pulmão econômico para o leste, via Brasil. (MENEZES, 1987, p. 63)

A aproximação política entre Paraguai e Brasil, segundo Menezes (1987), foi um objetivo perseguido pela diplomacia brasileira depois da Segunda Guerra Mundial, contando com o apoio pessoal de diversos presidentes, iniciando-se no Estado Novo e estendendo-se pelo período democrático (1946-1964) e também durante os governos militares (1964-1985). Esta disputa foi marcada por alguns avanços e retrocessos, sobretudo pelo ressurgimento da contenda fronteiriça sobre parte da região de Sete Quedas, que só foi plenamente resolvida após o acordo para a construção da hidrelétrica de Itaipu. Antes, contudo, de avançar sobre este tema, cabe recuperar as repercussões que esta política brasileira teve na Argentina:

No contra-ataque, a Argentina cria sua “*Geopolítica del Paraná Medio*” que implicava em construir quatro hidrelétricas abaixo de Itaipu, no rio Paraná: Corpus Christi (3.406 KW), Yaciretá-Apipe (3.980 KW), Paraná Medio I e II (5.200 KW). Essas serviriam para compor a linha de equilíbrio da bacia hidrográfica, controlando qualquer dano, natural ou artificial que pudesse ocorrer, regulando o fluxo de água do alto Paraná, gerando energia, regulando a navegação argentina e controlando áreas naturalmente suscetíveis de alagamentos nas províncias de Santa Fé, Chaco e Santiago Del Estero. Ademais, ajudaria a criar um pólo de desenvolvimento no nordeste argentino e ajudaria e restaurar o eixo de comunicação fluvial norte-sul. Eclusas foram projetadas em todas essas hidrelétricas. (SIGRIG, 2008, p. 11-12)

Nesta “guerra de água fria”, o Paraguai acabou se beneficiando, uma vez que estas obras hidráulicas resultaram em grandes investimentos em formação bruta de capital fixo, proporcionando um impulso que permitiu alavancar seu crescimento econômico depois da década de 1970. Além disso, a política interna do Paraguai, levada a cabo no governo Strossner, permitiu a abertura de um “novo pulmão” no país. O Paraguai, para Strossner, era como um corpo que respirava com um só pulmão, e a aproximação com o Brasil daria o segundo pulmão ao Paraguai (MENEZES, 1987). Deve-se lembrar que após a guerra do Chaco, nos anos 1930, a economia paraguaia vivenciou um grande período de estagnação, como nos informa Villalobos (1992):

Entre 1939 y 1969 la economía paraguaya fue una de las dos o tres economías de América Latina con menor dinamismo: el producto per cápita se estancó casi completamente y solo creció un 3% en ese lapso. Esta circunstancia se dio en un contexto económico mundial que registró las mayores tasas de expansión y crecimiento tanto en los países industrializados como en la mayor parte de los países latinoamericanos. Paraguay permaneció ausente de este fenómeno general. (VILLALOBOS, 1992, p.13)

A região oriental do Paraguai, onde se deu a construção de Itaipu, começou a ser explorada por madeireiros e ervateiros, cujas atividades foram conduzidas, sobretudo, por empresas privadas, apenas depois da Guerra da Tríplice Aliança. Entretanto, em meados do século XX, a região ainda era escassamente povoada, dominada apenas por alguns grandes latifúndios exploradores de erva-mate, próximo ao que hoje se constitui a municipalidade de Hernandarias (DGEEC, 2002b).

O povoamento paraguaio na fronteira ganhou impulso em julho de 1945, quando o governo paraguaio criou o departamento do Alto Paraná, com capital em Hernandarias. Isto significou um esforço para o rompimento com a

estagnação persistente da economia, que foi baseado na articulação do território nacional e no estímulo a uma economia agrário-exportadora, na qual a região oriental do país cumpriu um papel de destaque.

A partir de la sexta década ocurre un enorme cambio estructural en la economía y la agricultura paraguaya. Esto es la vinculación de grandes extensiones de territorio a partir de un gran programa vial, una política de asignación y distribución de tierras fiscales en estas áreas a todos los interesados en ocuparlas (incluyendo grandes masas de pequeños ocupantes), y la aparición de enormes alternativas de empleo alrededor de la construcción de los grandes emprendimientos hidroeléctricos binacionales. (VILLALOBOS, 1992, p.35)

Este programa viário esteve articulado com a política de distribuição de terras, conhecida como “Marcha hacia El Este”. O DGEEC destaca que, graças a políticas como esta, a região do Alto Paraná teve um grande impulso socioeconômico, constituindo-se numa das áreas com grande concentração populacional, que pode ser atribuída:

a la intensiva colonización agrícola iniciada en los años sesenta, la construcción de la carretera internacional pavimentada, el Puente de la Amistad sobre el río Paraná y la apertura de mercados mundiales a través de un puerto franco para el Paraguay sobre el Atlántico, así como la construcción de las represas hidroeléctricas de Acaray y la Itaipu Binacional. (DGEEC, 2002)

Villalobos ressalta que a construção das grandes obras de geração de hidroeletricidade foi combinada com um ambicioso plano de expansão rodoviária, que permitiu a ocupação de terras fiscais e uma ampliação significativa do agronegócio. Este último foi beneficiado pela conjuntura favorável aos mercados de soja e algodão, que contaram ainda com a migração de grandes contingentes de brasileiros para o Paraguai. De acordo com o autor, o programa de investimentos públicos permitiu conectar, por meio de rodovias pavimentadas,

la capital con el Este y el Norte del país (1966) y, en sucesivas etapas, a Asunción con el Chaco y con el Sur (carretera Eje Sur, 1973) y luego al Este con el Sur (1983). Si a estos enormes emprendimientos viales se agrega la construcción de tres grandes puentes internacionales entre 1976 y 1988, se obtiene la articulación básica del territorio nacional. El poblamiento de las nuevas tierras habilitadas con esta red de comunicaciones fue un proceso facilitado por estas obras, aunque su dinámica y posterior impacto en el crecimiento agrícola tuvo estrecha relación con las condiciones favorables de los mercados internacionales de algodón y soja. (VILLALOBOS, 1992, p.23)

Magnoli destaca que um convênio internacional firmado em 1965 transformou o porto de Paranaguá em área franca para o comércio exterior paraguaio, além da conclusão, em 1969 da BR-277, ligando por estrada asfaltada Assunção a Paranaguá, encurtando um trajeto fluvial de duas semanas para apenas 20 horas por rodovia. Por fim, em 1971, concluiu-se a reforma do porto de Paranaguá, que passa a receber navios de grande calado (MAGNOLI, 1986).

Estas ações completaram a estratégia brasileira de neutralização da influência argentina e permitiram a consolidação do país como líder do continente sul-americano. Além disso, tal fato firmou a aproximação vigente até hoje entre Brasil e Paraguai e levou a um intenso processo de colonização das fronteiras entre ambos os países.

Do lado brasileiro, a ocupação da fronteira Brasil-Paraguai se inicia ainda no final do século XIX, a partir do estabelecimento de colônias militares, com destaque para Foz do Iguaçu e Chopin. Contudo:

Até o começo da quinta década deste século, esses centros incipientes, dado o grande isolamento em que se encontravam, permaneceram praticamente estagnados, pouco mais que postos militares avançados no sertão e cuja economia se restringia, praticamente, à subsistência. (PADIS, 2006, p.205)<sup>4</sup>

Foi apenas nos anos 1930 que esta situação começou a se reverter. Para tanto, teve impacto a política nacional de ocupação das fronteiras “Marcha para o Oeste”, do governo Vargas, e principalmente a abertura da estrada União da Vitória - Palmas - Clevelândia, que tornou este último município um irradiador da ocupação populacional, levando posteriormente ao aparecimento dos núcleos de Toledo, Cascavel, Piquiri, Cantu, Goio-Erê, Manuel Ribas e Campo Mourão (PADIS, 2006, p.208).

Ainda, segundo Padis (2006), a partir da década de 1950 a migração de gaúchos em direção ao Paraná e Santa Catarina, motivados pelo esgotamento da fronteira agrícola daquele estado, aumentou significativamente os contingentes populacionais na região. A ocupação dessas terras do oeste e sudoeste do Paraná se deu seguindo o modelo presente nas colônias do Rio Grande do Sul, em sua região noroeste. O minifúndio, com produção agrícola

---

<sup>4</sup> A primeira edição é de 1981.

empregando mão de obra familiar, levou à expansão da população num vetor vindo do sul, e noutro, vindo do norte, com a presença de mineiros e paulistas, seguindo a onda do café.

Nos anos 1950 e 1960, outros processos relativos à política nacional e paranaense terão peso na ocupação destas áreas. Este processo é marcado pela necessidade de integração da economia paranaense. Foi iniciado um projeto de industrialização do Estado, em que o governo ofertava infraestrutura (sobretudo rodovias e energia elétrica). A construção da malha rodoviária do Estado incluiu a BR-277, inserida no projeto geopolítico nacional de integração da economia paraguaia à brasileira, e a BR-376, parte do projeto “geopolítico” interno de atração das exportações de café da região norte do Estado ao porto de Paranaguá.

A construção da hidrelétrica foi fundamental na história da região oeste do Paraná e leste paraguaio. Com o início das obras, o povoamento ganhou força, fazendo com que a população da cidade de Foz do Iguaçu passasse de pouco mais de 30 mil habitantes para mais de 130 mil no intervalo de dez anos. Nessa época, foram feitos grandes investimentos em infraestrutura e criado um plano diretor que deu às cidades as feições atuais. No entanto, o crescimento populacional foi muito mais intenso que a previsão dos técnicos. A ideia que se tinha em 1974 era de que, em 1985, a população de Foz do Iguaçu chegaria a 100 mil habitantes (UFPR, 1974).

Quando observados os dados censitários, tem-se que no intervalo 1970-1980 ocorre um grande aumento populacional nos dois lados da fronteira Brasil-Paraguai. Pode-se atribuir grande parte deste crescimento populacional às obras para a construção da hidrelétrica de Itapu (tabela 1.1).

TABELA 1.1 - POPULAÇÃO TOTAL DOS MUNICÍPIOS DA TRÍPLICE FRONTEIRA - 1970/2000

CIDADES	1970	1980	1991	2000
Foz do Iguaçu	33 966	124 789	190 123	258 543
Ciudad del Este <sup>(1)</sup>	26 485	62 328	133 881	223 350
Hernandarias <sup>(1)</sup>	13 281	28 188	41 922	64 074
Mingua Guazu <sup>(1)</sup>	-	-	31 736	48 066
Presidente Franco <sup>(1)</sup>	-	23 695	40 408	54 401
Puerto Iguazú <sup>(2)</sup>	3 001	10 250	27 984	32 038
Total	76 733	249 250	466 054	680 472

FONTES: IBGE, DGEEC, INDEC

(1) Dados dos anos de 1972, 1982, 1992 e 2002.

(2) Dados de 2001.

Sinal convencional utilizado: - Dado inexistente

A construção de Itaipu insere a região da tríplice fronteira na dinâmica de crescimento urbano e econômico vivida pela economia brasileira no período, cumprindo sua função geopolítica de “vivificar” a fronteira brasileira, mas com desdobramentos importantes no território paraguaio e argentino. No caso do Paraguai, o afluxo de trabalhadores na construção da usina é importante, apesar de não atingir a mesma dimensão que o processo brasileiro. No caso de Foz do Iguaçu, na década de 1970 a cidade contou com o maior dinamismo populacional, com sua população crescendo a uma taxa anual de 13,9%, contra 8,9% de Ciudad Del Este e 13,1% de Puerto Iguazú. A população da tríplice fronteira como um todo teve aumento médio de 12,5% ao ano (tabela 1.2).

TABELA 1.2 - TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS MUNICÍPIOS DA TRÍPLICE FRONTEIRA POR PERÍODO - 1970-2000

CIDADES	1970/1980	1980/1990	1990/2000
Foz do Iguaçu	13,9	3,9	3,5
Ciudad del Este <sup>(1)</sup>	8,9	7,9	5,3
Hernandarias <sup>(1)</sup>	7,8	4,0	4,3
Mingua Guazu <sup>(1)</sup>	-	-	4,2
Presidente Franco <sup>(1)</sup>	-	5,5	3,0
Puerto Iguazú <sup>(2)</sup>	13,1	10,6	1,4
Total	12,5	6,5	3,9

FONTES: IBGE, DGEEC, INDEC

(1) Dados dos anos de 1972, 1982, 1992 e 2002.

(2) Dados de 2001.

Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

No período subsequente, Foz do Iguaçu perdeu dinamismo, e suas taxas de crescimento passam a ser as menores da região. Esta queda pode ser atribuída também ao seu maior estoque populacional. Nas municipalidades paraguaias, contudo, o ritmo de crescimento continua acelerado, processo que se repete no decênio 1992-2002, em que Ciudad Del Este sustenta taxas de crescimento demográfico superiores a 5% ao ano, com uma expansão mais reduzida de seus municípios periféricos. Uma redução bastante acentuada ocorre em Puerto Iguazú, na Argentina, cuja taxa de crescimento mostra-se a menor da região, assim como seu estoque total.

Este crescimento populacional foi, obviamente, acompanhado por uma mudança profunda na economia local. De economias predominantemente agrícolas, a tríplice fronteira passa a contar com municípios com perfil industrial

e de serviços (geração de energia elétrica e turismo, principalmente). Diante deste processo, cabe uma explicação que vá além da simples descrição do processo de transformação demográfica. Assim, é necessário realizar uma reflexão teórica sobre a questão urbano-regional e os processos econômicos e macroeconômicos que acabaram influenciando a expansão da região em estudo.

Dessa forma, faz-se necessária uma análise da questão da globalização e do modo como seus processos influenciam as dinâmicas de crescimento econômico nacionais e regionais. Para tanto, é necessário abordar as diferentes interpretações sobre os determinantes do crescimento econômico regional no período contemporâneo.

## 2 A ECONOMIA MUNDIAL E A PROBLEMÁTICA URBANO-REGIONAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA

A partir dos anos 1970, o ciclo de crescimento econômico contínuo que se iniciou após o fim da Segunda Guerra Mundial foi interrompido por uma crise global de grandes proporções. Os ajustes por que passaram as economias nacionais foram objeto de estudos e preocupações nos diversos países, com repercussões nos variados campos do conhecimento humano. Assim, o processo de globalização, ou mundialização, tornou-se objeto de estudo e as transformações econômicas e políticas ocasionadas por ele instauraram um novo debate sobre o desenvolvimento regional e local.

Paul Hirst e Grahame Thompson (1998), em seu livro *Globalização em questão*, cuja primeira edição é de 1996, propuseram uma análise da globalização cuja argumentação consiste em negar a novidade do processo, que segundo eles se iniciou ainda no século XIX, com a industrialização das economias europeias e o surgimento de um mercado mundial. Deste ponto de vista, o processo atual de internacionalização da economia:

Está bem longe de dissolver diferentes economias nacionais nos principais países industrializados avançados ou de evitar o desenvolvimento de novas formas de governabilidade econômicas nos níveis nacional e internacional. (HIRST & THOMPSON, 1998, p.17)

Para esta afirmação, os autores constroem dois modelos distintos com o fim de verificar qual deles se aplica melhor à análise da economia contemporânea: no primeiro modelo, a ideia de que uma economia internacional inclua e subordine os processos de nível nacional; no outro, as relações internacionais ainda se caracterizariam “pelas trocas entre economias nacionais relativamente distintas em que muitos resultados, tais como o desempenho competitivo de empresas e setores, são substancialmente determinados por processos que ocorrem no nível nacional” (HIRST & THOMPSON, 1998, p.22). Os autores destacam que, avaliando os fluxos de comércio internacional, em diversos aspectos a economia internacional atual ainda é mais fechada que a do período anterior a 1914, sobretudo quando avaliada sob a perspectiva da mobilidade do fator trabalho.

Os principais fluxos econômicos (comércio e investimentos) ainda estão confinados a determinadas áreas de influência, o que pode ser observado pela divisão do mundo em três grandes áreas, marcadas em maior ou menor grau pela atuação de empresas dos EUA, da União Europeia e do Japão. Em qualquer caso, estas seriam amplamente influenciadas pelos resultados obtidos em seus próprios mercados nacionais. Esta visão não difere muito da “tríade” apontada por Chesnais (1996), quando fala dos fluxos financeiros globais e da concorrência oligopolizada das grandes empresas capitalistas.

Tendo em vista esta definição de economia internacional, a globalização pode ser definida como a “crescente gravitação dos processos financeiros, econômicos, sociais e culturais de alcance mundial sobre aqueles de caráter regional, nacional ou local” (CEPAL, 2002, p.16). Afirma Eli Diniz:

O processo de globalização não se resume a uma dinâmica puramente econômica, senão que se trata de um fenômeno multidimensional, que obedece a decisões de natureza política. Em outros termos, a economia não se move mecanicamente, independente da complexa relação de forças políticas que se estruturam em âmbito internacional, através da qual se tecem os vínculos entre economia mundial e economias nacionais. (DINIZ, 2001, p.14)

Embora o processo de globalização seja um fenômeno complexo, que abrange múltiplas dimensões, os aspectos econômicos são aqueles mais visíveis e determinantes (CEPAL, 2002). Com base neste pressuposto, seguindo a perspectiva de Hirst e Tompson, a Cepal propôs uma periodização para explicar o processo de expansão e retração da economia global que pode ser caracterizado pela existência de três etapas principais: um primeiro momento que vai de 1870 a 1913; outro que se consolida após a Segunda Guerra Mundial; e um terceiro, contemporâneo, que se dá a partir das mudanças nos arranjos econômicos definidos após a Segunda Guerra.

A primeira fase da globalização, de acordo com o Fundo Monetário Internacional, é o período que se estendeu desde a metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial e teve um rápido crescimento do comércio com “a expansão das exportações (3,5% ao ano) ultrapassando significativamente a produção real (2,7% ao ano)”. Este crescimento no comércio se deu “como uma consequência das tarifas reduzidas e da grandiosa redução nos custos de

transporte, refletindo a proliferação de ferrovias e navios de aço”, e também pela “convergência nos preços das commodities pelos diversos países.” (IMF, 1997, p.112).<sup>5</sup>

Esta expansão foi determinada por vários fatores, entre os quais encontram-se as primeiras revoluções industriais, a forte diminuição nos custos de transporte gerados, a *Pax Britânica* que se impôs com o fim das guerras napoleônicas, e a substituição dos princípios de regulamentação mercantilista por aqueles da livre iniciativa. (CEPAL, 2002, p.29)

Este ciclo de crescimento do comércio mundial, que propiciou a criação de uma economia internacional, com repercussões como a criação de um mercado global para alguns produtos, foi interrompido pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, que levou a um decréscimo significativo nos fluxos de troca entre as economias nacionais. Durante a Primeira Guerra Mundial, as relações comerciais internacionais baseadas em transações comerciais privadas foram substituídas por extensivos controles governamentais, com os excedentes sendo direcionados para custear os esforços de guerra (WTO, 2007). Além disso, a criação de novos países, por conta dos rearranjos territoriais europeus, a maioria dos quais predominantemente agrícolas, levou a um fechamento de suas economias com o objetivo de estimular a criação de indústrias locais. A tendência de crescimento no comércio exterior sofreu um revés. De acordo com a Cepal contribuíram para a interrupção da tendência de crescimento:

A instabilidade política mundial, a desaceleração do crescimento econômico nos países desenvolvidos, a incapacidade para restabelecer o funcionamento do padrão-ouro e, sobretudo, o freqüente uso de medidas protecionistas (controles do câmbio e das importações) e a ruptura generalizada do sistema de pagamentos multilaterais durante a Grande Depressão dos anos 1930. (CEPAL, 2002, p.31)

Após um retorno breve da liberalização do comércio nos países que adotaram o padrão ouro, entre 1919 e 1929, a grande queda no preço dos produtos agrícolas contribuiu para que diversos países levantassem barreiras comerciais (IMF, 1997, p.113). Neste momento, inicia-se o processo de

---

<sup>5</sup> “The period from the mid-nineteenth century to World War I exhibited relatively rapid growth in world trade, as the expansion of exports (3.5 percent a year) significantly outpaced that of real output (2,7 percent a year). The share of exports in world output reached a peak in 1913 not surpassed until 1970. Growth in trade occurred partly as a consequence of reduced tariffs and greatly reduced transportation costs, reflecting the proliferation of railroads and steamships. The period also witnessed a marked convergence of commodity prices across countries.”

substituição de importações em diversos países, incluindo o Brasil e a Argentina, que adotam este modelo de industrialização como forma de compensar as barreiras a seus produtos de exportação, principalmente café, no caso brasileiro, e trigo e carnes, no caso argentino. Após a Segunda Guerra Mundial, podemos apontar um período que:

Se caracterizou pelo grande esforço para desenvolver instituições de cooperação internacional em matéria financeira e comercial, e pela grande expansão do comércio de manufaturas entre países desenvolvidos, bem como pela existência de uma grande variedade de modelos de organização econômica no mundo inteiro, e por uma baixa mobilidade de capitais e de mão-de-obra. (CEPAL, 2002, p.18)

Deve-se recordar, contudo, que este período também é marcado pelo antagonismo Leste-Oeste, que foi determinante nas relações internacionais. A Cepal destaca que no pós-Guerra o crescimento das exportações mundiais se explica, principalmente, pelo crescimento do comércio entre os países da Europa Ocidental, na Comunidade Europeia, e os países do Leste Europeu, no Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon), que posteriormente entrou em decadência e foi extinto. Além dos países europeus, o Japão e os primeiros “tigres asiáticos” se destacaram com o crescimento de suas participações no comércio mundial. A assinatura de acordos de comércio e o desenvolvimento de instituições multilaterais tiveram um papel fundamental para a expansão do comércio:

Depois da II Guerra mundial, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi criado pela comunidade internacional, conjuntamente com o FMI, o Banco Mundial, e outras organizações internacionais. Baseado nos princípios de cooperação multilateral, o GATT reduziu e continuou reduzindo as tarifas no futuro. O GATT foi extremamente bem sucedido em 1947 na primeira rodada de Gênova com a redução de tarifas em 35%. Sucessivas rodadas, na década de 1950, 1960 (Rodada de Kennedy), e 1970 (Rodada de Tóquio) e a recente Rodada do Uruguai, virtualmente eliminaram as tarifas em bens manufaturados.<sup>6</sup> (IMF, 1997, p.113)

---

<sup>6</sup> After World War II, the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) was created by international community, along with the IMF, the World Bank, and other international organizations. Based on the principles of multilateral cooperation, the GATT peaks and to continue reducing them in the future. The GATT was extremely successful in 1947 in the first Geneva Round in reducing tariffs by 35 percent. Successive rounds in the 1950s, 1960s (the Kennedy Round), and the 1970s (Tokyo Round) and the recent Uruguay Round have virtually eliminated tariffs on manufactured goods.

O GATT estabeleceu algumas regras para o comércio entre as nações capitalistas (sob influência dos EUA) baseadas em princípios comuns definidos no primeiro acordo em Genebra (1947). Os princípios eram:

- Tratamento Geral da Nação Mais Favorecida (NMF, ou “Regra de Não-Discriminação entre as Nações”): Estabelece que toda vantagem, favor, privilégio ou imunidade em direitos tarifários ou aduaneiros concedida a uma parte contratante deve ser estendida aos produtos similares comercializados com qualquer outra parte contratante;
- Lista das concessões: determina a relação de produtos e tarifas que devem ser aplicadas entre partes contratantes e serve de parâmetro para estenderem-se os benefícios aos demais países;
- Tratamento Nacional, ou “Regra de Não Discriminação entre Produtos”: uma vez dentro da fronteira de um país, produtos importados não devem sofrer discriminação com relação aos produtos nacionais;
- Transparência: obrigatoriedade de publicação de todos os regulamentos e demais medidas relacionadas ao comércio;
- Eliminação das Restrições Quantitativas: o único instrumento de proteção permitido em trocas comerciais são tarifas aduaneiras, e um dos objetivos do GATT é torná-las cada vez mais reduzidas; quotas e barreiras não tarifárias são proibidas. (DEIRO e MALLMAN, s/d)

Nota-se nos princípios norteadores do GATT uma preocupação em favorecer a criação de um mercado global para bens industriais, já que apenas mais tarde os produtos agrícolas, serviços e produtos financeiros foram incluídos nas pautas de discussão para a redução de tarifas. Uma das vantagens de se favorecer o comércio internacional consiste na criação de uma solidariedade e interdependência entre os países capitalistas, consolidando o bloco diante dos países socialistas, liderados pela URSS.

A década de 1970 marca o início do processo de transição de uma economia baseada no “*hardware*”, ou seja, na capacidade bruta de produção industrial, para a uma economia dos “*softwares*”, ou seja, a capacidade de produzir, processar e aplicar a informação e o conhecimento (BAUMAN, 2001). A leitura deste processo de mudança da economia mundial, que considera as transformações ocorridas neste período como uma nova fase ou etapa da globalização, vincula-se a uma escola de pensamento conhecida como Escola de Regulação, marcada pela utilização dos conceitos de “regime de

acumulação”, “modo de acumulação” e “ruptura histórica” (AMIN e ROBINS, 1994, p.79).

Segundo Harvey (1993), um dos representantes desta corrente de pensamento, o quinquênio 68-73 marca um período conturbado, que levará o capitalismo a uma mudança paradigmática, de um modelo fordista-keynesianista para um modelo de acumulação flexível.

[...] a desvalorização do dólar, impulsionada pelo fim do sistema cambial rígido, conjuntamente com a pressão causada pela OPEP pelo aumento dos preços do petróleo, levou inúmeras empresas à falência, além da entrada de novos países competidores no setor industrial. Essas mudanças trouxeram uma flexibilização das leis de regulamentação financeiras, dos serviços de previdência e da legislação trabalhista. (LIMA, 2006, p.20)

A crise no modo de regulação fordista foi gerada, de acordo com Harvey (1993), por uma crise de *superacumulação*, com implicações no nível espacial. Destas, a principal seria a deslocalização/relocalização da indústria. Cano e Fernandes (2005) apontam que:

Com o agravamento da crise de acumulação fordista nos anos 1970, economia e sociedade testemunham significativas transformações, cujas lógicas e origens repercutem pesadamente sobre a articulação e o sentido das escalas espaciais, especialmente as de poder. (CANO & FERNANDES, 2005, p.253)

Um papel de destaque é dado ao desenvolvimento de novas indústrias, nos segmentos de informática, microeletrônica, semicondutores e telecomunicações, além dos processos produtivos e inovações industriais, vistos como favorecedores de uma reorganização espacial das atividades produtivas. André Fischer (1994) procurou contrastar este período, pós-fordista, com o anterior:

La production de masse, les cycle longs et les flux massif, la concentration des entreprise et la grande taille des établissements, avaient produit une forte inertie spatiale dan l'espace géographique; désormais, la flexibilité, des machines comme des hommes, des production comme des établissement sera de rigueur et conduira à une mobilité spatiale beaucoup plus grand des activités industrielles, d'où des modification de l'organisation-structuration de l'espace géographique par l'industrie. (FISCHER, 1994)

Também é atribuído um papel de destaque à corporação, que aparece como um ator fundamental, desbancando, em alguns sentidos, o Estado Nacional como agente de desenvolvimento. Esta leitura foi realizada por Conti,

que indicou que “a descentralização da produção, a desintegração vertical dos ciclos produtivos e o estabelecimento de uma variada gama de acordos não-competitivos entre diferentes empresas” não podem ser tomados como fenômenos contingentes, com abrangência limitada apenas a alguns setores e países, “mas como sendo profundas e irreversíveis mudanças na organização industrial contemporânea” (CONTI, 2005, p.214).

Neste processo, as estruturas de referência do comportamento econômico, principalmente das grandes empresas, estariam cada vez mais associadas à economia mundial, e cada vez menos restritas às fronteiras nacionais e continentais. Isso teria implicações também sobre o processo de inovação e, conseqüentemente, traria uma mudança nos fatores determinantes do desenvolvimento:

Na realidade, na contemporânea economia do conhecimento, o que é crucial não é tanto a velocidade do desenvolvimento e a disseminação das novas soluções científicas, mas o modo pluralístico e difuso (em muitos países e centros de pesquisa) pelo qual se dá o processo de inovação. (CONTI, 2005, p. 214)

Também há uma valorização do papel das finanças na economia mundial pós-1973, uma vez que os fluxos financeiros apresentam um grande crescimento, em decorrência, sobretudo, do fim do padrão ouro e da adoção de padrões de câmbio flutuantes. Ademais, a redução dos controles de capital proporcionou a extensão dos limites geográficos da integração dos mercados de capital. De acordo com o IMF<sup>7</sup>:

Ao longo de uma década, a maioria dos países dismantelou seus controles sobre capitais – EUA e Alemanha por volta de 1974-75, Reino Unido em 1979, Japão, sobretudo nos 1980, e o resto da Europa pelo fim dos anos 1980. Os controladores da política econômica passaram a apreciar o fato de que com taxas de câmbio flutuantes, a mobilidade de capital não seria incompatível com uma política monetária independente conduzida para estabilizar a atividade econômica doméstica. Também na última década, um número crescente de países em desenvolvimento abriu suas contas de capital, estendendo os limites geográficos da integração do mercado de capital além daqueles prevaletentes no período pré-1914. (IMF, 1997, p.116)<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Internacional Monetary Fund ou Fundo Monetário Internacional.

<sup>8</sup> “Whithin a decade, major countries dismantled their capital controls – United States and Germany by 1974-75, the United Kingdom by 1979, Japan largely by 1980, and the rest of Europe by the end of the 1980s. Policymakers came to appreciate that with floating exchange rates, capital mobility was not incompatible with independent monetary policy conducted to

Os processos de integração no comércio internacional ganharam força a partir dos anos 1970 por conta de múltiplas razões. Este período coincide com o chamado fim da "Idade de Ouro" do crescimento dos países desenvolvidos, adotado pela CEPAL (2002) como marco para a terceira fase da globalização. Nesta terceira fase:

Os atributos centrais são a gradual generalização do livre comércio, a crescente presença das empresas transnacionais no cenário mundial sob a modalidade de sistemas de produção integrados, o crescimento e a elevada mobilidade dos capitais, e uma notável tendência à homogeneização dos modelos de desenvolvimento, além da subsistência de restrições aos movimentos da mão-de-obra. (CEPAL, 2002, p.18)

A liberalização do comércio e a redução das restrições à mobilidade do capital tiveram impacto significativo na economia mundial uma vez que “as fronteiras nacionais estão deixando de ser obstáculos à mobilidade de bens e serviços” (NAKANO, 1994, p.3). Com isso, nota-se um processo de articulação de alianças estratégicas, envolvendo atores internos e externos, “destacando-se, entre estes, as grandes corporações multinacionais, a alta tecnocracia de teor cosmopolita, as organizações financeiras internacionais, burocratas de alto nível, entre outras elites estratégicas” (DINIZ, 2001, p.14).

No plano internacional, o período pós-1973 vai ser caracterizado pela continuidade do processo de eliminação de barreiras comerciais não-tarifárias. Este processo fica marcado a partir da rodada do Uruguai do GATT, que levou, posteriormente, à criação da Organização Mundial do Comércio (OMC ou WTO, sigla em inglês). A OMC, sucessora do GATT, encontra-se engajada na redução das proteções e barreiras não-tarifárias ao comércio, incluindo neste processo áreas que não eram cobertas pelo GATT (IMF, 1997, p.113). Isto porque a década de 1980 vai ser marcada também pela abertura gradual da URSS, até seu fim em 1991, e por uma redução da importância da bipolaridade no contexto mundial.

De fato, o sistema internacional bipolar, estabelecido logo no imediato pós-guerra, entrou em franca erosão por ambas as suas partes integrantes e respectivas hegemônias políticas. (OHLWEILER, 1989)

---

stabilize domestic economic activity. Also in the past decade or so a number of developing countries have also opened up their capital accounts, extending the geographical limits of capital market integration beyond those prevailing in the pre-1914 period.”

Tanto os EUA como a URSS perdem poder relativo no mundo. O surgimento da ordem multipolar se dá pelas próprias deficiências internas dos países hegemônicos, com a perda de competitividade da indústria americana em vários setores, abrindo espaço para potências emergentes.

Os Estados Unidos – com a deterioração de sua economia refletindo-se claramente em alguns pontos nevrálgicos, tais como a dívida interna, a dívida externa, o déficit orçamentário e o déficit comercial – converteram-se, notoriamente, no epicentro dos desequilíbrios e turbulências do sistema econômico mundial. Em suma, o colosso norte-americano já não é mais capaz de aglutinar a seu redor, hegemonicamente, o antigo campo ocidental. (OHLWEILER, 1989)

Por outro lado, a URSS também passou nos anos 1980 por transformações internas, decorrentes de seus graves problemas estruturais, como a obsolescência industrial, interrupção do ciclo de crescimento, incapacidade de gerar um sistema de inovação científico e tecnológico, e o próprio acirramento das tensões internas:

No que concerne à União Soviética, é preciso considerar que a implementação da política empreendida pela administração Gorbachev – na medida em que esta livra, internamente, as forças do mercado, abre as portas aos investimentos estrangeiros e dá espaço ao movimento da sociedade civil, ao mesmo tempo que é obrigada a admitir uma maior flexibilidade no plano das relações entre os países satélites e a potência hegemônica – também tende a desatar as forças centrífugas latentes no interior do campo soviético. Conseqüentemente, estimulam-se as rupturas dentro do campo soviético, mormente ali onde as contradições econômicas, políticas e culturais forem mais manifestas e agudas. (OHLWEILER, 1989)

A guerra no Afeganistão, mas, sobretudo, a derrota da URSS, a primeira em seus mais de 70 anos de história, enfraqueceu politicamente o bloco socialista. Movimentos de democratização iniciados no fim dos anos 1970, como o "Solidariedade", na Polônia, não foram reprimidos na mesma intensidade que outros movimentos similares anteriores, como os ocorridos na Hungria e Tchecoslováquia nos anos 1960. No dia 9 de novembro de 1989, a queda do muro de Berlim deu início ao processo de unificação das Alemanha, e ao fim da Guerra Fria.

Seu fim definitivo pode ser datado pela extinção da URSS e a criação da Comunidade dos Estados Independentes, em 1991, com a transição dos países da "cortina de ferro" para a economia de mercado. Isto levou a uma ampliação das fronteiras do comércio internacional, completada com a entrada

da China e de vários países da África e da Ásia, que amplia a atuação da Organização Mundial do Comércio para um rol de mais de 100 nações. Como destaca a Cepal (2002, p. 18), é visível uma "tendência à homogeneização dos modelos de desenvolvimento, além da subsistência de restrições aos movimentos da mão-de-obra".

Desta forma, nos anos 1990, o mundo se vê diante de novas questões desafiantes, que podem ser agrupadas em alguns tópicos, como a integração comercial, o fim da bipolaridade e emergência de um sistema multipolar, a liberação dos fluxos financeiros e seus impactos para a competitividade dos países, e a emergência das questões ambientais.

O surgimento da problemática ambiental é anterior à década de 1990. Em 1972, foi lançado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para discutir e implementar propostas de conservação e preservação do meio ambiente e viabilizar programas de desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, foi realizada a Conferência de Estocolmo, em que foi formalizada uma carta conhecida como Declaração de Estocolmo. Seu primeiro artigo diz o seguinte:

O homem tem direito fundamental à liberdade, à igualdade e a condições de vida adequadas, num ambiente de qualidade que lhe permita uma vida digna e do bem estar, e assume a responsabilidade solene de proteger e melhorar o ambiente para as gerações atuais e futuras. (ONU, 1972)

Esta discussão decorreu do evidente impacto ambiental causado pelas atividades humanas e levou ao debate sobre as possibilidades de se desenvolver uma economia "limpa", "verde" ou "sustentável". O uso predatório dos recursos naturais passou a ser objeto de preocupação, sobretudo em países com grandes áreas de floresta, como o Brasil, a Indonésia e a Malásia. O conceito de ecossistema global ganha força, em vista do reconhecimento de que impactos ambientais locais poderiam ter influência global (DIAMOND, 2007). A devastação nas áreas tropicais, com a conseqüente redução da biodiversidade, entra na pauta de discussão. Contudo, será apenas após o fim da tensão Leste-Oeste causada pela Guerra Fria que estas questões ganham repercussão mundial.

Apesar da importância crescente dos problemas globais, envolvendo resoluções conjuntas de várias nações e continentes, observa-se também um retorno às questões regionais/locais. Fala-se em processos de “desterritorialização” (GEIGER, 1996), “reterritorialização” (NEVES, 1996), “fragmentação territorial” (SOUZA, 1996) e um retorno ao território (SANTOS, 1996):

O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmo pontos, mas contendo simultaneamente, funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas. (SANTOS, 1996, p.16)

No entender de Milton Santos, “o território se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos” (1996, p.19). Maurel, ao analisar a globalização na União Europeia, destaca que as diferenças e contrastes na caracterização dos subespaços regionais levaram a uma revitalização da região como unidade geográfica por excelência, inclusive acima do tradicional Estado, que surgiu no Renascimento (MAUREL, 1996, p.29). Para Fighera, isto ocorre:

À medida que o Estado se encontra menos capacitado para satisfazer as demandas da sociedade civil, posto que a ele compete assumir o custo financeiro da reconversão e o político da abrupta redução dos serviços públicos (Lechner, 1992), cada vez mais tende a mostrar níveis diferenciados de legitimação perante esta. Em conseqüência, não é por acaso que surgem variados e complexos processos vinculados a essas demandas, as quais podem ir desde reivindicações por maiores espaços de auto-realização, e que, nas palavras de Boisier, significa “tanto descentralização como autonomia, até casos extremos como a emergência de movimentos segregacionistas”. (FIGUERA, 1996, p.113-114)

Este processo não desfaz a importância política e econômica do Estado, apenas o transforma, conferindo-lhe novos papéis. Georges Benko destaca que o “Estado-nação continua sendo um elemento significativo dessa estrutura de atividades de produção”, apesar da redução de sua autonomia no plano econômico, decorrente “da internacionalização das estruturas de produção e do crescente papel das organizações internacionais” (BENKO, 1996, p. 54).

Seguindo a argumentação de Paul Hirst e Grahame Thompson (1998), os estados ainda preservam grande poder de governabilidade sobre os

movimentos da economia mundial. Além disso, são os estados-nações que controlam parâmetros fundamentais da economia, como câmbio, taxa de juros, tarifas exteriores e o arcabouço jurídico dos direitos de propriedade, que são essenciais para o desenvolvimento de uma economia de mercado.

Para Otavio Ianni, “os estados nacionais continuam a desempenhar os papéis de atores privilegiados, ainda que constantemente desafiados pelas corporações, empresas ou conglomerados”. Isso porque ainda polarizam diversas das “relações, reivindicações, negociações, associações, tensões e integrações que articulam o sistema mundial” (IANNI, 1996, p.79). Porém, destaca que o estado-nação

[...] está em declínio, sendo redefinido, obrigado a rearticular-se com as forças que predominam no capitalismo global e, evidentemente, forçado a reorganizar-se internamente, em conformidade com as injunções dessas forças. É claro que o Estado-nação, com sua sociedade nacional [...] continuará a existir. Mas não será mais o mesmo, isto é, já não é mais o mesmo. (IANNI, 1996, p.82)

A mudança da conjuntura externa faz com que as instituições estatais tenham de se adaptar às novas realidades, o que leva a uma situação em que o Estado oscila entre duas exigências contraditórias: “por um lado, adaptar seu espaço à competição, aligeirar as regras e encargos que pesam sobre os agentes econômicos, facilitar a circulação; por outro, tornar viva a solidariedade nacional” (DEFARGES, 1993, p.67).

Friedman descreve este processo como um dilema em que, pelo lado cidadão, as pessoas tornam-se apreensivas em relação à globalização e, por seu lado consumidor, tornam-se ansiosas em obter as vantagens e os baixos preços dos mercados globais (FRIEDMAN, 2005). Um número cada vez maior de países tem buscado o aumento das exportações e importações, e também a atração de investimentos estrangeiros como um caminho para o crescimento econômico mais rápido (NAKANO, 1994). A Cepal (2002) demonstrou que no período pós-1973 os países de melhor desempenho econômico foram também as de melhor desempenho exportador.

Este processo foi interpretado por Thomas Friedman (2005) como um “achatamento” do mundo, causado por algumas forças provenientes, sobretudo, do desenvolvimento tecnológico e das inovações dos últimos anos.

Neste “mundo novo”, as fronteiras nacionais tornam-se menos rígidas, pela velocidade e facilidade em que se dão as relações entre as pessoas. Ainda segundo Friedman, este processo de achatamento do mundo incorporou um grande contingente de pessoas ao mercado mundial, e com isso ampliou as possibilidade de cooperação, mas também de competição entre elas. Conti destaca que esta integração econômica realizada pela internacionalização da economia promove importantes efeitos espaciais, dado que “a globalização enfraquece a soberania econômica dos Estados-nações e, portanto, fortalece a especialização regional das atividades competitivas” (CONTI, 2005, p.213).

Segundo o autor, o problema da competitividade assume novas conotações, com importante efeito sobre a dimensão territorial. Isto se dá porque as empresas têm buscado incorporar receitas através da incorporação de *conhecimento* aos seus produtos. As regiões *vivem* um desafio de natureza organizacional, que implica capacidade de coordenação entre os agentes econômicos (produtores, consumidores, instituições e outros atores locais), uma vez que sua ligação com a economia global se dá por sua própria especialização produtiva. Conti destaca também que em função das transformações ocorridas nos anos 1970 houve uma recuperação dos conceitos de “externalidades econômicas”, revigorados pela teoria da regulação e pela teoria institucional. Desta forma, a região ganha importância por seus fatores de competitividade e sua capacidade de reagir às demandas mundiais.

Fernandes e Cano argumentam que a relação entre as corporações e as diversas escalas de atuação do Estado é resultado da ruptura com o modelo fordista de regulação:

Paralelamente à crise fordista, no que concerne ao sistema inter-Estados, a escala nacional deveria passar assim por uma intensa reestruturação, cedendo terreno para a escala local, apontada como mais ágil e próxima da população e do controle social, portanto, mais adequada ao regime de especialização flexível que viria a substituir o fordismo. (FERNANDES E CANO, 2005, p.265)

Desta forma, “A emergência do local reflete, portanto, um movimento mais amplo de reestruturação das condições de acumulação capitalista, em face da crise fordista, orientado segundo a ideologia do livre mercado” (idem, p.267). Os autores afirmam que os agentes econômicos e os grupos de

interesse não são levados a trocar a escala nacional pela escala local; o que ocorre é que suas interações passam a atuar em diversas escalas simultaneamente, com “o intuito de assegurar ou ampliar seu poder sobre os processos decisórios, pressionando a alteração das hierarquias escalares” (idem, p.267). Desta forma:

A escolha da escala “mais adequada” seria, no nosso entender, resultante menos da busca por uma maior coerência entre a dinâmica econômica e as estruturas político-regulatórias e mais da procura pela arena de maior conveniência para os agentes hegemônicos perseguirem seus objetivos político-econômicos. (FERNANDES E CANO, 2005, p.267)

Nesta interação, porém, há uma definição dos papéis de cada uma das estâncias estatais:

Do lado do Estado Nacional, a descentralização de políticas sociais, privatização, flexibilização de regulações, etc. Do lado do Estado local, a qualidade (e docilidade) da força de trabalho, o espaço construído e espaços livres e de lazer destinados às elites que deseja atrair, a logística e a infra-estrutura, enfim os aspectos relativos às condições específicas locais que vão supostamente qualificar a localidade abatida pelo desemprego em sua disputa por novos investimentos. (FERNANDES E CANO, 2005, p.273)

Assim, as escalas locais adquirem um papel de relevo, sobretudo por sua capacidade de criar externalidades positivas para a atração de capital. Estas escalas locais passam a ter um papel na definição dos modelos de inserção na economia global, ou seja, passam a ser uma escala juntos às demais:

Sendo assim, a questão não é destacar a suposta importância do local (nem sua menor importância) em tempos de globalização, em detrimento do nacional, mas reconhecer que é uma escala junto às demais, todas necessárias para a construção de alternativas ao modelo urbano competitivo, mesmo que algumas detenham maior poder de fogo que outras. (FERNANDES E CANO, 2005, p. 276)

Em análise dos processos de desenvolvimento regional, Becker afirma que a dinâmica de desenvolvimento contemporânea se caracteriza como síntese de dois processos contrários, um atuando desde fora e outro a partir da região:

Um de transnacionalização dos espaços econômicos (globalização), que pode ser, em tese, considerado como sendo o da direção econômico-corporativa do desenvolvimento, uma ação exercida de fora para dentro e de acordo com interesses econômico-corporativos,

multinacionais, multissetoriais e multifuncionais; outro, de regionalização dos espaços sociais (localização), que pode ser considerada, em antítese, como sendo a reação socioambiental do desenvolvimento, uma contra-ação exercida de dentro para fora de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento do lugar. (BECKER, 2003, p.39)

É retomada a questão do desenvolvimento regional. Para tanto, os fatores que comporiam as estratégias de desenvolvimento não passariam apenas pela acumulação de fatores de produção. Boisier argumenta que a busca de capital social também é uma forma de se obter desenvolvimento regional:

Parece ser evidente a principal implicação dessa análise, no que se refere às políticas de desenvolvimento regional: além das iniciativas de tipo tradicional, como a implantação de infra-estrutura, as ações de fomento e os esforços voltados para a atração de investimentos privados, devem ser adotadas medidas que contribuam para a acumulação de capital social, fortalecendo a coesão das comunidades, promovendo a colaboração na solução de problemas comuns e estimulando os vários atores sociais a participarem ativamente da discussão das questões de interesse público. (BOISIER, 1995, p.27)

Becker (2003) destaca dois tipos de regiões: aquelas que conseguem se integrar de forma ativa na globalização e aquelas regiões abortadas pelo processo de globalização. É em função do “capital social” regional existente:

Que algumas regiões conseguem responder, positiva e ativamente, aos desafios regionais da globalização contemporânea, construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. Ao combinarem, eficientemente, o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo, constituem uma dinâmica própria regional. (BECKER, 2003, p.40)

Há ainda a relação entre estes processos de globalização e o surgimento de novas espacialidades, o que fica evidente na argumentação sobre o desenvolvimento regional. Estas novas espacialidades são traduzidas por diversos conceitos, que buscam apreendê-las. Entre eles, o conceito de cidade-região, elaborado por Patrick Gueddes. O conceito visa abarcar a ideia de que, para resolver os problemas urbanos, habitação, transporte, saúde e educação, os limites territoriais tradicionais já não são suficientes. Surge desta forma o conceito de “conurbação”, ou seja, a junção de duas ou mais urbes numa só, logo estendido para áreas cada vez mais amplas.

Este conceito servirá de matriz para o estudo das aglomerações e regiões metropolitanas, sempre tendo em mente uma dificuldade em se dar conta das questões relacionadas ao planejamento urbano, sobretudo para a oferta de serviços básicos. Esta discussão pode ser vinculada aos problemas relativos a caracterizar uma região metropolitana ou um aglomerado urbano. Isso decorre do fato de que o crescimento urbano leva ao aparecimento de aglomerações que:

pela magnitude alcançada, tornam-se suscetíveis de apresentar problemas econômicos e sociais comuns, justificando a institucionalização de mecanismo de planejamento e ordenação de sua expansão. (DAVIDOVICH e LIMA, 1975:50)

A criação de instituições focadas na gestão do território traria a necessidade de se classificar um conjunto de cidades como participantes de uma mesma “dinâmica sócio-econômica” para fins político-administrativos. Isto acontece porque a definição adotada no Brasil para cidade coincide com o critério político-administrativo de município. Uma vez que o município é uma entidade territorial e política, participe da federação brasileira, isso acarreta problemas para o estudo da questão urbana.

Por isso, o IBGE adota ainda um critério de separação da população em dois grupos, urbano e rural, cuja definição obedece a um critério simples: população urbana é definida como toda a população residente na sede de município, e a população rural é obtida por diferença entre a população urbana e a total. Com isso, agrupam-se no Brasil sob o mesmo critério desde municípios com áreas territoriais gigantescas, como é o caso de Altamira (PA), com 161.446 km<sup>2</sup>, maior que o Estado de Santa Catarina, até Santa Cruz de Minas (MG) com apenas 3 km<sup>2</sup>. Também no quesito população, a variação é muito grande, desde Nova Castilho (SP), com 991 habitantes, até São Paulo (SP), com 10.434.252 habitantes.

Isso leva à adoção de outros conceitos que permitam apreender as diferenças existentes neste universo de municípios e populações, abrigados todos sob o mesmo critério. Assim, alguns autores procuram oferecer visões distintas sobre o processo territorial, adotando critérios particulares. Falando da divisão territorial brasileira, José Eli da Veiga (2002) demonstra que esta, no Brasil, segue basicamente o Decreto-Lei 311/1938, que determinou que “a

sede do município tem a categoria de cidade”. E o estatuto da cidade, segundo o autor, continua omissa nesta questão, já que não aponta para uma definição de cidade.

Adotando critérios alternativos, ele argumenta que apenas 455 dos 5.507 municípios mereceriam o título de cidades, sendo que 567 deveriam ser chamados de vilas e 4.485 de vilarejos (p.34). Deste modo, apenas 57% da população brasileira seria inequivocamente urbana, contra os quase 82% apontados pelo IBGE de acordo com o censo de 2002.

A ideia de se trabalhar com definições mais precisas para a delimitação do fenômeno urbano levou ao desenvolvimento de conceitos de região que dão mais importância à dinâmica econômica, à morfologia espacial e ao trânsito de pessoas e mercadorias. Este retorno ao empirismo provém de uma necessidade concreta de se contornar um problema estatístico. Assim, surgem novas propostas de estudo que visam abarcar a ideia das novas especialidades advindas na etapa contemporânea do capitalismo, decorrente da integração das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Para Sandra Lencioni:

Hoje em dia, já não se torna instrumental, ou seja, já não se apresenta como um recurso de grande valia pensarmos em termos de relações entre o local, o regional, o nacional e o internacional como relações que se desenvolvem conformando uma hierarquia piramidal. Uma hierarquia que obedece a níveis claramente distintos, no qual o local se constitui na base da pirâmide que se relaciona ao segundo nível, o regional, e esse ao terceiro nível, o nacional, que por fim, se relaciona ao nível hierárquico superior, o internacional. (LENCIONI, 2006a p. 67)

Para a autora, “as novas formas de se organizar a produção e o desenvolvimento das redes de fluxos vêm produzindo novos arranjos e dinâmicas territoriais” (LENCIONI, 2006a p.69). Com isso, a própria cidade se transformou numa região, uma vez que se tornou impossível separar uma da outra. Isto seria produto de um complexo sistema de redes e fluxos acelerados, que subverte a lógica anterior da hierarquia entre os lugares. O complexo de redes pode ser definido em redes materiais, basicamente as infraestruturas de transportes, que permitem o deslocamento de pessoas de um lugar ao outro, e redes imateriais, proporcionadas pelas redes de comunicação.

Lencioni (2006a) destaca que as cidades-regiões fragmentam o território – o que levou autores como Viard (1994) a defini-la como cidade-arquipélago,

ou ainda metápolis (ASCHER, 1995), exópolis (SOJA, 1996), cidade reticular (DEMATTEIS, 1998), cidade dispersa (MONCLUS, 1998) e metrópole região (MATTOS, 1999) – e conclui dizendo:

A cidade-região se constitui num novo fato urbano produzido pelo processo de metropolização que, no seu movimento, regionaliza o espaço. Metropolização e regionalização apresentam unidade, pois o processo de metropolização, quando desenvolve a cidade-região, se constitui, também, num processo de regionalização. (LENCIONI, 2006a, p.74)

Além do termo cidade-região, outros como “megacidades”, “macrometrópoles” ou ainda “arranjos urbano-regionais”, vêm sendo utilizados para tratar destas questões. Rosa Moura (2009) define estes novos espaços produzidos pela globalização, os “arranjos urbano-regionais”, como:

Arranjos concentradores de população, com relevância econômico-social e na infraestrutura científico-tecnológica, elevada densidade urbana e forte articulação regional, e extrema complexidade, devido à multiplicidade de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, finanças e de relações de poder, que se materializam em seu interior. Constituem unidades de alta produtividade e renda, dadas as atividades intensivas em conhecimento e tecnologia, tendo como segmentos estruturadores os mais modernos da indústria de transformação ou funções terciárias superiores. Caracterizam-se fundamentalmente pela multiplicidade escalar, elemento ao mesmo tempo potencializador e complexificador para o desempenho de ações articuladas, práticas de cooperação e união na busca do desenvolvimento. (MOURA, 2009, p.25)

Podem-se associar estes conceitos ao processo descrito como “metropolização”, já mencionado anteriormente. Lencioni entende que este processo implica “um território no qual os fluxos de pessoas, de mercadorias ou de informações são múltiplos, intensos e permanentes” (LENCIONI, 2006b, p.48). Nestes espaços é comum a necessidade de cidades conurbadas, bem como “a concentração das condições gerais necessárias às particulares condições da reprodução do capital nos dias atuais” (idem, 2006b, p.48). A utilização destes conceitos, contudo, implica elevada carga de empirismo, uma vez que são concebidos tendo em vista descrever a “essência da realidade”.

Os conceitos são concebidos e devem revelar universalidade, por assim dizer, expressar abrangência sem ter que expressar todas as particularidades do que está sendo considerado. O importante é que dêem conta de exprimir a essência do que está sendo referido. Isto significa que a pertinência de um conceito não é medida porque ele contém todas as propriedades, aspectos e características ou

movimentos do que está sendo considerado, mas porque ele exprime sua essência. (LENCIONI, 2006b, p.42)

E a carga empírica, por mais que se deseje atribuir generalidade aos conceitos, fica evidente na busca de marcos referenciais do processo de globalização. Autores como Paul Knox, ao tratar de cidades-globais, destacam a presença de grandes empresas, atividades e serviços que articulam os níveis metropolitano e regional:

World cities, then, are the nodal points that function as control centers for the interdependent skein of material, financial and cultural flows which, together, support and sustain globalization. They also provide an interface between the global and the local, containing economic, sociocultural and institutional settings that facilitate the articulation of regional and metropolitan resources and impulses into globalizing processes while, conversely, mediating the impulses of globalization to local political economies. (KNOX, 1995, p.236)

A própria proliferação de nomes para descrever o mesmo tipo de objeto é uma indicação da dificuldade operacional em se trabalhar com os limites destes conceitos. Firkowski (2006), para contornar o problema, trabalha com o conceito de “aglomerado metropolitano”, que permite

Qualificar os espaços abrangidos pela expansão da vida metropolitana, caracterizada por intensos deslocamentos, motivados pela ampliação crescente da localização de condomínios residenciais fechados, das ocupações irregulares e das indústrias. (FIRKOWSKI, 2006, p.62)

Todavia, persiste a ideia de que estas novas formas urbanas caracterizam novas paisagens, “marcadas cada vez mais por elementos relacionados a uma dinâmica internacionalizada”, tais como conjuntos de edifícios, espaços comerciais integrados ou diversificados, espaços para viajantes globais, espaços de entretenimento e espaços residenciais protegidos e segregados (FIRKOWSKI, 2006, p.64).

Haesbaert (2007) destaca que os trabalhos com o conceito de região, filiados a esta vertente neomarxista, muitas vezes acabaram resgatando noções de região caras à geografia clássica de Vidal de La Blache. Destaca-se, em sua análise, o conceito de região definido por Markusen, já em hora tardia da geografia crítica:

Uma sociedade territorial contígua, historicamente produzida, que possui um ambiente físico, um “milieu” sócio-econômico, político e cultural distinto de outras regiões e em relação a outras sociedades

territoriais básicas, a cidade e a nação. (MARKUSEN, 1987:16-17 *apud* HAESBAERT, 2007, p.41)

Haesbaert aponta ainda que essas novas proposições conceituais não representam simples “instrumentos de análise”, mas partem de evidências empíricas ou questões contemporâneas. Guardam, entretanto, características comuns às regiões da geografia clássica – diferenciação espacial, integração entre múltiplas dimensões do espaço, relativa estabilidade e continuidade e/ou continguidade espacial, e relevância da relação com o Estado – definindo-as entre os níveis local e global (HAESBAERT, 2007).

Dentro da geografia, podemos traçar uma longa tradição de autores que compreendem a região como uma materialidade, ou seja, um espaço situado entre o nacional e o local, dotado de características próprias. Estes autores podem ser enquadrados dentro da tradição “realista” da geografia. Nesta tradição, encontram-se as regiões naturais de Vidal de La Blache:

A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico. Ao geógrafo cabe desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração. (GOMES, 2000, p.57)

A preocupação com a descrição de entidades regionais se caracteriza por uma visão da ciência idiográfica, preocupada com a descrição de fenômenos particulares na superfície da Terra. Esta visão, cara não só a autores da geografia clássica mas a tantos outros, marca também o pensamento de Richard Hartshorne e Alfred Hettner, apesar de estes adotarem outra perspectiva para o conceito de região. Isto porque para os autores:

A região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço. Há em Hartshorne, como em Hettner, a suposição de que o método corológico orienta a geografia para uma unificação de seu campo de pesquisa físico e humano e a região é a síntese destas relações complexas. (GOMES, 2000, p.60)

O conceito de região natural, e seu retorno à geografia por meio dos autores neomarxistas, conforme apontado por Haesbaert, trouxeram novamente à tona este debate. A região tradicional e seus novos conceitos de forte conteúdo empírico acabam levando o trabalho científico a uma situação de descrição de fatos e de enquadramento de determinadas regiões de acordo

com os critérios definidos. Trata-se, novamente, de “descobrir” as regiões, ou arranjos regionais, ou qualquer outro nome singular que lhes seja dado no espaço, através do levantamento de dados em campo, ou ainda, em catálogos estatísticos. Tratando das regiões naturais de Vidal de La Blache, Diniz Filho (2000) destaca que este conceito:

Não carrega nenhuma intenção generalizadora, portanto, pois procura compreender as relações estabelecidas entre homem e natureza por uma via assumidamente historicista, centrada no processo histórico de criação de regiões singulares. (DINIZ FILHO, 2000, p.8)

De certa forma, a geografia neomarxista contemporânea realizou um retorno às questões e métodos da geografia tradicional, ao mesmo tempo em que é possível notar também um “renascimento” de uma visão de geografia/economia espacial mais analítica, ao menos no campo da análise econômica do espaço. Estas definições, de cunho nominalista ou funcionalista, foram marcadas pelos autores da geografia teórica ou quantitativa, para a qual:

A região não pode ser vista como uma evidência do mundo real-concreto, ela sequer pode pretender existir no mundo científico sem estar submetida a critérios explícitos, uniformes e gerais. [...] As divisões não definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação. (GOMES, 2000, p.63)

A introdução do referencial analítico, sobretudo marcado pelo uso mais intensivo da linguagem matemática, com a formulação de modelos, visou aproximar a geografia das outras ciências, principalmente da economia regional. Gomes (2000) destaca que, neste campo de estudos, a região deixa de ser um fim em si mesma, objeto de estudo da geografia, e passa a ser uma categoria de análise. Este conjunto passa a ser conhecido como análise regional.

Assim, pode-se aplicar um conceito de região mais flexível, conforme o objeto a ser estudado. No caso da geografia econômica, o objeto de estudo não é o espaço ou a região, mas a busca da explicação sobre os problemas ligados ao desenvolvimento. A convergência inter-regional de rendas, o crescimento do produto e do valor adicionado por trabalhador e os problemas

relativos à concentração e à distribuição espacial das indústrias são os temas que levaram às conceituações de região sob o prisma econômico.

Richardson (1975) destaca que o estudo das questões regionais por parte dos economistas surge como um desafio diante dos problemas ligados ao desenvolvimento, uma vez que as predições das teorias neoclássicas de tendência à convergência de renda entre as diferentes regiões dificilmente se concretizavam. Aponta o fato de que as forças de mercado nem sempre levam a uma homogeneidade espacial, sendo que “em certas circunstâncias, podem operar de forma instabilizadora”. Esta constatação despertou a “atenção para o problema do planejamento de como determinar a distribuição ótima da atividade econômica de acordo com os objetivos políticos que harmonizam a eficiência e a igualdade” (RICHARDSON, 1975, p.17). Dentro da economia, a economia regional pode ser definida como:

O estudo da diferenciação e inter-relação de áreas num universo de recursos desigualmente distribuídos e imperfeitamente móveis, com ênfase especial na aplicação de planejamento dos investimentos de capital social para mitigar os problemas sociais criados por estas circunstâncias. (DUBEY, 1977, p.26)

A análise espacial, de acordo com Ferreira, deve responder *o que está onde e por que*, estudando “os tipos específicos de atividades econômicas, suas localizações em relação a outras atividades econômicas”. Além disso, cabe ao analista especial “questionar os problemas relativos à proximidade concentração e dispersão das atividades e às semelhanças ou diferenças dos padrões de distribuição geográfica dessas atividades” (FERREIRA, 1989, p.47).

Este ramo de atividade surge no cruzamento de diversos campos de conhecimento e, por conta disto, busca a interação entre campos diferentes. Ferreira (1989) entende que

A Economia Espacial e a Economia Regional fornecem elementos substanciais para o entendimento dos processos de consolidação das atividades nas regiões. A concentração do capital industrial e a aglomeração das atividades econômicas em poucas localizações geográficas distribuídas irregularmente representam, de fato, os problemas centrais da Economia Espacial e Regional, de tal forma que os problemas de desenvolvimento sócio-econômico regional são também problemas de localização. (FERREIRA, 1989, p.47)

Desta forma, a definição de uma região ou um espaço regional deve obedecer critérios que sejam mensuráveis, adotando estratégias e ferramentas

que permitam a descrição do fenômeno e sua interpretação. Desta forma, é necessário um conceito para desenvolvimento regional, que Amaral Filho compreendia como:

Um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido. (AMARAL FILHO, 1996, p.37)

Schumpeter, ao caracterizar o desenvolvimento econômico, destacava este processo do fluxo circular da renda na economia. A repetição do fluxo econômico não implicava desenvolvimento, uma vez que as quantidades produzidas, o estoque de capital e as quantidades reinvestidas mudavam apenas para que a situação permanecesse em equilíbrio. Assim, o desenvolvimento econômico é marcado por “aquelas transformações da vida econômica que não lhe sejam impostas de fora para dentro e sim que surjam, por iniciativa própria, no âmbito interno” (SCHUMPETER, 1961, p.89). Continua apontando que o desenvolvimento pode ser compreendido como “transformação espontânea e descontínua das artérias do fluxo [circulatório], distúrbio de equilíbrio, que altera e desloca, para sempre, o estado de equilíbrio preexistente” (idem, p.91).

As modificações no sistema econômico que rompem o ciclo normal da renda na sociedade explicam a transformação da economia. Desta forma, não estaria no mercado, ou seja, na demanda de bens e mercadorias, a capacidade de transformar o sistema econômico, mas no lado da oferta, ou seja, na capacidade dos empreendedores de ofertar novos produtos e novas formas de produzir os mesmos produtos. Celso Furtado afirmou que “o desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência e, noutra, com o de riqueza” (FURTADO, 1980, p.41).

Para mensurar o processo de desenvolvimento é necessária a escolha de determinadas variáveis econômicas. Haddad conclui que o desenvolvimento de uma região no longo prazo depende da interação de diversos processos, entre os quais podem-se destacar:

Participação relativa da região no uso dos recursos nacionais, determinada a partir dos critérios econômicos e políticos prevaletentes no processo de alocação inter-regional dos recursos; direção e magnitude que o quadro global das políticas econômicas nacionais (macroeconômicas e setoriais) tem sobre a região; capacidade de organização social e política da região, ou seja, de transformar os impulsos de crescimento em “estados” de desenvolvimento, associando aumento da autonomia de decisão da região, aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo crescimento econômico e preservação do meio ambiente. (HADDAD, 1993, p.261)

A explicação dos processos de crescimento e desenvolvimento regional levou à elaboração de diversas teorias, entre as quais podemos destacar a teoria dos polos de desenvolvimento, de François Perroux. De acordo com Furtado (1980), Perroux adiciona o componente espacial às teorias de desenvolvimento de Schumpeter e explica os determinantes da concentração regional da renda e da indústria. Perroux inicia a exposição de sua teoria apontando o problema espacial ligado à questão do crescimento:

O fato, rude, mas verdadeiro, é o seguinte: o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia. (PERROUX, 1977, p.146)

Numa situação de concorrência perfeita, a maximização dos lucros de cada firma individual coincide com a maximização do produto global, e estes lucros são função de suas compras e vendas no mercado de fatores. Desse modo, cada firma maximiza seu próprio lucro por decisões próprias, e isto acontece por conta do fator integrador entre elas, que é o preço comum. Contudo:

Bem diferente é a situação em que os lucros de uma firma são função não apenas de suas vendas e de suas compras no mercado de fatores, mas, também, das vendas e das compras de fatores de uma outra firma. Nessa segunda situação, o vínculo entre as duas firmas não mais se dá pela existência de um preço único. Ambas as firmas estão ligadas entre si pelas vendas de bens e serviços e pelas compras no mercado de fatores e, uma vez que estes elementos dependem da técnica e de suas mudanças, estão também, por elas ligadas. [...] Esta é uma das conceituações recentes do termo *economias externas* (“*external economies*”). (idem, p.148)

Os polos de desenvolvimento não são, *a priori*, coincidentes com a ideia de concentração geográfica. De certa forma, a polarização pode ser definida como “o processo pelo qual o crescimento de uma atividade econômica

denominada propulsora põe em movimento o de outras atividades econômicas através de economias externas” (AYDALOT, *apud* HANSEN, 1975, p.153). Portanto, o polo não necessariamente terá uma existência espacial autônoma.

Mas, como uma empresa e seus fornecedores normalmente se encontram aglomerados espacialmente, isto leva à criação de economias externas por conta da proximidade espacial, o que proporciona modificações no meio urbano. Nos estudos desta área, a existência de economias de aglomeração é vista como condição básica para a existência de cidades. Pode-se apontar que, do ponto de vista econômico, para a existência de uma “região” sem cidades, as seguintes condições econômicas deveriam estar disponíveis:

- Igual produtividade; em todos os setores de atividade e em todos os lugares;
- Inexistência de economias de escala na produção;
- Inexistência de economias de escala no transporte.

A inexistência destas condições implica o aparecimento de cidades. A presença de diferenças de produtividade, seja no trabalho ou na terra, a existência de economias de escala na produção, proporcionadas pela especialização e pelo emprego de capital, e a redução dos custos de transportes, proporcionada pela concentração espacial, tornam as cidades resultado do desenvolvimento do comércio. O’Sullivan destaca fortes evidências empíricas que comprovam esta tese, quando da observação do surgimento de um rede de cidades na Inglaterra, após a conquista pelos normandos:

Before the Norman Conquest in 1066, the making of wool cloth in England was an entirely local affair. Individual households and villas raised their own sheep, spun the raw wool into yarn, and wove the yarn into cloth. In other words, households were self-sufficient in cloth production, and no cities were involved in local trade.

The Norman Conquest increased the interaction between England and the continent, setting the stage for the development of woolen cloth trade. The barriers to trade fell, and England was able to exploit its comparative advantage in the production of wool cloth. Exports to the continent rose, causing the development of small cities and towns based on the cloth trade. (O’SULLIVAN, 2003, p.23)

O surgimento de uma indústria relacionada com a fabricação e o comércio de roupas levou ao desenvolvimento inicial de uma rede de cidades. Os custos de transporte decorrentes da especialização da produção entre diferentes regiões são compensados principalmente pelas economias de escala. Estas podem ser definidas, de acordo com Richardson, em três tipos básicos:

As economias internas; economias externas à firma, mas internas à indústria e economias externas a uma indústria, isto é, lucros provenientes de firmas em todas as indústrias como resultado de aumentos no tamanho econômico total em um dado local, o que consiste primacialmente em economias de urbanização. (RICHARDSON, 1973, p.66)

As economias internas são aquelas decorrentes do aumento da eficiência à medida que aumenta a escala da produção. As economias externas à firma, mas internas a um setor industrial, são explicadas principalmente pelos conceitos de “distritos industriais” ou ainda “clusters”. Ocorrem “devido ao aumento da produção total da indústria nesse mesmo local” (FERREIRA, 1989, p. 105). E por fim as economias de urbanização, decorrentes do aumento do nível econômico (população, renda, produção ou riqueza), para todas as indústrias tomadas em conjunto (idem, p.105). A maioria destas economias, ressalta Ferreira, decorrem de efeitos de escala ou indivisibilidades, sendo uma das poucas exceções as reduções nos custos de transporte decorrentes de *linkages*.

Pode-se dizer que as economias de escala são externas quando uma empresa se beneficia de decisões tomadas por outras empresas (O’SULLIVAN, 2003, p.39). As economias de escala externas a uma indústria são proporcionadas por outros fatores não ligados ao processo de trabalho, como disponibilidade de mão de obra treinada por concorrentes e presença de serviços auxiliares, como auditoria, contabilidade, publicidade, entre outros. Assim, o crescimento urbano pode ser compreendido como uma variável ligada diretamente a estes retornos crescentes das economias externas:

Lampard (1963) sugeriu que o crescimento urbano é a manifestação espacial de retornos crescentes para as economias externas e de escala. Economias de aglomeração seriam, provavelmente, induzidas a se reunirem espacialmente, mesmo na ausência de custos de transportes ou de preços altos de terrenos. Elas incluem: as economias de escala em nível da indústria ou da firma, economias

externas incluindo acesso a um mercado comum de trabalho, benefícios advindos de contratos pessoais e o fornecimento de serviços de comércio, acesso à população e ao potencial de mercado, fatores ambientais e efeitos de vizinhança. (RICHARDSON, 1978 p.6)

A existência destes fatores, obviamente, beneficia não apenas as firmas individuais mas também os trabalhadores, uma vez que a aglomeração favorece o fornecimento de trabalho para as empresas, bem como proporciona a existência de “amenidades” relacionadas às grandes cidades:

As economias de urbanização [...] possuem a vantagem da localização e estão acima do mercado urbano. Incluem economias de escala na provisão de serviços estaduais urbanos, em negócios particulares, e em facilidades sociais, culturais e de lazer. Alguns destes podem ser fornecidos mais eficientemente em larga escala; outros podem ser fornecidos somente acima de um limite de tamanho urbano porque precisam de uma grande área de mercado para apoiá-los. Estas economias externas quase sempre têm influência não somente na redução de custos de produção, mas, mais dinamicamente, atraindo migrantes, capital, gerentes e outros agentes de decisão, pessoal altamente especializado, incluindo tecnólogos e inovadores. Deste modo, o potencial de crescimento dos grandes centros urbanos aumenta. (RICHARDSON, 1978, p.77)

As economias de escala resultam da maior eficiência em se especializar na produção de um determinado bem ou serviço. O aumento da quantidade produzida otimiza o emprego de capital, trabalho e matérias-primas. Esta geração de economias de escala proporcionada por uma determinada indústria acaba mobilizando diversos setores da economia. De certa forma, um polo industrial complexo, conforme definido por Perroux, proporciona uma mudança qualitativa nos preços do mercado de fatores e irradia seus efeitos por outros segmentos da economia:

Em um pólo industrial complexo, geograficamente aglomerado e em crescimento, registram-se os efeitos da intensificação das atividades econômicas, devido à proximidade e aos contatos humanos. A aglomeração industrial-urbana suscita tipos de consumidores com padrões de consumo diversificados e progressivos, em comparação com os do meio rural. Necessidades coletivas (habitação, transportes, serviços públicos) emergem e se encadeiam. Rendas da terra vêm somar-se aos lucros dos negócios. No âmbito da produção, tipos de produtores (empresários, trabalhadores qualificados, quadros industriais) formam-se e mutuamente se influenciam, criam suas tradições e eventualmente participam do espírito coletivo. (idem, p.154)

Perroux aponta que este “pólo industrial complexo geograficamente aglomerado” pode modificar, se for suficientemente poderoso, toda a estrutura

da economia nacional em que estiver situado. Além disso, tem um papel transformador das estruturas espaciais lindeiras:

Como centro de acumulação e de aglomeração de recursos humanos e de capitais fixos e fixados, dá origem a outros centros de acumulação e aglomeração de meios humanos e de capitais fixos e fixados. (idem, p.154)

Manuel Correa de Andrade destaca que o polo de desenvolvimento surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, a qual pode ser identificada como aquela que “antes das demais, realiza a separação dos fatores de produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização” (ANDRADE, 1987, p.58):

Em conseqüência, a indústria motriz tem, durante certos períodos, um crescimento do seu próprio produto mais elevado que o crescimento médio do produto industrial e do produto nacional. Este crescimento acelerado, porém, não é permanente, mas se faz sentir por um certo período após o qual sobre um decréscimo relativo. (ANDRADE, 1987, p.58-59)

Para que o decréscimo relativo não seja permanente e leve à inviabilização mesmo da persistência dos efeitos do polo de desenvolvimento, é necessário um esforço contínuo de renovação:

Assim, observa-se que os efeitos motrizes da indústria não são permanentes e que, em conseqüência, uma indústria que hoje provoca o aparecimento de um pólo, se ela não se renova, não dá margem ao surgimento de uma série de outras indústrias que mantenham a dinamização por ela desencadeada, fará com que o pólo desapareça gradativamente, que por sua função polarizadora vá sendo absorvida por outros centros, por outros pólos. (ANDRADE, 1987, p.58-59)

A mesma indústria que gera o crescimento de uma região pode, em outro momento, ser o estandarte de sua decadência, dependendo da capacidade de renovação do ciclo de crescimento e concentração de capitais. Por isso, nota-se que uma vez restrita ao alcance no mercado regional ou nacional, uma indústria motriz pode não ser capaz de encadear a continuidade do processo de desenvolvimento. A indústria motriz, com seus efeitos sobre a economia global, engendra a formação de uma “região polarizada”.

Obviamente, surgiram críticas a estes conceitos, sobretudo por conta de sua tentativa de aplicação ao planejamento regional, que, como mencionamos,

foi alvo também de ataques, como o de que “alguns conceitos da teoria de polarização não são suficientemente precisos para que se utilize o pólo de crescimento como um instrumento de política” (BARBOSA, 1977, p.140). Um dos problemas ligados ao trabalho com este conceito é a ideia de indústria motriz, entendida por alguns autores como um estabelecimento fabril; as novas técnicas de produção, com a menor ênfase atual na produção verticalizada, colocariam em cheque sua capacidade de gerar dinamismo (LENCIONI, 2006b).

Todavia, de acordo com Perroux, a indústria motriz pode ser definida como “indústrias que constituem pontos privilegiados de aplicação das forças ou dinamismos de crescimento” (PERROUX, 1977, p.153). Sua atuação leva a uma desestabilização, ou seja, um rompimento com o equilíbrio estático de mercado, o que seria a condição básica para engendrar o processo de desenvolvimento.

A ação “desestabilizante” de cada um desses regimes, tomados isoladamente, constitui um surto de crescimento quando, a longo prazo, a firma dominante eleva a produtividade da indústria e realiza uma acumulação de capital eficiente, superior àquela que teria ocorrido no caso de uma indústria submetida a um regime de maior concorrência. (PERROUX, 1977, p.153)

Estes polos de desenvolvimento transformam o padrão espacial regional, formando polos industriais complexos. Desta forma, com base neste critério, é possível uma caracterização de “região”. A primeira delas seria a região homogênea:

Trata-se de uma descrição estática dos fatos observados sobre uma região estudada, ou ainda, de um estudo morfológico. Baseando-se em critérios selecionados, como a densidade e estrutura da população, seu nível de renda, suas atividades industriais ou agrícolas, bem como os tipos de investimentos, definem-se as regiões de tal modo que a dispersão relativa das características observadas (medida, por exemplo, pelo desvio padrão) será mínima, no sentido de que uma mudança dos limites regionais aumentaria a dispersão média. (PAELINK, 1977, p.161)

Um segundo tipo de região, é a “região programa”, que pode ser entendida como parte de um plano de desenvolvimento, ou ainda como área geográfica de atuação de uma empresa. Na sequência, a presença de regiões polarizadas definidas como “o lugar de intercâmbio de bens e serviços, no qual

a intensidade interior é superior, em cada ponto do espaço definido, à intensidade exterior” (PAELINK, 1977, p. 176):

Esta assimetria provém da influência de um centro de gravidade – o pólo de crescimento, entendido como um grande conjunto de empresas em estado de intercâmbios intensivos. A região polarizada se define, assim, no campo dos processos econômicos ou da fisiologia econômica. (idem, p.176)

A polarização tem por resultado quatro efeitos na região econômica: a polarização técnica, derivada das economias de escala propriamente ditas; a polarização pelas rendas, que determina a formação de mercados de consumo atrativos; a polarização psicológica, que deriva das trocas de experiências e de informações possibilitadas pela proximidade entre os centros administrativos das grandes empresas; e a polarização geográfica, que implicaria concentração espacial.

É importante observar que estas teorias econômicas espaciais, apesar da grande repercussão alcançada durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial, saíram do debate justamente após os anos 1970, ou seja, o período marcado como o da última e nova fase da globalização. Provavelmente influenciadas pela queda na capacidade de investimento do Estado, e pela ascensão de um novo *establishment* acadêmico, marcado pelo marxismo, a análise regional e suas técnicas de planejamento tiveram seu desenvolvimento interrompido, ao menos na geografia brasileira.

Os eventos de 1968 impactaram profundamente o ambiente acadêmico europeu e norte-americano, o que levou à virada em direção à geografia crítica, marxista ou geocrítica, que, apesar da multiplicidade de análises e vertentes internas, apresentava como característica comum uma espécie de “frente ética” contra o que havia anteriormente. É importante destacar que esta virada em direção ao marxismo não atingiu, por exemplo, a economia, que mesmo considerando-se os desvios heterodoxos em relação à corrente principal, em momento algum abortou os instrumentos metodológicos que também eram caros à nova geografia. Diniz Filho destaca que:

De imediato, o elemento comum mais importante entre os geógrafos críticos, que explica o procedimento destes de estabelecer um qualificativo que permitisse enfeixar suas variadas propostas epistemológicas numa definição geral, era a intenção de revolucionar

a Geografia em termos teórico-metodológicos, éticos e políticos. (DINIZ FILHO, s/d, p.5)

A renovação crítica tinha por objetivo “a transformação da realidade social, trazendo o saber como uma importante arma para este processo”. Confunde-se o pesquisador com o militante político, uma vez que o próprio “conhecimento científico assume um conteúdo fortemente político e, portanto, a geografia deve ser militante, ou seja, lutar por uma sociedade mais justa e servir como um instrumento de libertação do homem” (MORAES, 1999). Nesta concepção da geografia, os pesquisadores assumem como função “avaliar profundamente as contradições inerentes ao sistema capitalista de produção, desvendando, conforme Moreira (1982a), as 'máscaras sociais' desse sistema” (MOURA *et al.*, 2008).

O fato é que, se por um lado a geografia acabou por romper com os pressupostos políticos que orientavam as pesquisas da chamada *New Geography*, por outro, suas metodologias e técnicas receberam críticas que não invalidaram a base de seus procedimentos. Assim, as críticas mais comuns atribuídas às teorias da geografia quantitativa eram de que “desconsideravam o tempo”, não revelavam as “máscaras sociais”, que levavam a uma “alienação pela matemática”, ou ainda, a mais comum, que estavam “a serviço do estado burguês” e eram apenas um “instrumento na luta de classes”.

Contudo, este tipo de crítica não impediu que, anos mais tarde, muitos dos geógrafos desta mesma vertente adotassem perspectivas funcionalistas em seus trabalhos, como fica evidente nos diversos estudos sobre redes de cidades e urbanização, em que as estatísticas e algumas técnicas de pesquisas quantitativas voltam a ser utilizadas. Desta forma, nos anos 1990 e 2000 assistimos a um renascimento das pesquisas relacionadas aos procedimentos teórico-metodológicos da “Ciência Regional”, sobretudo nas análises dedicadas a desvendar os efeitos das economias de aglomeração e dos clusters nas análises espaciais. Este retorno também é visto, sobretudo na década de 2000, com a volta da capacidade de investimento de diversos estados nacionais, o que leva à definição de políticas para estímulos à inovação, formação e subvenção aos “Arranjos Produtivos Locais”.

Desta forma, a crescente importância do papel da economia internacional nos processos de desenvolvimento local levou diversos autores a formular questões sobre a possibilidade de o mercado global ser utilizado como uma forma de estímulo às economias locais. São recorrentes os trabalhos que empregam os conceitos de competitividade espacial e expressam preocupação com o desenvolvimento local. O estudo da competitividade permitiu desenvolver a ideia de que as regiões podem buscar caminhos para o desenvolvimento desatrelados de suas economias nacionais.

Michael Porter (1993), em seu livro “A vantagem competitiva das nações”, indica que muitas vezes a origem da competitividade de um país encontra-se regionalmente concentrada, por conta das condições específicas de fatores presentes numa região do país, mas não necessariamente em todo o mercado nacional. Keinichi Ohmae, no livro “O fim do Estado-Nação”, destaca que o fim da Guerra Fria levou a uma série de mudanças na economia mundial, com a incorporação de milhões de pessoas ao mercado, desejosas de um padrão de vida melhor. Diante desta questão, o autor se pergunta quais são os verdadeiros protagonistas da economia global e o papel das fronteiras arbitrárias, historicamente acidentais dos estados-nações, num futuro em que as fronteiras econômicas estão desaparecendo continuamente.

Ohmae destaca que há quatro componentes fundamentais na economia contemporânea, apontados por ele como os 4 “Is”. O primeiro é o investimento, sobretudo aquele disponível na forma de fundos privados para investir – diz-nos que após as desregulamentações financeiras, as oportunidades de investimento transfronteiriço aumentaram significativamente. O segundo “I” apontado por Ohmae é a indústria, com uma orientação cada vez mais global, que faz com que as modernas corporações multinacionais, ao se deslocarem, levem consigo tecnologia e *know how* gerencial. O terceiro “I” é a tecnologia da informação, que permite que as empresas atuem em diferentes partes do mundo sem ter de construir todo um sistema de negócios. Por fim, o quarto “I” é composto pelos consumidores individuais, resultado do crescimento da renda, da sofisticação dos gostos e de sua demanda por produtos com qualidade maior a preços mais acessíveis.

Ohmae argumenta também que a cartografia mundial muitas vezes pode ser ilusória: onde o mapa mostra país pobre, pode se esconder uma “região” rica. Entretanto, os governos nacionais podem atrapalhar o desenvolvimento destas regiões com medidas protecionistas que atuam em todo o país. Sobre o estado-nação, Ohmae afirma que:

Atacados por mudanças súbitas na dinâmica industrial, nas informações disponíveis, nas preferências dos consumidores e nos fluxos de capitais; onerados pelas exigências do mínimo público e de subsídios ilimitados em nome do interesse nacional; e cerceados por sistemas políticos que se mostram cada vez menos capazes de responder aos novos desafios, esses agregados políticos já não fazem mais sentido convincente como unidades delimitadas e significativas num mapa atualizado da atividade econômica. (OHMAE, 1996, p.73)

Para Ohmae (1996), “onde existe a prosperidade, sua base é regional. E quando uma região prospera, sua boa fortuna espalha-se pelos territórios adjacentes dentro e fora da federação política a que pertence” (OHMAE, 1996, p.95). Ressalta o surgimento de unidades econômicas que não se restringem às fronteiras nacionais, constituindo o que ele chama de “estados-regiões”. Estes podem ser definidos como:

[...] unidades econômicas, e não políticas, e seu foco não têm nada de local. [...] São motores do desenvolvimento tão poderosos porque sua orientação e sua ligação básica dá-se com a economia global. (OHMAE, 1996, p.83)

No entanto, ele destaca que os estados-regiões não são o mesmo que uma megacidade, embora possam ter o mesmo tamanho. Isto porque:

[...] esses imensos agregados humanos não se voltam – ou não se podem voltar – para a economia global em busca de soluções para os seus problemas ou de recursos para implementar soluções. Pelo contrário, voltam-se para os governos centrais dos Estados-nações em que residem. (OHMAE, 1996, p.75)

Os estados-regiões não fogem da dicotomia global-local, com a “inovação” de poder realizar a transposição, se necessária, das fronteiras nacionais. Baseia-se, portanto, numa ideia de Jane Jacobs (*apud* OHMAE, 1996) de que “as unidades significativas da vida econômica eram – e, na verdade, continuam sendo – os aglomerados urbanos e suas respectivas zonas rurais”.

Desta forma, o conceito de estado-região só aparece como realmente inovador ao destacar a capacidade destes aglomerados humanos de assumir uma dinâmica própria de crescimento econômico, que muitas vezes encontra-se mais atrelada a eventos que ocorrem fora de seu entorno imediato, e cujas conexões muitas vezes extrapolam a esfera local.

O termo “estado-região” aparece muito mais como uma “noção” que como um “conceito” rigidamente delimitado. Para tornar seu uso operacional, deve-se aprofundar a discussão sobre o conceito e destacar sua capacidade de uso instrumental nos estudos de geografia econômica. Para Ohmae, a força de um estado-região situa-se em sua atratividade. Sobre suas “fronteiras”, ele afirma:

[...] não seguem as linhas claras da geometria euclidiana, mas sim pontos e manchas indistintos de uma pintura impressionista, obter dados precisos é uma tarefa bem mais difícil. Os Estados-regiões não são compartimentos organizados onde conjuntos bem definidos podem ser agrupados. Pelo contrário, se assemelham muito mais a ímãs pairando sobre um campo de fragmentos de metal, curvando e alterando o movimento dos fluxos. (p.107)

Aqui podemos visualizar certa semelhança entre o conceito de estado-região e o de região polarizada ou polo de crescimento. François Perroux entendia o espaço econômico como:

Um conjunto de relações que se referem aos diversos fenômenos econômicos, sociais, institucionais e políticos interdependentes sem envolver, contudo, a localização em eixos cartesianos ortogonais. [...] são espaços de “n dimensões”, sendo n maior que três, de tal forma que os pontos nesse espaço não podem ser localizados geograficamente. (PERROUX *apud* FERREIRA, 1988 p.50)

O espaço econômico é composto por um conjunto de regiões econômicas e “quando se delimita uma região ressaltam-se suas características, que a diferem de outras regiões e a igualam a outro conjunto de regiões” (FERREIRA, 1988, p.51). Desta forma, a região pode ser delimitada segundo um conjunto de características que se deseja ressaltar ou ocultar, servindo a um propósito de estudo. Ohmae destaca que a capacidade que um estado-região tem de ultrapassar as fronteiras diz respeito às chamadas economias de serviço, que se dão muitas vezes pela área de cobertura do sinal de televisão, rádio, alcance da publicidade etc.; portanto, características

econômicas que delimitam o campo de atuação de determinadas empresas e as forças atuantes em seu mercado de trabalho.

De certa forma, o conceito de estado-região carrega alguma semelhança com o de polo de desenvolvimento ou de crescimento, uma vez que sua ênfase recai não sobre características implícitas da região ou da delimitação natural, mas na capacidade das empresas e da sociedade local de gerar dinamismo econômico a partir de economias externas ou de aglomeração.

Pode-se, portanto, ao apropriar-se da idéia de estado-região, que transcende os limites nacionais, mas ao mesmo tempo utilizar como elemento caracterizador sua capacidade de gerar dinamismo a partir de elementos endógenos, definir um conceito de “Região” como um conjunto de aglomerados urbanos que apresentam uma dinâmica própria de crescimento econômico, vinculada à capacidade de seus agentes de realizar conexões com os fatores dinâmicos do crescimento global, de forma independente da atuação de seus respectivos governos centrais.

Esta relativa “independência” do governo central decorre do fato de que seus agentes econômicos são receptivos ao investimento, propriedade e produtos estrangeiros, assim como tudo “que contribuir para empregar produtivamente sua população e melhorar sua qualidade de vida e para dar-lhe acesso aos melhores e mais baratos produtos de qualquer parte do mundo” (OHMAE, 1996, p.83).

No próximo capítulo iremos trabalhar a dinâmica econômica de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, procurando destacar as características que permitem apontá-la como a região, no sentido acima definido, isto é, um conjunto de aglomerados urbanos capazes de apresentar uma dinâmica própria de crescimento econômico, relativamente autônoma das decisões de seus respectivos governos centrais. No caso específico desta região, sua característica mais marcante é seu caráter transfronteiriço.

### 3 A TRÍPLICE FRONTEIRA COMO UMA REGIÃO

A tese que orienta esta pesquisa é a de que, em função de suas peculiaridades, os municípios da Tríplice Fronteira – tomando o termo em português para designar todas as entidades político-administrativas que se situam nesta área – constituiriam uma “região”, segundo o conceito definido no final do capítulo anterior deste trabalho, de que estas cidades seriam capazes de gerar uma dinâmica de crescimento econômico própria. Obviamente, esta visão de uma “economia regional”, à parte de seus todos nacionais, poderia ser representada tanto por um crescimento maior que as médias das áreas próximas, quanto por uma perda de dinamismo, não verificada em outras regiões. Para demonstrar esta diferenciação regional, é necessário apontar e explicar as diferenças entre os processos econômicos que ditam o “ritmo” ou a taxa de crescimento econômico de cada uma destas regiões.

O presente capítulo visa analisar a Tríplice Fronteira a partir desta premissa, de que a região, conforme iremos tratar a área de estudo, tem características próprias que a diferenciariam de outras regiões do Estado do Paraná e do sul do Brasil. Para tanto, foram analisados os fluxos de comércio entre Brasil e Paraguai nas últimas duas décadas, a partir das estatísticas oficiais disponíveis nos órgãos responsáveis de ambos os países; realizada uma descrição das peculiaridades da economia de Foz do Iguaçu em relação às outras cidades paranaenses e uma breve descrição da importância de Ciudad del Este na rede urbana do Paraguai.

Por uma questão de disponibilidade estatística, maior atenção será dada ao município de Foz do Iguaçu, uma vez que o Brasil dispõe de diversos bancos de informação que permitem problematizar a cidade de Foz do Iguaçu no contexto das outras cidades médias paranaenses e particularizar sua economia local, ressaltando as diferenças em relação aos outros municípios. A partir desta análise, será possível demonstrar que a dinâmica econômica de Foz do Iguaçu difere daquela presente nos outros municípios paranaenses.

### 3.1 RELAÇÃO ECONÔMICA BRASIL-PARAGUAI

Durante séculos, o principal parceiro econômico do Paraguai foi a Argentina, por sua posição em relação às vias naturais de transporte estruturadas pela bacia do rio da Prata. Este cenário começou a se modificar ao longo dos anos 1950, com a aproximação cada vez maior entre os governos do Brasil e do Paraguai. A motivação desta aproximação, por parte do Brasil, eram os objetivos geoestratégicos de longo prazo do Estado-Maior brasileiro, conforme já demonstrado na apresentação dos planos dos geopolíticos que influenciaram a formação do pensamento dos governantes do país.

Por parte do Paraguai, a aproximação com o Brasil cumpria um duplo papel: aumentava o poder de barganha paraguaio, uma vez que o país poderia negociar com as duas forças antagônicas do continente, além de fornecer a Strossner a possibilidade de “neutralizar” seus adversários políticos, que se encontravam exilados, predominantemente, na Argentina (MENEZES, 1989). Além disso, nas palavras de Strossner, a abertura dos portos brasileiros ao Paraguai forneceria o “segundo pulmão” que faltava para a economia paraguaia poder respirar e, assim, se desenvolver.

Villalobos (1992) destacou que durante os anos do governo Strossner, sobretudo a partir de década de 1960, o Paraguai passou por um acelerado processo de crescimento econômico e desenvolvimento, depois de uma relativa estagnação vivida entre a guerra da Tríplice Aliança e os anos 1950. Este processo pode ser observado a partir da colonização de terras (do Chaco, mas também, e principalmente, da fronteira-leste do país, com o Brasil), da abertura de estradas e da construção de grandes obras hidrelétricas, que permitiram o desenvolvimento de uma economia agrária voltada para a exportação. Esta ocupação consolida o Paraguai como um país agrário-exportador.

O comércio bilateral com o Brasil também foi favorecido por conta do plano de expansão de exportações industriais, que teve no Paraguai uma referência para a aquisição de expertise em exportação, além de criar um mercado cativo para os produtos nacionais. Obviamente, o peso da economia paraguaia nos totais exportados pelo Brasil é, atualmente, diminuto, mas é fato

que este comércio bilateral serviu como campo seguro para as primeiras incursões brasileiras no mercado internacional.

A economia brasileira, principalmente nos últimos 30 anos (o que coincide com o fim das obras de Itaipu), tem sido marcada por sucessivas crises e por um intenso processo de abertura comercial. A partir do primeiro governo Collor, nos anos 1990, o Brasil passou a conviver com um novo cenário interno na economia: o processo de abertura comercial levou ao esgotamento do nacional-desenvolvimentismo como modelo econômico de desenvolvimento. Para tanto:

As tarifas foram gradualmente abolidas, a reserva de mercado de certos produtos (especialmente computadores) foi eliminada e vários estímulos às exportações também foram removidos. (BAER, 2002, p.243)

Com isso, os produtores nacionais tiveram de se adaptar para atender a um mercado com um perfil de exigência cada vez maior. Conseqüentemente, houve impactos significativos sobre as técnicas de produção, que acarretaram melhorias de produtividade:

A liberalização comercial acarretou mudanças na estrutura produtiva que aperfeiçoaram a utilização de insumos, melhoraram a qualidade do produto final, permitiram ganhos de produtividade e, conseqüentemente, de competitividade. Isso representou barateamento dos custos de produção, com implicações positivas sobre a estabilização dos preços, contribuindo para alimentar um círculo virtuoso. Boa parte das importações de matérias-primas e de bens de capital beneficiou-se ainda das taxas de juros dos empréstimos externos (crédito de fornecedores e outros), menores do que as vigentes no Brasil. (BONELLI e FONSECA, 1998, p.2)

Por outro lado, este processo de abertura comercial serviu para estimular o aumento das exportações brasileiras, sobretudo de produtos em que o país possuía grande vantagem comparativa, como soja, carnes e minérios. O resultado foi o crescimento acelerado do comércio exterior brasileiro (tabela 3.1).

TABELA 3.1 - CARACTERÍSTICAS DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - 1996/2008 (US\$ FOB)

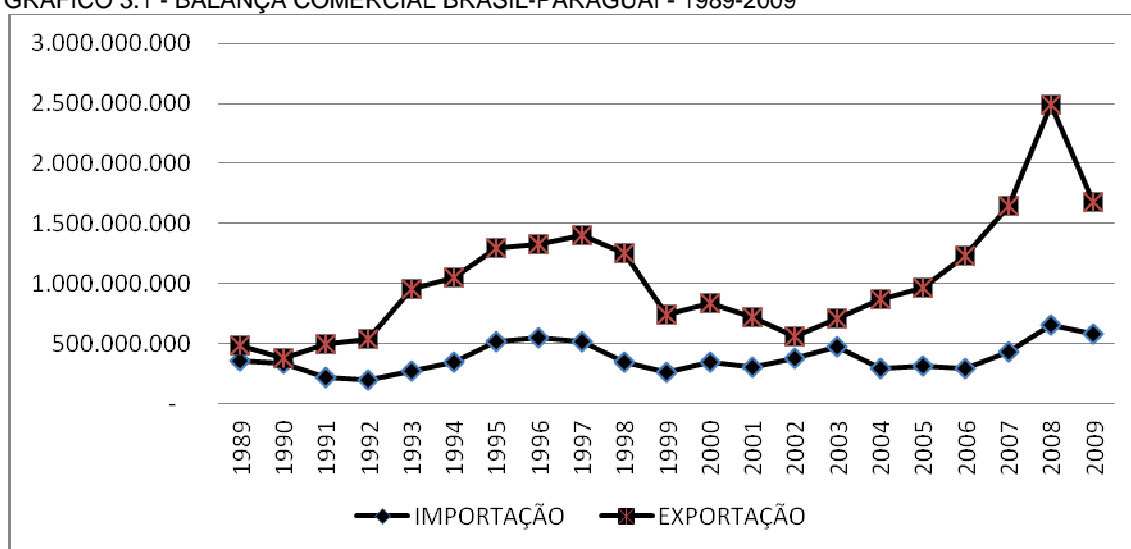
FLUXO DE COMÉRCIO	1996	2002	2008
Importações	53.345.767.156	47.242.654.135	172.984.767.614
Exportações	47.746.728.158	60.438.653.035	197.942.442.909
Corrente de comércio	101.092.495.314	107.681.307.170	370.927.210.523
Saldo comercial	-5.599.038.998	13.195.998.900	24.957.675.295

FONTE: MDIC/SECEX

A corrente de comércio brasileira (soma das importações e exportações) passa de US\$ 101 para US\$ 370 bilhões entre 1996 e 2008. As importações crescem de US\$ 53 bilhões em 1996 para US\$ 172 bilhões em 2008, sendo que a balança comercial passa de US\$ 5 bilhões negativa para US\$ 24 bilhões positiva. Neste período, também mudaram os principais parceiros comerciais do Brasil. O Paraguai, em 1996, era o 13.º mais importante parceiro comercial, segundo o tamanho da corrente de comércio; em 2008, havia sido deslocado para a 28.ª posição. Contudo, o Paraguai era o 6.º país quando analisado o saldo da balança comercial, perdendo apenas para Holanda, Venezuela, Argentina, Santa Lúcia e Bélgica, logo à frente dos EUA.

As relações comerciais entre o Brasil e o Paraguai cresceram 2,7 vezes num período de 20 anos, que vai de 1989 a 2009. Contudo, esta relação foi muito mais favorável para o Brasil: a corrente de comércio entre os dois países cresceu a uma taxa geométrica de 5% ao ano; porém, as exportações aumentaram 6,4% ao ano, enquanto as importações apenas 2,5% ao ano, o que leva a um saldo comercial crescendo num ritmo de 11,2% ao ano (gráfico 3.1).

GRÁFICO 3.1 - BALANÇA COMERCIAL BRASIL-PARAGUAI - 1989-2009



FONTE: MDIC/SECEX

Há também uma importante diferença no perfil das exportações e importações no comércio Brasil-Paraguai; observa-se nas exportações brasileiras de 1996 que prevalecem produtos industrializados, com destaque para bens de capital, automóveis, adubos e fertilizantes. Todos os dez

principais produtos brasileiros exportados ao Paraguai são industrializados, totalizando mais de 60% do comércio entre os dois países (tabela 3.2).

TABELA 3.2 - PERFIL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS AO PARAGUAI - 1996

PRODUTOS	TOTAL (US\$ FOB)	(%)
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	156 490 355	11,8
Borracha e suas obras	114 779 537	8,7
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	106 950 173	8,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, etc.	102 731 687	7,8
Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios	102 093 999	7,7
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	61 668 381	4,7
Adubos ou fertilizantes	47 418 419	3,6
Plásticos e suas obras	44 815 399	3,4
Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. ceras minerais	40 598 752	3,1
Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.	38 371 782	2,9
TOTAL	1 324 582 113	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

Quando se observa o perfil das importações brasileiras do Paraguai, nota-se uma mudança importante. Os dez principais produtos totalizaram mais de 97% das importações do Paraguai, sendo que, entre eles, apenas um poderia ser considerado industrializado, menos de 0,4% do total. Esta assimetria existe porque os produtos em que o Paraguai possui maior competitividade (carnes, grãos, algodão e madeira) encontram similares nacionais, produzidos em maior escala. Este perfil semelhante de competitividade em vários produtos limita a capacidade paraguaia de exportar ao Brasil, ao mesmo tempo em que a indústria brasileira possui diversos produtos competitivos no mercado paraguaio (tabela 3.3).

TABELA 3.3 - PERFIL DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS PROVENIENTES DO PARAGUAI - 1996

PRODUTOS	TOTAL (US\$ FOB)	(%)
Algodão	180 842 299	32,7
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	174 839 013	31,7
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	63 826 597	11,6
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	28 528 163	5,2
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	24 829 573	4,5
Cereais	24 822 583	4,5
Carnes e miudezas, comestíveis	16 794 804	3,0
Animais vivos	14 256 637	2,6
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	4 405 134	0,8
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2 419 120	0,4
TOTAL	552 239 495	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

Em 2009, as exportações brasileiras ao Paraguai continuavam predominantemente compostas de bens industriais, porém apresentando uma grande diversificação. Para acumular 90% do total das exportações brasileiras ao Paraguai, era necessário contabilizar 588 itens, predominantemente industrializados. Entre os 15 principais produtos de exportação brasileiros contavam-se combustíveis, adubos/fertilizantes, cigarros, lubrificantes, pneus e insumos para a indústria (tabela 3.4).

TABELA 3.4 - PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS AO PARAGUAI - 2009

PRODUTO/DESCRIÇÃO	US\$	(%)
"Gasóleo" (óleo <i>diesel</i> )	146 505 941	8,7
Adubos ou fertilizantes c/ nitrogênio, fósforo e potássio	102 982 508	6,1
Fumo n/ manuf. total/ parc. destal. fls. secas, etc. virginia	53 332 813	3,2
Adubos ou fertilizantes c/ fósforo e potássio	45 021 410	2,7
Outros fungicidas apresentados de outro modo	27 747 799	1,6
Óleos lubrificantes com aditivos	24 648 619	1,5
Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	23 808 921	1,4
Outros ladrilhos, etc. de cerâmica, vidrados, esmaltados	22 936 355	1,4
Cabos de acetato de celulose	19 969 867	1,2
Pneus novos para automóveis de passageiros	16 333 917	1,0
Outros papéis revest., etc. polietileno, estrat. alumin. rolos	15 775 877	0,9
Outras preparações para elaboração de bebidas	15 529 204	0,9
Outros tratores	15 349 602	0,9
Cervejas de malte	15 177 919	0,9
Outros polietilenos s/ carga, d $\geq$ 0.94, em formas primárias	13 254 595	0,8
Subtotal	558 375 347	33,2
Outros	1 125 527 032	66,8
<b>TOTAL</b>	<b>1 683 902 379</b>	<b>100</b>

FONTE: MDIC/SECEX

Já, o perfil das exportações paraguaias pouco mudou. O mais importante foi a queda significativa das importações de algodão, produto substituído pelos cereais, principalmente a soja e o milho, que passam a representar 57,7% das importações. Alguns poucos itens industriais entraram na pauta, entre os quais destacam-se plásticos, ferro fundido, ferro e aço e calçados (tabela 3.5).

TABELA 3.5 - PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS DO PARAGUAI PARA O BRASIL - 2009

PRODUTO/DESCRIÇÃO	US\$	(%)
Cereais	337 988 878	57,7
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	44 601 147	7,6
Plásticos e suas obras	37 200 982	6,4
Carnes e miudezas, comestíveis	20 514 865	3,5
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc.	18 752 219	3,2
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc.	17 776 951	3,0
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	14 931 330	2,6
Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	10 717 316	1,8
Ferro fundido, ferro e aço	9 184 617	1,6
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	8 796 358	1,5
Preparações alimentícias diversas	8 441 287	1,4
Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos, etc.	6 702 580	1,1
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, etc.	5 966 494	1,0
Algodão	5 864 533	1,0
Outros artefatos têxteis confeccionados, sortidos, etc.	5 492 639	0,9
Subtotal	552 932 196	94,4
Outros	32 508 444	5,6
<b>TOTAL</b>	<b>585 440 640</b>	<b>100,0</b>

FONTE: MDIC/SECEX

O perfil do comércio Brasil-Paraguai difere bastante do perfil comercial do Brasil em relação a outros mercados, uma vez que os produtos primários representam parcela significativa de nosso comércio exterior, enquanto em relação ao Paraguai predominam os bens industriais. Este perfil é próprio da relação comercial do Brasil com os países do Mercosul, na qual há predomínio da troca de produtos industrializados brasileiros por bens primários e semielaborados.

Os dados do MDIC permitem também obter um perfil das exportações e importações paranaenses e destacar a importância do Paraná no comércio brasileiro com o Paraguai. Deve-se ressaltar que o Paraná apresenta uma participação crescente nas exportações brasileiras, acompanhando a tendência da economia nacional. De acordo com Ipardes (2009), o Paraná havia passado por um crescimento em sua corrente de comércio superior a 10 vezes no período 1990-2009, com saldos positivos em todos os anos da série, exceto em 2000. Além disso, as exportações paranaenses são marcadas pela forte presença de três setores: o complexo da soja, material de transporte e carnes.

O Paraná, apesar de ser responsável por 7,7% das exportações e 8,4% das importações brasileiras em 2008, respondeu por 38% das importações e 20% das exportações brasileiras ao Paraguai. Enquanto para o Brasil o Paraguai era o 28.º destino das exportações, para o Paraná este país representava o 7.º destino das exportações (tabela 3.6).

TABELA 3.6 - EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES BRASIL-PARAGUAI E PARANÁ-PARAGUAI - 1996/2008

ANO	BRASIL (US\$)		PARANÁ (US\$)		PARTICIPAÇÃO (%)	
	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações
1996	552.239.495	1.324.582.113	105.556.087	162.275.981	19,1	12,3
2002	383.087.752	559.625.414	186.307.311	98.023.295	48,6	17,5
2008	657.517.295	2.487.561.397	233.834.295	499.987.893	35,6	20,1

FONTE: MDIC/SECEX

Quando observados os perfis de exportação, nota-se a presença marcante das exportações de bens intermediários para o Paraguai, com destaque para fertilizantes, máquinas agrícolas, sementes para a produção e combustíveis. Com exceção dos combustíveis, grande parte dos principais produtos exportados do Paraná para o Paraguai é composta de insumos para as atividades agrícolas e agroindustriais (tabela 3.7).

TABELA 3.7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES PARA O PARAGUAI - 2008

PRODUTO/DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES	
	Total (US\$)	Part. (%)
Aubos ou fertilizantes c/ nitrogênio, fósforo e potássio	92 388 587	18,5
Aubos ou fertilizantes c/ fósforo e potássio	82 955 553	16,6
Outras máquinas e aparelhos p/ colheita	32 144 816	6,4
Outros tratores	21 708 191	4,3
"Gasóleo" (óleo <i>diesel</i> )	11 739 570	2,3
Querosenes de aviação	10 818 050	2,2
Milho para semeadura	10 097 866	2,0
Outs. papéis revest. etc. polietileno, estrat. alumin. rolos	7 899 774	1,6
Cervejas de malte	7 038 400	1,4
Folhas/tiras, de alumínio, c/ suporte, esp. <=0.2mm	5 856 972	1,2
Outras ureias, mesmo em solução aquosa	5 816 689	1,2
Outs. aparelhos p/ pulverizar fungicidas/inseticidas, etc.	5 710 039	1,1
Superfosfato, teor de pentóxido de fósforo (p2o5)<=22%	5 449 459	1,1
Outros galos e galinhas, vivos, peso não superior a 185g	4 571 180	0,9
Betume de petróleo	4 479 417	0,9
Subtotal	308 674 563	61,7
Outros produtos	191 313 330	38,3
TOTAL	499 987 893	100

FONTE: MDIC/SECEX

Quando se observam as importações paranaenses oriundas do Paraguai, há um claro predomínio de produtos agrícolas lá produzidos, com insumos paranaenses, que retornam ao Estado, seja para consumo interno seja para reexportação. Destacam-se a exportação de milho em grãos, trigo e grãos de soja, que são todos produtos empregados no complexo agroindustrial paranaense (tabela 3.8).

TABELA 3.8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES ORIUNDAS DO PARAGUAI - 2008

PRODUTO/DESCRIÇÃO	IMPORTAÇÕES	
	Total (US\$)	Part. (%)
Milho em grão, exceto para sementeira	66 966 832	28,6
Trigo (exc. trigo duro ou p/ sementeira) e trigo c/ centeio	66 433 462	28,4
Outros grãos de soja, mesmo triturados	17 171 473	7,3
Carnes desossadas de bovino, frescas ou refrigeradas	10 584 000	4,5
Outros carvões vegetais mesmo aglomerados	10 289 496	4,4
Outros desperdícios e resíduos de ferro ou aço	7 584 388	3,2
Leveduras vivas	6 569 573	2,8
Farinhas e "pellets", da extração do óleo de soja	5 679 875	2,4
Arroz semibranqueado, etc. n/parboilizado, polido, brunido	5 291 193	2,3
Fécula de mandioca	3 660 641	1,6
Arroz ("paddy") com casca, não parboilizado (n/ estufado)	3 607 672	1,5
Sêmeas, farelos e outros resíduos de leguminosas	3 081 709	1,3
Outras madeiras serradas/cortadas em folhas, etc. esp >6mm	2 181 728	0,9
Suporte elástico p/ camas	1 723 270	0,7
Amido de milho	1 525 000	0,7
Subtotal	212 350 312	90,8
Outros produtos	21 483 983	9,2
TOTAL	233 834 295	100,0

FONTE: MDIC/SECEX

Para empreender uma análise semelhante da economia paraguaia, é necessário recorrer às bases de dados da Cepal, uma vez que não foram encontrados dados sobre comércio exterior disponíveis numa base semelhante, com o mesmo nível de detalhamento que o disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Brasil. Quando se observam as estatísticas de comércio exterior do Paraguai também deve-se estar atento às recomendações feitas pelo próprio governo paraguaio em suas análises:

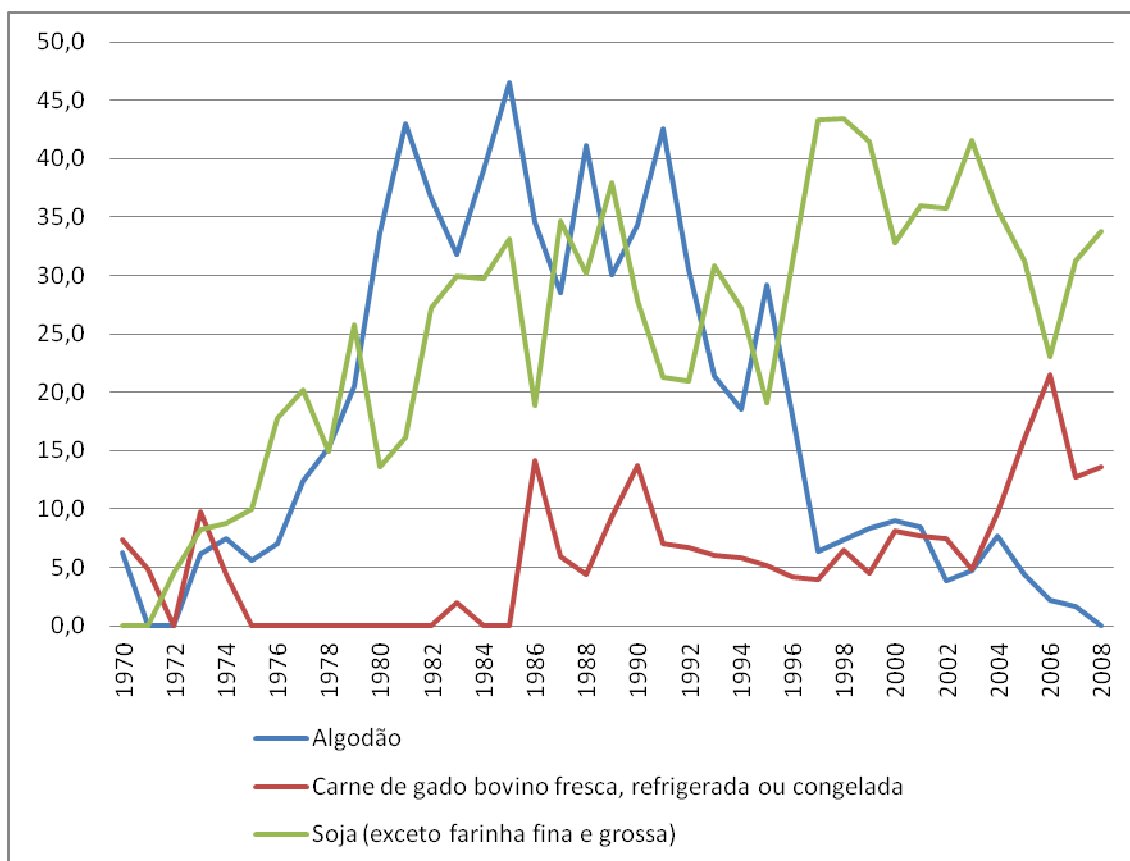
Históricamente el Paraguay ha tenido dificultades para controlar el ingreso de mercaderías a través de sus fronteras y esto se refleja en

las estadísticas de comercio exterior que presentan diferencias cuando se comparan las estadísticas de importaciones de nuestro país con las exportaciones hacia nuestro país declaradas por los países de origen de las importaciones. El problema estadístico es aún mayor si consideramos la presencia de flujos de bienes reexportados desde nuestro país hacia el Brasil y Argentina (BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY, 2007)

Todavía, o governo paraguaio reconhece uma melhoria nas estatísticas de comércio exterior, provenientes da oficialização do regime de importações especiais para produtos de informática, que entrou em vigor em 2005. De acordo com o Banco Central del Paraguay, deve-se destacar que muitas vezes as discrepâncias nos dados de comércio exterior ocorrem pelo fato de a aduana paraguaia registrar os produtos segundo sua origem e não segundo o domicílio fiscal do exportador/importador, como acontece no Brasil, por exemplo.

Com os dados disponibilizados pela Cepal, é possível observar que o Paraguai se destaca por ser um país exportador de alguns poucos produtos primários. Este processo, contudo, não tinha grande representatividade até os anos 1970, por conta da relativa estagnação econômica vivida pelo país após a Guerra do Chaco e os sucessivos golpes de estado em busca do controle político do país. A partir da década de 1970, inicia-se um novo processo de colonização de terras, que elevará a importância de algumas *commodities* agrícolas nas exportações paraguaias (gráfico 3.2).

GRÁFICO 3.2 - PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DO PARAGUAI - 1970-2008 (%)



FONTE: CEPAL

Nota-se que até 1970 o algodão e a soja ainda não apareciam como importantes produtos de exportação. Estas culturas foram introduzidas a partir dessa década nos projetos de colonização levados a cabo por companhias brasileiras de povoamento, que adquiriam terras fiscais do governo paraguaio e as revendiam a colonos brasileiros (MENEZES, 1989). Este processo de colonização se deu com a introdução das lavouras de algodão e de soja.

Em 1985, o algodão chegou a representar quase 45% das exportações paraguaias, grande parte sendo adquirida pelo Brasil. A soja também se destacou neste processo. Em 2008, contudo, o algodão já não era mais um produto de exportação significativo na economia paraguaia. A explicação para este fato é a mesma usada para a redução deste cultivo nos estados de Paraná e São Paulo: a competição com a produção no cerrado brasileiro, que alcança maiores produtividades, o que permite reduzir os preços, tornando inviável a produção local.

Em 1996, o Brasil era o principal parceiro comercial do Paraguai, com uma corrente de comércio de mais de US\$ 1,5 bilhões. Contudo, assim como confirmam as estatísticas brasileiras, o Paraguai possuía um forte saldo negativo com o Brasil, próximo a US\$ 500 bilhões. As trocas com o Brasil eram responsáveis por 35% do comércio exterior paraguaio, destacando-se como destino de suas exportações (tabela 3.9).

TABELA 3.9 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO PARAGUAI - 1996 (mil US\$)

PAÍSES	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		CORRENTE DE COMÉRCIO		SALDO
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	
Brasil	520 400	49,9	981 767	31,6	1 502 167	36,2	-461 367
Argentina	95 257	9,1	587 280	18,9	682 537	16,5	-492 023
Estados Unidos	37 020	3,6	344 250	11,1	381 270	9,2	-307 230
Taiwan	19 019	1,8	217 134	7,0	236 153	5,7	-198 115
Japão	691	0,1	204 392	6,6	205 083	4,9	-203 701
Países Baixos	172 668	16,6	14 699	0,5	187 367	4,5	157 969
Alemanha	7 413	0,7	103 310	3,3	110 723	2,7	- 95 897
Coreia do Sul	846	0,1	109 449	3,5	110 295	2,7	-108 603
Uruguai	43 533	4,2	63 086	2,0	106 619	2,6	-19 553
Chile	24 783	2,4	71 701	2,3	96 484	2,3	-46 918
Reino Unido	3 761	0,4	86 773	2,8	90 534	2,2	-83 012
Hong Kong	2 432	0,2	71 591	2,3	74 023	1,8	-69 159
Itália	20 115	1,9	33 439	1,1	53 554	1,3	-13 324
França	11 632	1,1	28 216	0,9	39 848	1,0	-16 584
Subtotal	959 570	92,0	2 917 087	93,9	3 876 657	93,4	-1 957 517
Outros países	82 921	8,0	189 072	6,1	271 993	6,6	-106 151
TOTAL	1 042 491	100	3 106 159	100	4 148 650	100	-2 063 668

FONTE: CEPAL

É importante destacar as importações paraguaias de Taiwan e Hong Kong, compostas sobretudo de produtos eletrônicos, conforme os dados da Cepal. Observa-se forte relação comercial do Paraguai com estes países, o que se explica pela atividade de reexportação destes produtos para outros países, com destaque para o Brasil. Dos quinze principais parceiros comerciais do Paraguai, os Países Baixos aparecem como os únicos da lista que geram saldos positivos de comércio, fato explicado pelas exportações de soja, que têm como destino, principalmente, Roterdã.

Em 2008, era possível notar mudanças no comércio exterior paraguaio, com algumas alterações em seus principais parceiros comerciais: o

crescimento da China, que passa a responder por 4,6% da corrente de comércio, a queda das participações brasileira e argentina, além do aumento de países que não constavam no *ranking*, como Rússia, Bolívia e Venezuela (tabela 3.10).

TABELA 3.10 - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO PARAGUAI - 2008

PAÍSES	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		CORRENTE DE COMÉRCIO		SALDO
	US\$	(%)	US\$	(%)	US\$	(%)	
Brasil	606 437	13,9	1 967 333	41,6	2.573.770	28,3	- 1 360 896
Argentina	710 139	16,2	1 148 001	24,2	1.858.140	20,4	- 437 862
Uruguai	775 230	17,7	164 790	3,5	940.020	10,3	610 440
Venezuela	256 690	5,9	388 347	8,2	645 037	7,1	-131 657
China	93 128	2,1	328.282	6,9	421 410	4,6	-235 154
Chile	369 100	8,4	39.528	0,8	408 628	4,5	329 572
Rússia	263 063	6,0	3.867	0,1	266 930	2,9	259 196
Suíça	61 800	1,4	197 678	4,2	259 478	2,8	-135 878
Estados Unidos	71 368	1,6	111 292	2,4	182 660	2,0	-39 924
Espanha	144 846	3,3	11 907	0,3	156.753	1,7	132 939
Peru	148 144	3,4	496	0,0	148.640	1,6	147 648
Japão	86 923	2,0	56 212	1,2	143 135	1,6	30 711
Bolívia	40 747	0,9	63 159	1,3	103 906	1,1	- 22 412
Itália	60 810	1,4	4 905	0,1	65 715	0,7	55 905
Coreia do Sul	42 399	1,0	13 678	0,3	56 077	0,6	28 721
SUBTOTAL	3 124 387	71,4	2 532 142	53,5	5 656 529	62,1	592 245
Outros países	1 250 703	28,6	2 202 572	46,5	3 453 275	37,9	- 951 869
TOTAL GERAL	4 375 090	100,0	4 734 714	100,0	9 109 804	100	-359 624

FONTE: CEPAL

Também é possível verificar maior diversificação dos parceiros comerciais: se antes os quinze principais representavam 93,4% do total, agora sua participação estava reduzida a 62,1%. Deve-se destacar que o Paraguai é exportador de produtos primários, sobretudo agrícolas, e um grande importador de combustíveis e bens industriais. Outra questão que chama atenção é a redução do déficit comercial, que de US\$ 2 bilhões cai para US\$ 360 milhões.

Em função do que foi destacado sobre as estatísticas de comércio exterior paraguaias, é necessário ler estes dados com atenção a algumas peculiaridades estatísticas: primeiramente, a relação comercial do Paraguai com seus parceiros sul-americanos pode, por um lado, estar superestimada,

como é o caso das importações paraguaias de produtos chilenos ou suas exportações ao Uruguai; por outro, subestimadas, com é o caso das exportações ao Brasil e à Argentina, cujos fluxos de reexportação não são adequadamente computados. Em relação ao comércio de reexportação, Straub destaca:

En cuanto a la magnitud del comercio no registrado, el estudio de dichas estimaciones arroja como primera conclusión que la magnitud del comercio registrado en Paraguay es descomunal: por ejemplo, en 1994 las exportaciones e importaciones no registradas estimadas representaban 179 y 66% de las exportaciones e importaciones registradas, respectivamente. (STRAUB, 1998, p. 131)

Straub (1998) aponta que este comércio de reexportação se encontra amparado nos altos impostos internos no Brasil e na Argentina, favorecido por um regime tarifário diferenciado introduzido pelo governo paraguaio em 1989, em que os “bens de turismo” tiveram uma redução de 10% para 2% do IVA. Todavia, o comércio não registrado não era necessariamente superavitário para o Paraguai: entre 1989 e 1993, o comércio de importações e exportações não registradas era deficitário para o Paraguai, o que se explicava por sua política interna de sobrevalorização cambial, ao mesmo tempo em que, no Brasil, a moeda se encontrava desvalorizada. As importações consistiam, sobretudo, em produtos alimentícios, de higiene e insumos para construção. Por outro lado, a partir de 1995, esta tendência se inverte:

1995 marcó el inicio del ciclo recesivo en Paraguay (es decir, el momento en que la demanda interna se contrae y se reduce por lo tanto la demanda de importación) y del Plan Real en Brasil, que generó un auge d consumo (entre otros, de bienes importados) a través de la estabilización de precios y la apreciación de la moneda local. (STRAUB, 1998, p.125)

A conjuntura macroeconômica do Brasil e do Paraguai tem uma influência direta na dinâmica urbana dos municípios da fronteira. Contudo, entre os anos 1990 e 2000 é possível observar uma mudança nesta influência. Pode-se afirmar que no período 1990-94, o comércio de fronteira conheceu um forte crescimento, pautado principalmente pelas exportações brasileiras ao Paraguai, incluindo as exportações não contabilizadas. Isso se deu num momento em que o crescimento da economia paraguaia foi superior ao da brasileira. Este movimento levou a um grande dinamismo das cidades da

fronteira, principalmente de Foz do Iguaçu, em que prosperaram as casas exportadoras (RABOSSI, 2004).

O momento seguinte foi marcado pelo Plano Real no Brasil, e pelo ajuste macroeconômico no Paraguai, que levou a um crescimento acelerado das importações no Brasil, facilitado pela apreciação monetária, ao mesmo tempo em que houve uma desvalorização relativa do guarani. Esta queda reduziu a demanda por produtos importados brasileiros. Neste momento, apesar de um menor dinamismo da economia paraguaia, ocorreu um fortalecimento do comércio de reexportação para o Brasil.

Um terceiro momento é aquele marcado pela desvalorização monetária no Brasil, a partir da adoção do regime de câmbio flutuante, quando ocorre uma redução da demanda por produtos importados no Brasil. Esta tendência é acentuada entre 1998 e 2003, quando a moeda brasileira passa por um processo de desvalorização e se mantém neste patamar. É o período em que começam a crescer as exportações brasileiras, incluindo aquelas destinadas ao Paraguai. Dada a pauta de exportações, porém, este processo não se reverte em benefícios diretos para a região da Tríplice Fronteira. A partir de 2004, ambos os países entram em outro momento de suas economias, marcado principalmente pelo crescimento da importância comercial da China e da demanda por *commodities* agrícolas e minerais.

Entre 2005 e 2008, particularmente, o desempenho econômico do Brasil e do Paraguai supera as taxas pouco expressivas da década anterior, motivados pelo aumento no preço das *commodities* do mercado internacional, principalmente aquelas que compõem a pauta de exportação destes países. Como reflexo, o crescimento econômico se acelerou em todos os países da região (tabela 3.11).

TABELA 3.11 - TAXAS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO MÉDIO - BRASIL E PAÍSES SELECIONADOS

PERÍODO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)					
	Argentina	Bolívia	Brasil	Paraguai	Uruguai	Chile
1990-1994	5,7	4,1	3,1	3,8	3,9	8,7
1995-2000	2,6	3,4	2,0	-0,2	2,1	4,2
2000-2005	2,0	3,1	2,8	2,6	0,9	4,2
2005-2008	8,0	5,2	4,9	5,6	7,8	4,1
1990-2000	4,1	3,8	2,5	1,8	3,0	6,4
2000-2008	4,2	3,9	3,6	3,7	3,5	4,2
ACUMULADO 2008/1990	2,6	2,4	1,9	1,7	2,1	3,4

FONTE: CEPAL

Ainda assim, Brasil e Paraguai foram os países com os menores crescimentos acumulados de suas economias no período 1990-2008. No período 1995-2000 tiveram as menores taxas médias de crescimento para os países da região, e os melhores desempenhos foram do Chile e da Bolívia, ambos países exportadores de minérios. Deve-se ressaltar ainda que:

A década de 1990 foi caracterizada por uma sucessão de crises cambiais, como a do Sistema Monetário Europeu, em 1992; a do México, em 1994; a asiática, em 1997; a russa, em 1998; a brasileira, em 1999. (PEREIRA E SEABRA, 2004)

Estas crises sucessivas nos sistemas bancários de diversos países emergentes levaram as economias da região a uma série de ajustes, que permitiram uma mudança no patamar de crescimento da década seguinte. Deve-se destacar o papel da demanda chinesa por *commodities* produzidas pelos países da América do Sul, que teve um papel preponderante tanto no aumento dos preços relativos como nos totais exportados por estes países. Uma vez caracterizadas as economias em análise, e suas inter-relações comerciais formais, passamos a uma avaliação dos movimentos demográficos observados na região ao longo das décadas em questão.

#### 4 TRAJETÓRIAS ECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

O Estado do Paraná foi emancipado apenas no ano de 1852, fato que o caracteriza como um dos estados mais recentes do centro-sul brasileiro. Sua emancipação foi motivada pela expansão da economia ervateira, que permitiu o surgimento de uma classe social com aspirações de autonomia política em relação a São Paulo. O processo de emancipação ocasionou o crescimento demográfico, que se manteve a taxas relativamente elevadas até a década de 1920, para o que colaborou a chegada de europeus imigrados. Após este período,

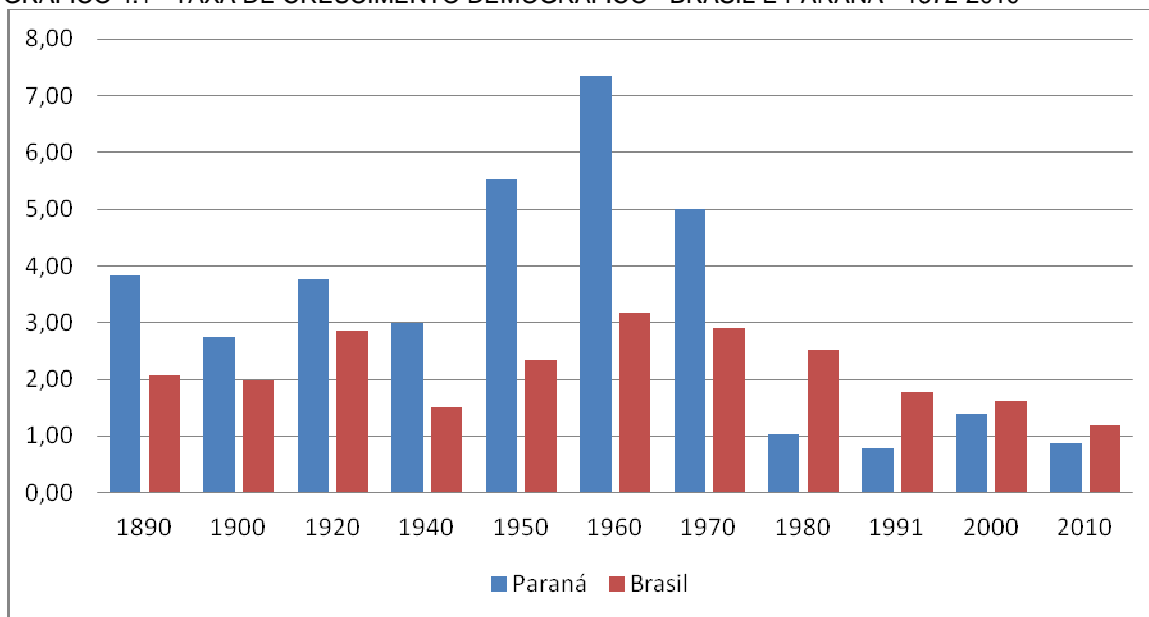
Por três décadas consecutivas (entre 1940 e 1970), o ritmo de expansão da população paranaense suplantou em muito a média nacional, garantindo uma elevação substantiva nos índices de participação da população estadual no total do contingente do país. (MAGALHÃES E KLEINK, 2000, p.28)

Neste período, a expansão da lavoura cafeeira pelo norte do Estado interiorizou a ocupação, o que elevou significativamente o crescimento demográfico, explicado, sobretudo, pela variável migração. O Paraná recebeu grandes contingentes de emigrantes de outros estados, destacando-se o Rio Grande do Sul, no Oeste e Sudoeste, e São Paulo e Minas Gerais nas regiões Norte e Noroeste (PADIS, 2006). Conforme Magalhães e Kleink (2000):

Até os anos 60, o intenso crescimento demográfico do Estado, motivado particularmente pelo expressivo afluxo de migrantes procedentes de várias regiões do país, reflete-se nas elevadas taxas de incremento experimentadas ao longo do período. (MAGALHÃES E KLEINK, 2000, p.28)

O crescimento populacional do Paraná até a década de 1970 foi muito superior à média brasileira, o que elevou a participação do Estado no total da população do país. Analisando as taxas de crescimento populacional, nota-se que entre 1970 e 1980 houve uma desaceleração significativa do crescimento demográfico no Estado, o que se explica tanto pelas mudanças nas variáveis demográficas (fecundidade e natalidade menores), como, principalmente, pela emigração para outros estados (gráfico 4.1).

GRÁFICO 4.1 - TAXA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO - BRASIL E PARANÁ - 1872-2010



FONTE: IBGE

A inversão nesta tendência de crescimento populacional foi marcada:

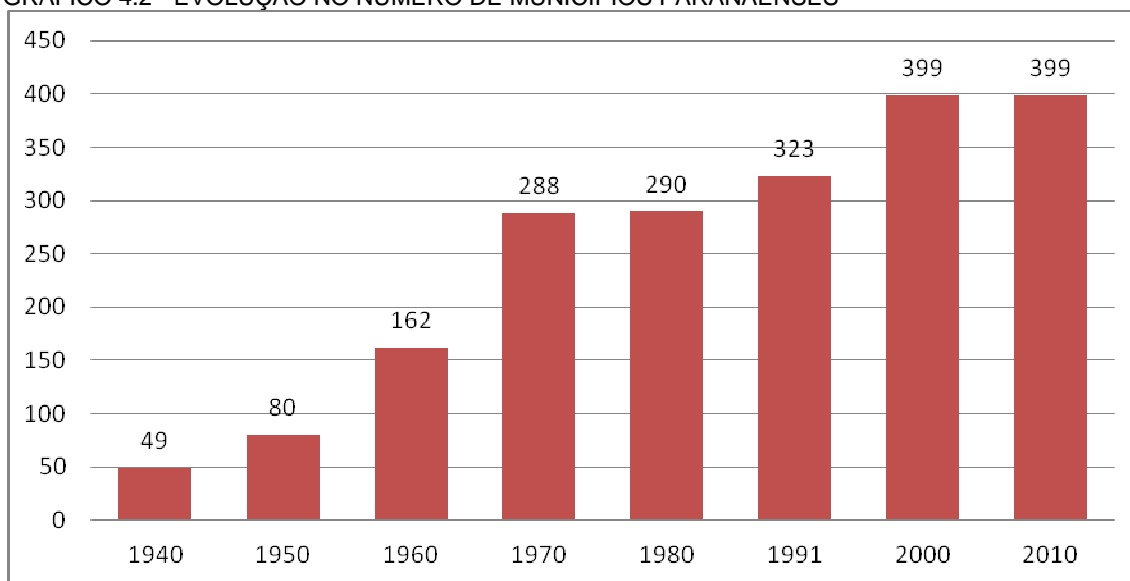
Por um intenso processo de modernização das práticas agrícolas e de transformação da base produtiva no sentido da integração dos setores econômicos sob a hegemonia do capital industrial, o Estado passa a experimentar um conjunto de mudanças estruturais de profundo significado. Alteram-se as relações de produção e de trabalho no campo, provocando a desestabilização das condições rurais de sobrevivência e a expulsão de enormes contingentes populacionais, até então vinculados às atividades agrícolas. (MAGALHÃES E KLEINK, 2000, p.28)

A redução da população rural foi acompanhada por um processo de concentração populacional nas maiores cidades do Estado, o que tem como consequência o aumento no grau de urbanização e concentração da população nas maiores cidades. Simultaneamente, “extensas correntes migratórias dirigem-se às áreas urbano-industriais do Sudeste, particularmente para São Paulo, e às regiões de fronteira agrícola do Norte e do Centro-Oeste brasileiro” (MAGALHÃES E KLEINK, 2000, p.30).

O crescimento da população do Estado teve, obviamente, um impacto significativo na ocupação territorial, com uma consequente transformação na rede paranaense de cidades. Este processo foi marcado, primeiramente, pelo crescimento acelerado no número de municípios, que “justificavam-se devido ao crescimento populacional que a localidade emancipada havia alcançado e ao próprio crescimento do Estado, sobretudo para o interior” (ALVES, 2006). O Estado passou de 49 municípios no início da década de 1940 para 399

municípios em 2000, número que permaneceu constante na última década (gráfico 4.2).

GRÁFICO 4.2 - EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES



FONTE: IBGE

Este processo de emancipação levou a uma alteração profunda na rede de cidades, com o aparecimento de novos centros urbanos, sobretudo no interior. Até a década de 1940, municípios como Cascavel, Toledo, Umuarama e Maringá ainda não existiam. Esta ocupação era, todavia, predominantemente rural. No Paraná, a população urbana só ultrapassou a população rural após a década de 1970 (tabela 4.1).

TABELA 4.1- TAXA DE URBANIZAÇÃO DOS ESTADOS DA REGIÃO SUL - 1940-2010

PERÍODO	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL	SANTA CATARINA
1940	24,5	31,2	21,5
1950	25,0	34,1	23,0
1960	28,5	44,9	32,4
1970	36,1	53,3	43,0
1980	58,6	67,5	59,4
1991	73,4	76,6	70,6
2000	81,4	81,6	78,7
2010	85,3	85,5	84,0

FONTE: IPEADATA

A rapidez com que se concretizou o processo de urbanização do Estado também fica evidente a partir dos dados do Censo Demográfico: de estado da Região Sul menos urbanizado em 1970, passa a um patamar semelhante ao

dos demais estados, inferior apenas ao Rio Grande do Sul. Já, em 1991, o grau de urbanização no Paraná era superior ao de Santa Catarina. Estas alterações tiveram como resultado uma transformação na rede de cidades do Estado.

Até 1940 o Paraná contava com apenas 24 municípios. O maior, Curitiba, tinha pouco mais que 140 mil habitantes. Desde então, a ocupação do interior do Estado elevou o número de municípios, sobretudo aqueles com população entre 10 e 50 mil habitantes. Curitiba atingiu 500 mil habitantes apenas na década de 1970, feito repetido por Londrina em 2010. É importante notar que o adensamento da rede de cidades se deu nas duas pontas: com o crescimento dos municípios com menos de 50 mil habitantes, mas também com o aumento no número de municípios com mais de 50 mil habitantes. Ademais, na década de 1970 os principais contornos da atual rede urbana paranaense começam a se delinear (tabela 4.2).

TABELA 4.2 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES SEGUNDO CLASSES DE POPULAÇÃO - 1940-2010

CLASSES DE MUNICÍPIOS	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Até 5 mil	0	3	1	18	36	42	95	98
Entre 5 mil e 10 mil	7	7	24	63	68	89	121	105
Entre 10 mil e 50 mil	39	60	124	188	160	165	153	164
Entre 50 mil e 100 mil	2	8	8	13	18	15	18	14
Entre 100 mil e 500 mil	1	2	5	5	7	11	11	16
Entre 500 mil e 1 milhão	0	0	0	1	0	0	0	1
Maior que 1 milhão	0	0	0	0	1	1	1	1
Total	49	80	162	288	290	323	399	399

FONTE: IBGE-CENSO DEMOGRÁFICO

Em relação ao total da população residente segundo as classes de municípios, enquanto em 1940 aproximadamente 70% da população residia em municípios entre 10 e 50 mil habitantes, este percentual cai para apenas 30,5% em 2010. Há um crescimento importante da população residente em pequenos municípios, mas também um aumento significativo das cidades médias. A queda de 20,5% para 10,1% da classe entre 100 e 500 mil habitantes ocorrida na virada da década de 1960 para 1970 se explica, em parte, pela mudança de categoria de Curitiba, e também pelos processos de desmembramento que atingiram municípios populosos, como Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste (tabela 4.3).

TABELA 4.3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE SEGUNDO CLASSES DE MUNICÍPIOS - 1940-2010

CLASSES DE MUNICÍPIOS	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Até 5 mil	-	0,6	0,1	1,0	1,7	1,7	3,6	3,3
Entre 5 mil e 10 mil	4,9	2,6	4,4	6,9	6,4	7,6	9,1	6,9
Entre 10 mil e 50 mil	69,9	59,6	62,5	60,4	47,1	39,4	31,4	30,5
Entre 50 mil e 100 mil	13,9	23,9	12,5	12,8	15,4	12,4	14,3	10,0
Entre 100 mil e 500 mil	11,4	13,3	20,5	10,1	15,9	23,3	25,0	27,7
Entre 500 mil e 1 milhão	-	-	-	8,8	-	-	-	4,9
Maior que 1 milhão	-	-	-	-	13,4	15,6	16,6	16,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: IBGE-CENSO DEMOGRÁFICO

Analisando os dados da rede de cidades é possível separar em dois momentos o processo ocorrido no Paraná: um período de relativa desconcentração, que se estende até 1970, seguido por uma concentração. Para analisar esta trajetória é possível aplicar duas medidas básicas de concentração da rede urbana. O índice de desconcentração urbana pode ser expresso pela seguinte equação:

$$UD = \frac{1}{\sum \left(\frac{N_i}{N}\right)^2}$$

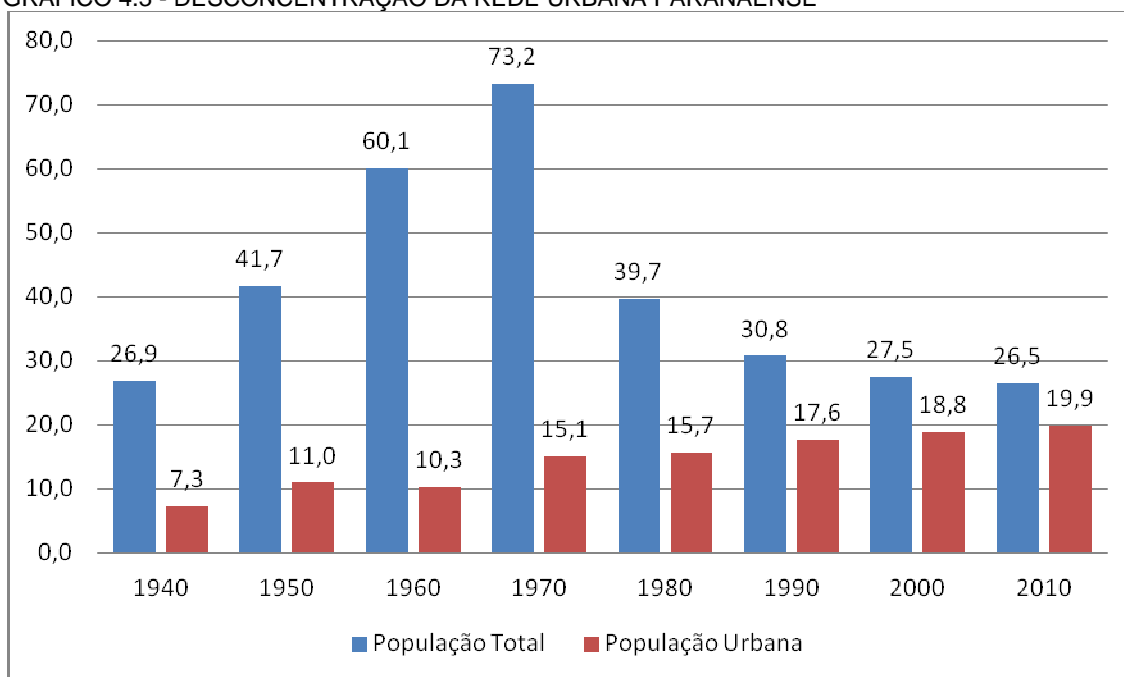
Onde UD é o índice de desconcentração,  $N_i$  é a população da cidade  $i$  e  $N$  a população da região considerada. Nesse caso, a região tomada como referência é o Estado do Paraná. Ruiz destaca que:

Em uma economia com cidades do mesmo tamanho, UD é igual ao número de cidades, que é então a máxima desconcentração possível naquela região. Quando há um processo de concentração, UD cresce e no limite pode chegar a 1 (toda a população concentrada em apenas um local). Caso a economia cresça e o número de cidades de cada tamanho cresça a mesma taxa, há uma queda do índice de concentração sem que se verifique qualquer mudança no grau de assimetria entre cidades. (RUIZ, 2004)

Aplicando o coeficiente nas cidades do Paraná, utilizando como referência a população total, observa-se que, até 1970, o Estado passou por um processo acentuado de desconcentração urbana; neste período, formou-se a rede de cidades paranaense em suas características gerais. Após 1970, o que se observa é um processo de reconcentração da população, atingindo em 2010 um valor ligeiramente inferior ao do início do período considerado. Entretanto, o resultado difere significativamente quando utilizamos como

parâmetro a população urbana: ao longo de todo o período considerado há um processo de desconcentração desta população (gráfico 4.3).

GRÁFICO 4.3 - DESCONCENTRAÇÃO DA REDE URBANA PARANAENSE



FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do autor.

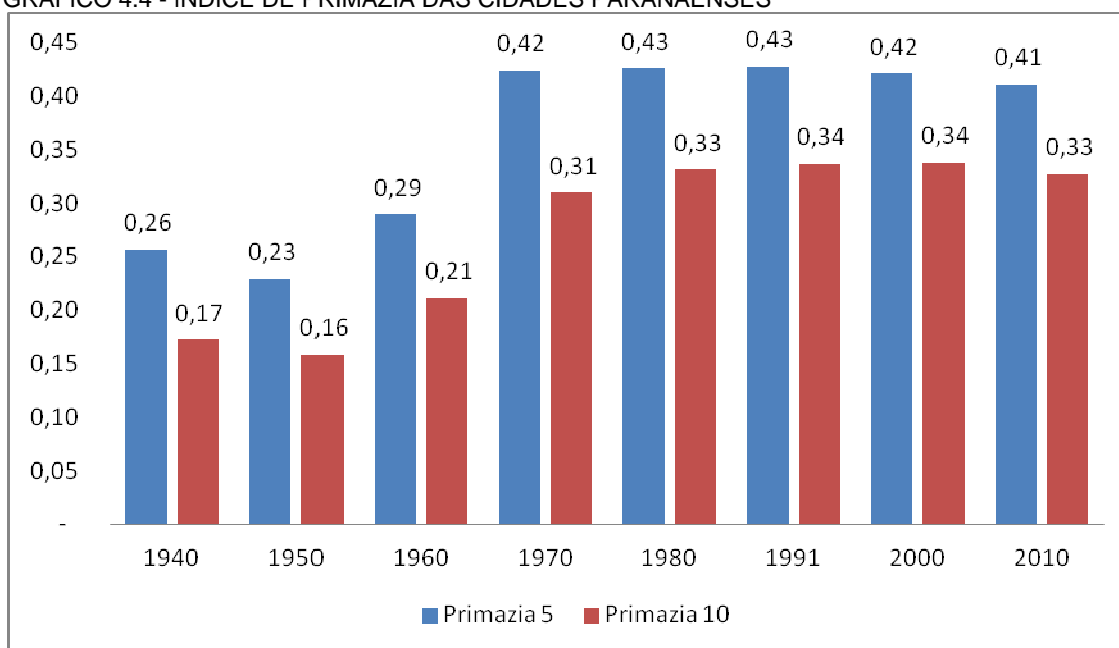
O comportamento diferenciado do índice se explica pela trajetória da população ao longo do período considerado: após 1970, há uma acentuada redução da população rural dos pequenos municípios, sem que se observe o mesmo comportamento na população urbana. Com isso, a população urbana continua seu processo de desconcentração, enquanto a população total apresenta um movimento de concentração. O mesmo comportamento é observado quando se analisa o índice de primazia urbana, ao longo do mesmo período. O índice de primazia é dado pela participação da população da maior cidade do sistema urbano sobre o somatório das cinco ou dez maiores cidades, conforme o índice que se quer obter. Ele pode ser expresso por:

$$P_{1x} = N_{11} / ((N_{11} + \dots + N_{1x}))$$

É possível observar, com base neste indicador, que há um processo de desconcentração populacional que vai até 1960, marcado pela colonização do interior. Posteriormente, há uma rápida concentração populacional até os anos

1970, sendo que depois a primazia de Curitiba sobre as demais cidades da rede se mantém relativamente estável (gráfico 4.4).

GRÁFICO 4.4 - ÍNDICE DE PRIMAZIA DAS CIDADES PARANAENSES



FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do autor.

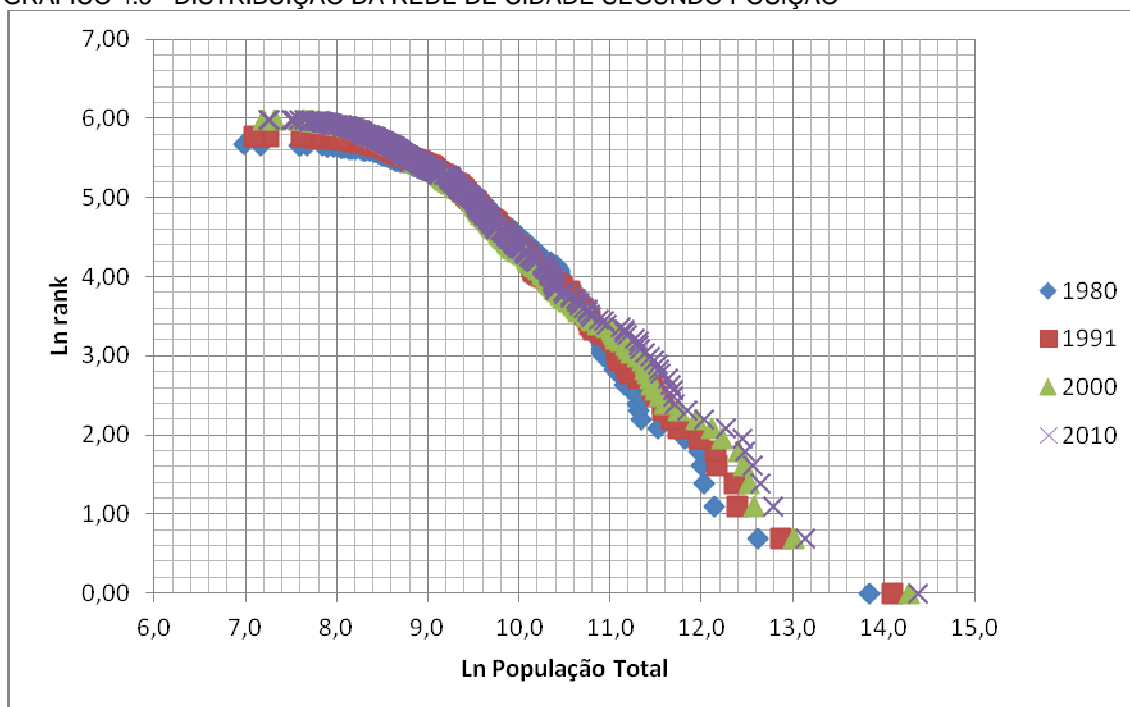
Neste processo, os municípios que receberam os maiores incrementos populacionais foram aqueles que podem ser considerados como “cidades médias”. Para Pereira e Lemos (2003, p.134), as cidades médias são aquelas com população entre 100 e 500 mil habitantes. Outros autores, como Soares (2006, p.348), adotam como critério o intervalo entre 200 mil e 1 milhão de habitantes. É possível observar também outras classificações, como destaca Kelly C. Bessa:

A Fundação IBGE, em definições mais recentes, afirmou que as cidades médias brasileiras são aquelas com população entre 100 mil e 500 mil habitantes. Para a ONU (GRAL/CREDAL, 1994), levando em conta a realidade latino-americana, as cidades médias são aquelas com população entre 100 mil e um milhão de habitantes. Avaliando o contexto mundial, Torné e Bellet Sanfeliu (1999, p.42) orientam que cidades médias são aquelas com população entre 20 mil habitantes e dois milhões de habitantes, isto levando em conta que a *delimitação das posições intermediárias deve partir dos extremos superior e inferior de uma hierarquia urbana, [quer dizer], necessita de uma contextualização.* (BESSA, 2005)

A definição de cidade média, portanto, passa pelo conceito de função urbana, que pode ser compreendido segundo o papel que a cidade irá exercer dentro de uma rede de cidades. Amorim Filho e Rigoti (2002), através de uma avaliação de critérios de classificação de diversos países e regiões, concluem que a variedade de limiares demográficos para se chegar ao conceito de cidade média depende, inclusive, do grau de evolução da economia local. Marly Nogueira e Ricardo A. Garcia destacam que, além do critério demográfico, deve-se considerar também “o grau de complexidade funcional e a inserção multiescalar da cidade média nas redes urbanas regional, nacional e global” (NOGUEIRA E GARCIA, 2006).

Depois da consolidação da rede urbana paranaense, nos anos 1980, nota-se uma relativa estabilidade nesta estrutura. Para chegar a tal conclusão, é possível aplicar a distribuição das cidades segundo sua posição no *ranking* de população. Para tanto, é necessário normalizar esta distribuição a partir da aplicação de um logaritmo para a posição no *ranking* e outro para a população total (gráfico 4.5).

GRÁFICO 4.5 - DISTRIBUIÇÃO DA REDE DE CIDADE SEGUNDO POSIÇÃO



FONTE: IBGE

NOTA: Elaboração do autor.

Esta relativa estabilidade da rede de cidades oculta, contudo, importantes transformações havidas ao longo do período. Quando focamos a

trajetória daqueles que se constituem como os vinte maiores municípios paranaenses em 2010, nota-se que, para quase todos eles, o crescimento demográfico se deu de forma extremamente acelerada. Curitiba, no período de 70 anos, vê sua população aumentar mais de 10 vezes, passando de pouco mais de 140 mil habitantes para mais de 1,7 milhões. Deve-se destacar também a presença de municípios que na mesma década de sua emancipação já somavam mais de 100 mil habitantes, como é o caso de Umuarama e Pinhais (tabela 4.4).

TABELA 4.4 - POPULAÇÃO TOTAL RESIDENTE NOS 20 MAIORES MUNICÍPIOS PARANAENSES EM 2010

LOCALIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Curitiba	140.656	180.575	361.309	609.026	1.024.975	1.315.035	1.587.315	1.746.896
Londrina	75.296	71.412	134.821	228.101	301.711	390.100	447.065	506.645
Maringá	-	-	104.131	121.374	168.239	240.292	288.653	357.117
Ponta Grossa	38.417	53.578	90.889	126.940	186.647	233.984	273.616	311.697
Cascavel	-	-	39.598	89.921	163.459	192.990	245.369	286.172
São José dos Pinhais	32.270	35.768	28.888	34.124	70.634	127.455	204.316	263.488
Foz do Iguaçu	7.645	16.421	28.212	33.966	136.321	190.123	258.543	256.081
Colombo	-	6.331	8.719	19.258	62.881	117.767	183.329	213.027
Guarapuava	96.235	67.436	96.947	110.903	158.587	159.634	155.161	167.463
Paranaguá	31.471	24.638	38.825	62.327	81.974	107.675	127.339	140.450
Apucarana	-	88.977	66.091	69.302	80.245	95.064	107.827	120.884
Toledo	-	-	24.959	68.885	81.282	94.879	98.200	119.353
Araucária	10.805	11.524	16.553	17.117	34.799	61.889	94.258	119.207
Pinhais	-	-	-	-	-	-	102.985	117.166
Campo Largo	22.549	26.365	32.272	34.405	54.839	72.523	92.782	112.486
Arapongas	-	58.488	38.067	51.210	54.668	64.556	85.428	104.161
Almirante Tamandaré	-	8.812	10.220	15.299	34.168	66.159	88.277	103.245
Umuarama	-	-	-	113.697	100.545	100.249	90.690	100.716
Cambé	-	19.166	29.151	35.621	53.856	73.842	88.186	96.735
Piraquara	8.322	11.199	11.578	21.253	70.640	106.882	72.886	93.279
Campo Mourão	-	32.948	140.362	77.118	75.427	82.318	80.476	87.287

FONTE: IPEADATA E IBGE

Entre as décadas de 1960 e 1970, quando se intensificou o processo de urbanização do Estado, vários municípios passaram por um crescimento

acelerado de suas populações. É o caso de Colombo, Almirante Tamandaré, Araucária e Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, e também da própria capital; no interior, o crescimento acelerado da população de alguns municípios, como Toledo, Cascavel, Maringá e Londrina, que estiveram associados a dinâmicas diferentes das de Foz do Iguaçu, por exemplo.

A este crescimento acelerado de uma série de cidades paranaenses, que podemos chamar de cidades médias e grandes, podemos associar três dinâmicas econômicas distintas, apesar de conectadas em algum sentido: a primeira delas, que atinge a capital e os municípios de seu entorno, já a partir da década de 1950, liga-se aos processos de industrialização por meio da substituição de importações que ganharam força a partir da década de 1960:

O surgimento da Codepar e de seu braço financeiro, o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), ensejou a primeira tentativa de industrialização regional, calcada nos pressupostos cepalinos de substituição de importações, implícitos nas recomendações contidas no Plano de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Pladep), elaborado no final dos anos 50. (LOURENÇO, 2003 p.199)

Lourenço destaca que a partir da década de 1970, os esforços do governador Ney Braga levaram à instalação de segmentos industriais modernos “como os complexos cimenteiro, metal-mecânico e de refino de petróleo na RMC” (idem, p.120). Este processo de industrialização ligado aos segmentos intensivos em capital impulsionou o crescimento econômico do Estado e também demográfico da RMC. Outra dinâmica que podemos identificar diz respeito à expansão das lavouras de grãos pelo interior do Estado, em substituição ao café.

À colonização do interior seguiu-se um processo de “especialização produtiva” da agropecuária paranaense, com os complexos de grãos (milho e soja) e carnes, tendo as primeiras esmagadoras sido implantadas no Estado ainda na década de 1970. Nos anos 1990, com a abertura comercial e o aumento da demanda internacional por *commodities*, estes segmentos ganham impulso, o que trouxe um crescimento acelerado às exportações destes segmentos. Este processo explica o crescimento populacional das cidades médias do interior, como Londrina, Maringá, Cascavel, Toledo e Ponta Grossa e sua forte articulação com Paranaguá.

Esta dinâmica agroindustrial “transbordou” a fronteira paranaense, estendendo suas relações comerciais com o noroeste rio-grandense, oeste catarinense, sul do Mato Grosso do Sul e oeste do Paraguai, conforme pudemos apreender pelas estatísticas de comércio exterior entre os dois países. Uma terceira dinâmica econômica, de alcance diferenciado e talvez com menor impactos em seu entorno imediato, é aquela que explica o crescimento populacional e, depois, a relativa estagnação de Foz do Iguaçu em relação às demais cidades paranaenses de porte médio. Apesar de articulada ao II PND e seus projetos de infraestrutura, a relação estabelecida entre Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e seu entorno no Paraguai se diferencia da economia urbano-industrial que se desenvolve próximo ao litoral e também da economia agrário-exportadora do Oeste.

A disponibilidade de informações sobre a economia municipal permite a caracterização econômica de Foz do Iguaçu e a comparação de sua economia com a de outras cidades médias do Paraná. A partir das informações do PIB municipal, disponibilizadas pelo IBGE, pode-se caracterizar a economia de um município segundo os principais setores institucionais – Agropecuária, Indústria, Serviços, Administração Pública e Impostos – para o período 1999-2008 (quadro 4.5).

QUADRO 4.5 - ESTRUTURA DO PIB MUNICIPAL

PRODUTO INTERNO BRUTO	VALOR ADICIONADO BRUTO	AGROPECUÁRIA	AGRICULTURA E SILVICULTURA
			PECUÁRIA
			EXTRATIVISMO VEGETAL
		INDÚSTRIA	EXTRATIVA
			TRANSFORMAÇÃO
			CONSTRUÇÃO CIVIL
			SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA
		SERVIÇOS	COMÉRCIO E SERVIÇOS MERCANTIS
			ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
		IMPOSTOS	

FONTE: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios - Notas metodológicas

NOTA: Os valores das categorias em cinza não são disponibilizadas para análise.

O PIB dos municípios é calculado sob metodologia uniforme para todas as unidades da Federação e encontra-se integrado, conceitualmente, aos procedimentos adotados no Sistema de Contas Nacionais e Regionais do

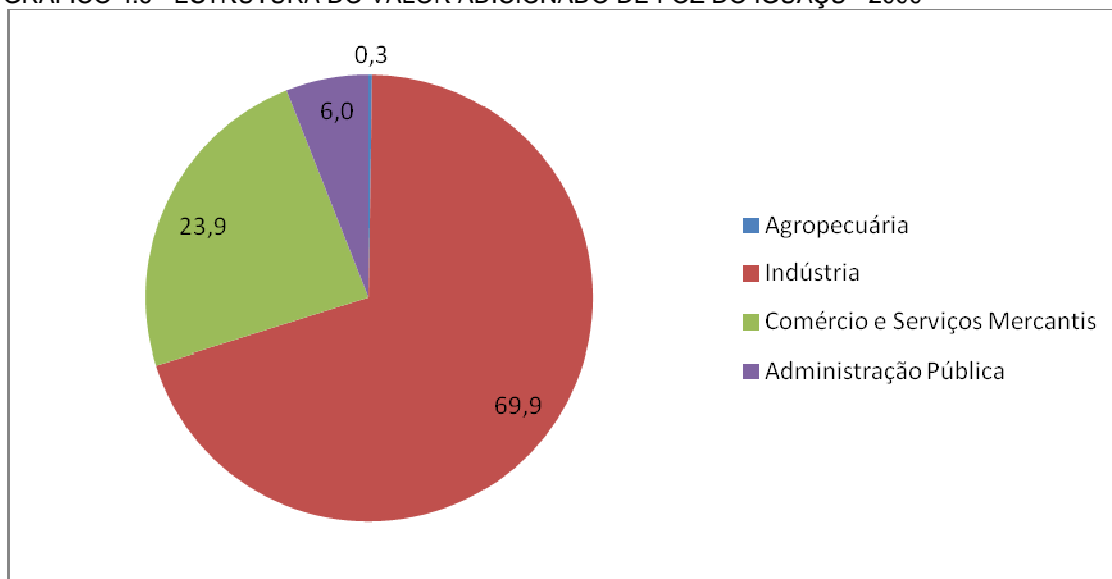
Brasil. Os resultados são coerentes e comparáveis entre si, e também compatíveis com os resultados nacional e regional (IBGE, 2008). A metodologia elaborada pelo IBGE tenta contornar os problemas na avaliação da produção regional a partir de uma metodologia que visa realizar a distribuição da produção nacional aferida pelo Sistema de Contas Nacionais entre todos os entes federativos. O sistema de elaboração do PIB regional (que contabiliza a produção das unidades federativas) é realizado de modo que a soma de todas as unidades regionais seja igual ao PIB nacional, equalizando os problemas relacionados à obtenção do equilíbrio nacional. No caso do PIB municipal:

O trabalho fundamenta-se na identificação de variáveis econômicas que permitam distribuir o valor adicionado bruto das 19 atividades econômicas de cada Unidade da Federação, pelos seus respectivos municípios. (IBGE, 2008, p.2)

Apesar de ser uma base de dados com uma série temporal relativamente longa e conceitualmente integrada, o PIB dos municípios calculado pelo IBGE tem sido pouco utilizado em estudos sobre economia urbana e regional. Para realizar nossa análise, vamos trabalhar com os dados do Valor Adicionado Bruto (VAB), que expressa a produção de riqueza em uma economia. O dado sobre impostos não foi considerado, por resultar de transferências e arrecadação de impostos específicos, cuja dinâmica tem mais relação com a estrutura política da federação brasileira que com atributos econômicos específicos das unidades municipais consideradas.

O gráfico 4.6 permite observar que a estrutura de distribuição do valor adicionado de Foz do Iguaçu, em 2000, apresentava elevado grau de concentração no setor industrial. Isto decorre, sobretudo, da produção e distribuição de energia elétrica, decorrente da atividade de Itaipu. Destaca-se a presença menor do comércio e serviços mercantis, e a reduzida participação da agropecuária e da administração pública. A estrutura de distribuição do VAB de Foz do Iguaçu pouco mudou entre 2000 e 2008, com uma redução da importância do setor industrial e o crescimento dos outros segmentos.

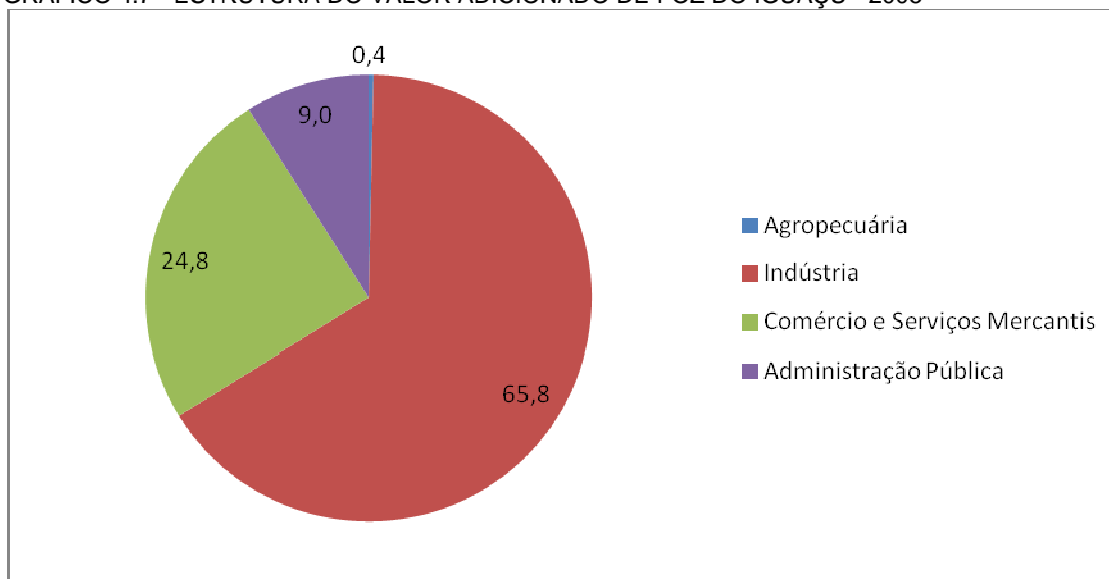
GRÁFICO 4.6 - ESTRUTURA DO VALOR ADICIONADO DE FOZ DO IGUAÇU - 2000



FONTE: IBGE

O aumento de participação se deu principalmente nos setores administração pública e comércio e serviços mercantis. Na indústria, há uma queda de participação de 69,9% do valor adicionado total em 2000 para 65,8% em 2008 (gráfico 4.7), o que pode ser explicado pelo baixo dinamismo do setor geração de eletricidade. O crescimento da administração pública é sentido pela ampliação do número de servidores públicos na região no período analisado. No caso do comércio e serviços, esta expansão decorre das transformações estruturais pelas quais passou a sociedade brasileira, com aumento da renda real do trabalhador e a expansão do crédito, que favoreceram o crescimento do comércio, pela expansão do consumo das famílias.

GRÁFICO 4.7 - ESTRUTURA DO VALOR ADICIONADO DE FOZ DO IGUAÇU - 2008



FONTE: IBGE

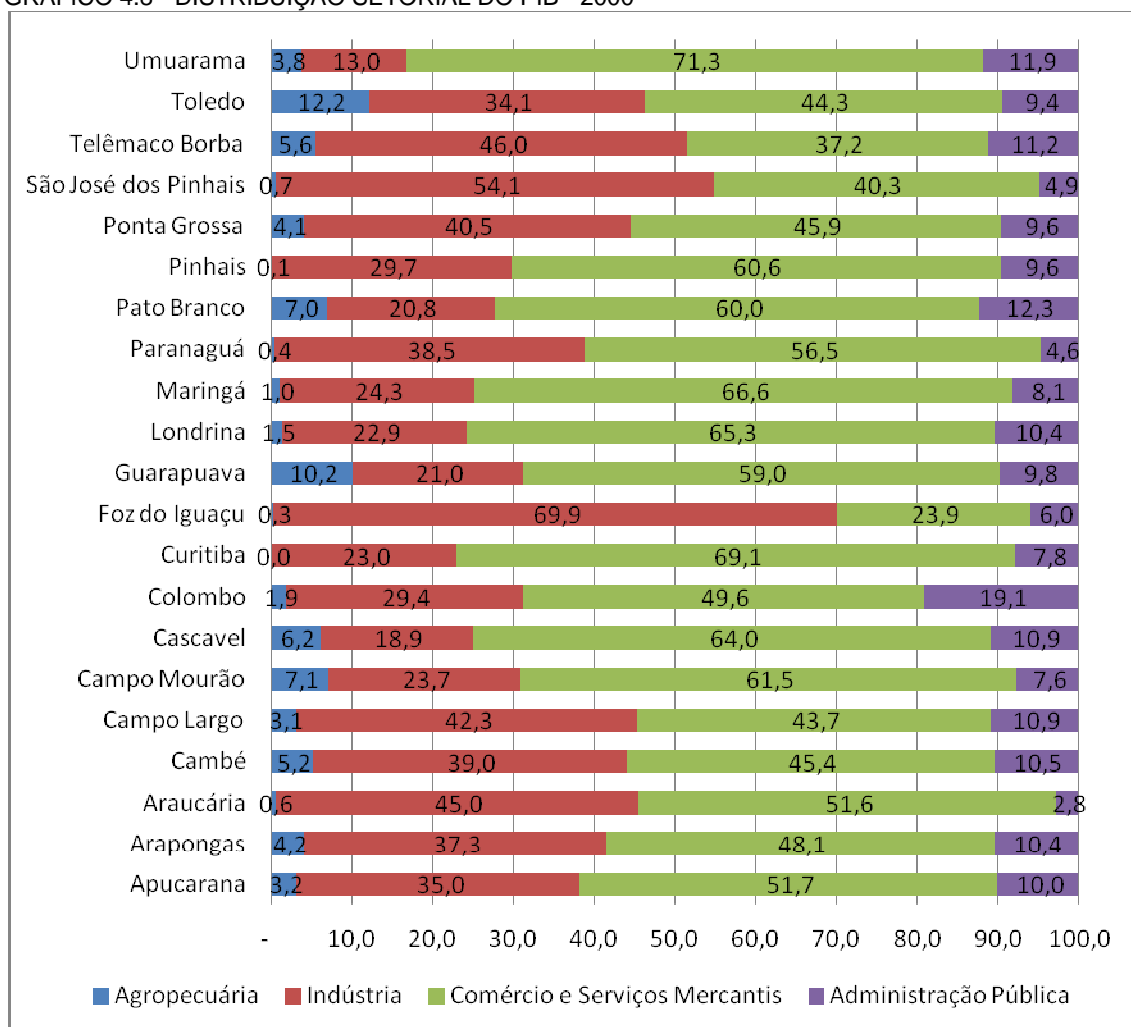
De acordo com uma tabulação especial do PIB municipal, é possível perceber que 93,7% do VAB da indústria de Foz do Iguaçu está relacionado à geração de eletricidade. Apenas 0,1% à indústria de transformação e 4,8%, à construção civil. Isto nos permite afirmar que Foz do Iguaçu, apesar do porte, é um município cuja atividade industrial concentra-se num único segmento, sem a presença de empresas industriais relevantes em outras áreas, o que faz com que sua estrutura econômica seja muito diferente daquela apresentada pelos outros municípios com importância econômica no Paraná.

Além disso, a predominância do setor industrial em Foz do Iguaçu aproxima-o de outras cidades médias, que podem ser caracterizadas como municípios com atividades industriais dependentes de recursos naturais, como o petróleo, a mineração ou ainda a geração de energia elétrica. O gráfico 3 permite observar a estrutura do valor adicionado no ano de 2000 para os 21 municípios com maior importância econômica no Estado, pelo critério PIB municipal. Nota-se pelos gráficos que entre as maiores economias do Paraná há uma predominância do segmento comércio e serviços mercantis (CSM), cujas participações superam, em geral, os 50%. No entanto, são vários os casos que extrapolam a participação média do grupo.

Em 2000, Umuarama aparecia como o município com maior participação relativa do CSM, enquanto Foz do Iguaçu se destacava na indústria. Colombo,

por outro lado, tinha grande participação da administração pública (APU), enquanto Araucária apresentava a menor participação neste segmento (gráfico 4.8).

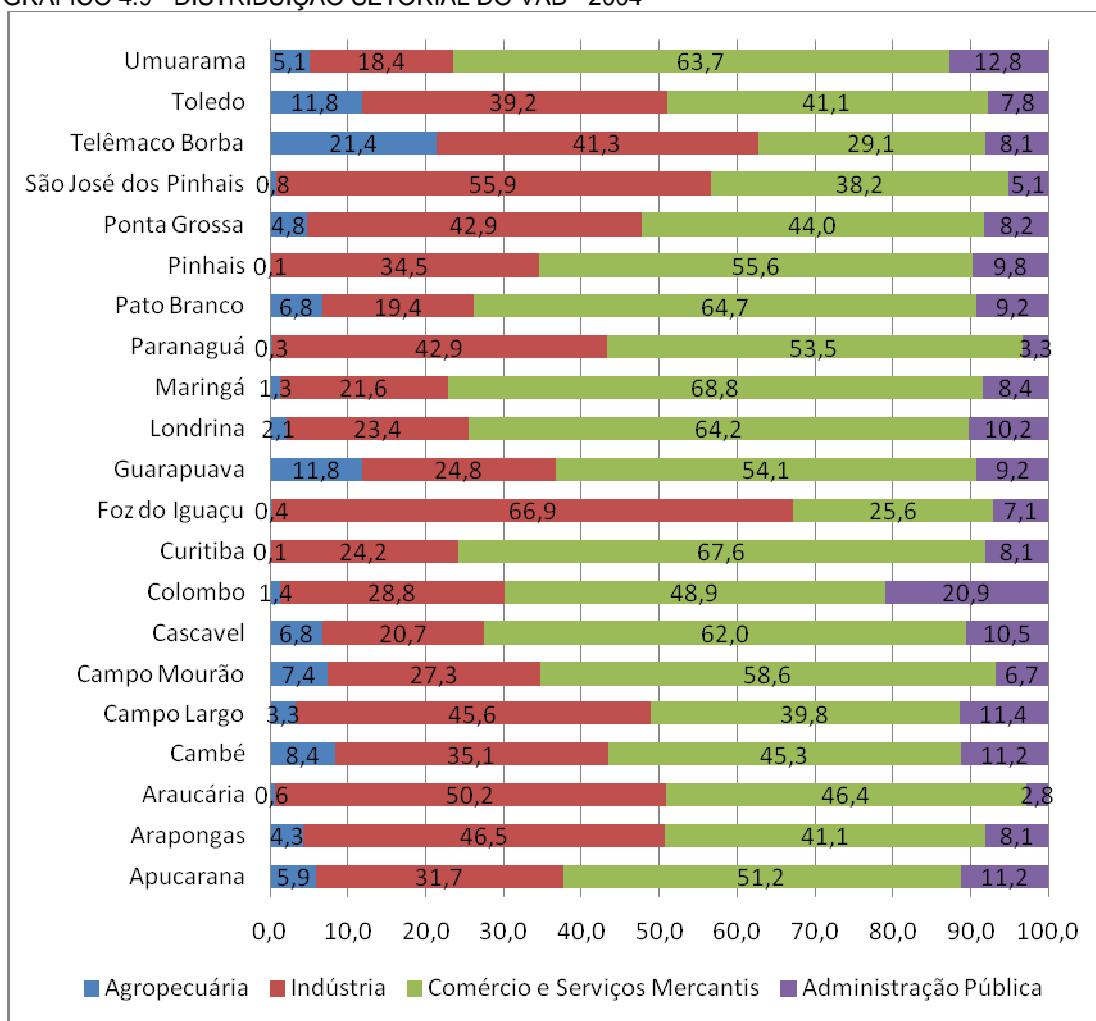
GRÁFICO 4.8 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB - 2000



FONTE: IBGE

Para 2004 é possível observar algumas mudanças relevantes: o crescimento do segmento industrial em Umuarama (explicado pelo crescimento da importância do setor de álcool e açúcar, em substituição à pecuária extensiva de corte) e o aumento da importância do setor APU em praticamente todos os municípios. A conjuntura agrícola favorável faz com que a participação da agropecuária no PIB de Telêmaco Borba passe dos 20%, ganho que ocorre em vários outros municípios (gráfico 4.9).

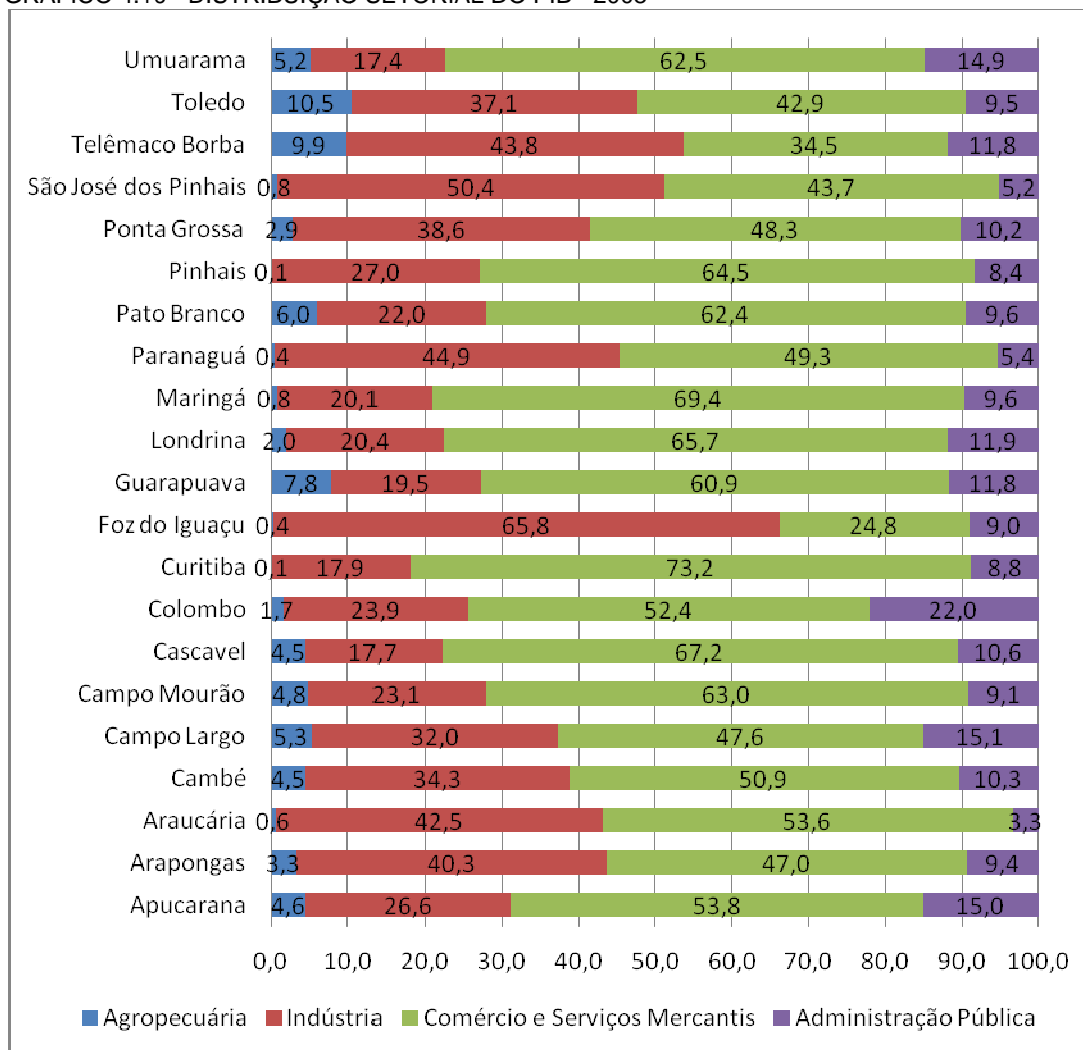
GRÁFICO 4.9 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO VAB - 2004



FONTE: IBGE

Para 2008, nota-se a consolidação de algumas mudanças, como a continuidade da queda de participação da indústria no VAB de Foz do Iguaçu, o aumento da participação da APU em praticamente todos os municípios, incluindo Araucária, e uma redução expressiva da participação da indústria em Curitiba, resultado do grande crescimento do setor de serviços, em especial o segmento financeiro. Também é possível observar um recuo importante da agropecuária na estrutura de vários municípios (gráfico 4.10).

GRÁFICO 4.10 - DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DO PIB - 2008



FONTE: IBGE

Com exceção de São José dos Pinhais, nenhuma das grandes cidades apresentava concentração no segmento industrial superior a 50%, como é o caso de Foz do Iguaçu. Este tipo de concentração decorre da importância econômica de Itaipu no município. Na tabela 4.6 estão listados os municípios paranaenses com maior peso da indústria no VAB. Os quatro primeiros municípios são todos geradores de hidroeletricidade.

Os demais, cujas participações do setor industrial ficam abaixo de 60%, têm características econômicas peculiares: Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Balsa Nova e Araucária são municípios da Região Metropolitana de Curitiba que receberam empresas industriais em função de sua localização metropolitana, com destaque para Rio Branco do Sul na indústria extrativa (sobretudo calcário) e Araucária, cujo elevado VA *per capita* explica-se pela Refinaria da Petrobrás (REPAR) (tabela 4.6).

TABELA 4.6 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA E VA *PER CAPITA* - 2008

MUNICÍPIO	VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA		
	TOTAL (mil R\$)	Participação VA Total (%)	VA <i>per capita</i> (R\$)
Capitão Leônidas Marques	477 130	81,8	32 279
Mangueirinha	502 624	71,7	29 756
Pinhão	444 621	66,2	15 040
Foz do Iguaçu	3 701 179	65,8	14 613
Quatro Barras	203 330	56,5	10 835
Rio Branco do Sul	212 897	54,2	7 526
Indianópolis	46 084	53,9	10 817
Cafelândia	182 507	52,1	13 357
São José dos Pinhais	4 224 056	50,4	17 257
Piên	110 202	49,9	10 120
Balsa Nova	103 137	49,9	9 363
São Carlos do Ivaí	46 938	46,3	7 497
Antonina	87 731	46,1	4 624
Carambeí	306 871	45,1	16 948
Paranaguá	1 869 921	44,9	13 818
Lobato	40 625	43,8	9 442
Telêmaco Borba	426 695	43,8	6 311
Jaguariaíva	178 924	43,5	5 537
Araucária	4 100 184	42,5	36 510
Rio Negro	171 872	42,3	5 611

FONTE: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios; Censo Demográfico 2010

NOTA: Para o cálculo do VA *per capita*, foi utilizada uma estimativa da população de 2008 obtida por interpolação intercensitária.

Indianópolis, apesar da participação elevada da indústria no VA municipal, tem um setor industrial pouco significativo, assim como Lobato e São Carlos do Ivaí, cuja presença de agroindústrias, ligadas ao processamento de alimentos ou à fabricação de álcool e açúcar, faz crescer a participação setorial. Antonina pode ser incluída neste grupo, apesar de sua função portuária. Em Piên, Rio Negro e Jaguariaíva, a presença de indústrias ligadas ao complexo madeira (madeira, papel e celulose), que exige grandes plantas industriais próximas a fontes da matéria-prima, explica sua posição “deslocalizada”.

De acordo com Paelinck (1977, p.165), uma indústria pode ser considerada deslocalizada quando o conjunto de seus fluxos de bens e serviços comercializáveis tem maiores relações com empresas distantes do local de sua implantação. Empresas de mineração e siderurgia, por exemplo, apesar de seu potencial para a geração de excedente econômico, podem

guardar poucas relações com o desenvolvimento local. Este conceito poderia ser estendido para o caso das indústrias de papel e celulose no Paraná, e também das empresas geradoras de hidroeletricidade, como é o caso de Itaipu.

Em Paranaguá, o dinamismo industrial pode ser atribuído ao processamento final de produtos antes do embarque. O processamento de soja (transformada em óleo, farelo e margarina) e o processamento de fertilizantes são responsáveis por grande parte do valor adicionado industrial do município.<sup>9</sup>

Nota-se, portanto, que em todos municípios selecionados, a predominância do setor industrial sobre os demais é explicada ou por atividades que exigem grandes investimentos em capital, apesar de empregarem pouca mão de obra, pela existência de uma dinâmica metropolitana, ou ainda pela proximidade com a fonte de matéria-prima. Nenhum deles, porém, suporta grandes populações sem a ocorrência de uma integração “metropolitana”, com a aparente exceção de Foz do Iguaçu. Aparente porque, como mostraremos adiante, existe entre Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este uma relação semelhante às dinâmicas metropolitanas das maiores cidades do Estado. Estas questões são detalhadas no capítulo 5, quando é explorada a importância de Ciudad Del Este para o mercado de trabalho de Foz do Iguaçu.

Normalmente caracterizado por ser um setor com elevado grau de formalização da mão de obra, o que permite um estudo relativamente seguro das condições de trabalho a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a indústria de Foz do Iguaçu possuía em 2008 menos de 6 mil vínculos formais. Esta situação diferia muito da encontrada em outros municípios de porte médio (tabela 4.7).

---

<sup>9</sup> Estas informações decorrem da abertura da base de dados fiscais da SEFA e podem ser encontradas no relatório do PIB municipal de 2007.

TABELA 4.7 - ESTRUTURA DA OCUPAÇÃO POR SETOR INSTITUCIONAL

MUNICÍPIO	AGRO.		IND.		SERV.		APU		TOTAL
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	
Curitiba	1 504	0,2	151 435	18,2	476 115	57,1	204 531	24,5	833 585
Londrina	2 726	1,9	35 208	24,4	99 463	69,0	6 832	4,7	144 229
Maringá	567	0,5	34 773	27,7	81 807	65,2	8 337	6,6	125 484
São José dos Pinhais	473	0,6	42 415	49,9	36 533	43,0	5 555	6,5	84 976
Cascavel	3 050	3,8	22 377	28,1	47 285	59,4	6 949	8,7	79 661
Ponta Grossa	1 868	2,7	17 800	25,4	44 450	63,5	5 853	8,4	69 971
Foz do Iguaçu	182	0,4	5 858	12,4	34 460	73,0	6 685	14,2	47 185
Araucária	309	0,7	21 800	50,2	16 630	38,3	4 680	10,8	43 419
Toledo	864	2,4	16 839	47,3	15 424	43,4	2 436	6,8	35 563
Colombo	898	2,6	13 665	38,8	16 346	46,4	4 302	12,2	35 211
TOTAL	105 234	4,0	762 745	28,9	1 328 117	50,3	441 693	16,7	2 637 789

FONTE: MTE/RAIS

Chama atenção também o peso da administração pública no emprego formal, representando 14,2% dos vínculos totais. Há presença marcante de funcionários públicos, principalmente da Receita Federal e da Polícia Federal. Ainda assim, o total de vínculos formais leva à constatação de que Foz do Iguaçu apresentaria, entre as cidades médias, uma situação peculiar em relação ao emprego: ou teria um dos menores graus de formalização do Estado, ou uma estrutura etária da população muito diferente das demais cidades, o que explicaria o número pequeno de vínculos formais.

Para o ano de 2000, de acordo com dados do Censo Demográfico, a razão de dependência<sup>10</sup> no Estado do Paraná situava-se em 47,1%, com mediana de 49,1% e desvio-padrão de 2,45. Em Foz do Iguaçu, a razão de dependência era de 47,7%, ou seja, compatível com o padrão do Estado. Descartada esta hipótese, conclui-se pelo menor grau de formalização nas relações de trabalho de Foz do Iguaçu. Esta hipótese é comprovada pela análise dos dados da RAIS e uma comparação com as informações demográficas dos censos de 2000 e 2010 (tabela 4.8).

<sup>10</sup> Para chegar a esta variável, tomou-se como referência a diferença entre a população com idade entre 20 e 64 anos e a população total. O conceito de PEA normalmente inclui a população com 10 anos e mais ou ainda 14 anos e mais. Contudo, para evitar a inclusão de adolescentes e crianças neste grupo, optamos por um corte mais alto na idade inferior, o que pode levar a uma incompatibilidade com outros estudos sobre o tema.

TABELA 4.8 - GRAU DE FORMALIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO - 2000/2009

MUNICÍPIO	VÍNCULOS FORMAIS		POPULAÇÃO TOTAL		TAXA DE CRESCIMENTO (%)		FORMALIZAÇÃO (%)	
	2000	2009	2000	2009	Vínc.	Pop.	2000	2009
					2000	2009		
Curitiba	568 581	833 585	1 587 315	1 730 241	4,3	0,96	35,8	48,2
Londrina	100 270	144 229	447 065	500 346	4,1	1,26	22,4	28,8
Maringá	76 082	125 484	288 653	349 597	5,7	2,15	26,4	35,9
Ponta Grossa	46 027	69 971	273 616	307 662	4,8	1,31	16,8	22,7
Cascavel	44 331	79 661	245 369	281 804	6,7	1,55	18,1	28,3
São José dos Pinhais	38 322	84 976	204 316	256 871	9,3	2,58	18,8	33,1
Foz do Iguaçu	32 329	47 185	258 543	256 326	4,3	-0,10	12,5	18,4
Paranaguá	22 700	30 459	127 339	139 080	3,3	0,98	17,8	21,9
Guarapuava	22 533	33 740	155 161	166 190	4,6	0,77	14,5	20,3
Colombo	20 305	35 211	183 329	209 853	6,3	1,51	11,1	16,8
Araucária	19 831	43 419	94 258	116 440	9,1	2,38	21,0	37,3
PARANÁ	1 653 435	2 637 789	9 563 458	10 348 491	5,3	0,88	17,3	25,5

FONTES: RAIS, IBGE

Entre os municípios com os maiores estoques totais de empregos com carteira assinada, é possível observar que Foz do Iguaçu tem um dos mais reduzidos graus de formalização: os vínculos formais correspondiam, em 2000, a apenas 12,5% da população, proporção superior apenas à de Colombo. Em 2009, apesar do avanço registrado em todo o Paraná, uma vez que os estoques de empregos formais aumentaram a uma taxa anual de 5,3%, Foz do Iguaçu atingiu apenas 18,4% de formalização. Isto mostra que o número de empregos formais gerados na cidade é insuficiente para empregar produtivamente grande parte de sua população economicamente ativa.

A caracterização econômica da cidade mostra, portanto, que Foz do Iguaçu apresenta uma economia e uma dinâmica de crescimento que diferem tanto daquelas que proporcionaram a diversificação do parque industrial do Estado, quanto daquelas ligadas à agroindústria voltada à exportação. A construção da usina pode ser entendida como a criação de uma indústria motriz, para usar a terminologia de François Perroux, que a partir das economias de escala geradas permitiu o desenvolvimento de outros setores.

A construção de Itaipu gerou forte demanda local por mão de obra, o que estimulou o desenvolvimento de diversos segmentos capazes de atender a estes trabalhadores. A criação de estabelecimentos voltados aos serviços prestados às famílias, como os setores de alimentação, comércio varejista e serviços de manutenção e reparação, teve sua escala grandemente ampliada

pelo crescimento da população. É possível ainda observar que estes setores ganharam não apenas com o aumento do número de consumidores, mas também com o aumento da renda média na região.

Esta primeira “indústria motriz” poderia ter perdido seu efeito sobre as demais estruturas caso a dinâmica permanecesse ancorada apenas nas obras de construção. São recorrentes os casos de cidades surgidas durante o processo de construção de barragens, as quais, após o término da obra, passam por um processo de esvaziamento populacional por conta da incapacidade de a usina, por si própria, oferecer externalidades suficientes para permitir a incorporação de todos os seus trabalhadores no mercado de trabalho local.

No caso das cidades da Tríplice Fronteira, um segundo processo permitiu manter o crescimento populacional, e consequentemente econômico, pelos anos seguintes. Este processo foi a consolidação de Ciudad Del Este como um centro de compras de produtos importados por parte dos turistas brasileiros. A segunda indústria motriz da região foi o turismo de compras, ou ainda, a indústria de reexportação de produtos eletrônicos, perfumes e autopeças. Pode-se destacar que:

A fundação de Porto Presidente Stroessner<sup>1</sup>, ocorrida em 28 de janeiro de 1957 pelo decreto do poder executivo paraguaio de nº 24.634, estava alicerçada nos interesses políticos e econômicos de algumas frações da classe dominante paraguaia que visavam à consolidação de uma rota internacional que possibilitasse a exportação da produção agrícola nacional pelo Oceano Atlântico. (CARDIN, 2010, p.3)

Ainda nos anos 1960, havia um fluxo de turistas paraguaios para Ciudad Del Este, vindos predominantemente de Assunção, em busca de produtos brasileiros e importados por brasileiros que eram comercializados em Foz de Iguaçu. Este movimento refletia a dificuldade de acesso a bens industriais no Paraguai nestes anos. A partir do fechamento gradual da economia brasileira, sobretudo a partir de 1976, o movimento se inverte: aumenta gradativamente o fluxo de brasileiros que se dirigem ao Paraguai para compras na fronteira.

Este movimento também é reforçado pela intensificação do processo de migração de estrangeiros para o Paraguai e Brasil, em decorrência dos conflitos políticos no Oriente Médio. A presença de imigrantes árabes (cristãos

e também muçulmanos), através da rede de contatos, elevou muito a presença destes contingentes humanos na demografia local. Por sua vez, houve uma intensificação da atividade comercial na fronteira.

Este comércio ganha impulso nos anos 1980, quando da consolidação de investimentos em infraestrutura, que tornam a cidade de Foz do Iguaçu muito mais acessível aos turistas de todo o país. A BR-277, novamente, serve como um marco nesta expansão. A construção da rodoviária, de Itaipu e da ponte internacional entre o Brasil e o Paraguai serviram como suporte para o crescimento do comércio na região de fronteira. Outras medidas internas do governo brasileiro também favoreceram a ampliação deste comércio fronteiriço.

Conforme destaca Rabossi (2004), na década de 1970, as medidas do governo federal para reduzir a evasão de divisas, com a criação de instrumentos como o depósito compulsório para a obtenção de passaportes, limitaram bastante as possibilidades de realizar uma viagem de compras para o exterior. Contudo, as cidades na fronteira com o Brasil estavam dispensadas desta exigência.

O autor destaca ainda que em Ciudad Del Este não havia a necessidade de trocar o cruzeiro por dólares ou guaranis para realizar compras, o que se tornou um estímulo adicional ao comércio de fronteira. Passa-se de um período de compras realizadas predominantemente por turistas que visitam a região, atraídos pelos cassinos argentinos e pelas Cataratas do Iguaçu, para um “turismo” realizado por “compristas”, denominados posteriormente “sacoleiros”:

Em 1987 a linguagem ainda não estava definida. Não se falava de sacoleiros e o negócio de comprar em Ciudad Presidente Stroessner para revender nas cidades de origem não estava tão assentado como depois chegaria estar.

Em novembro de 1987, uma matéria do mesmo jornal apresenta com certa novidade o incremento de ‘compristas’ – essa a palavra utilizada para os denominar- que chegam de diversas partes do Brasil para fazer compras no Paraguai. Os funcionários da Receita Federal confirmam o crescimento e, considerando os 100 ônibus interestaduais e de turismo que chegam em Foz do Iguaçu, eles calculam que uns 5000 compristas estariam chegando diariamente para realizar compras na cidade vizinha. (RABOSSÍ, 2004)

Menezes (1989, p.33) destacou que o afluxo de turistas brasileiros no Paraguai, já em 1975, representava algo entre 80% e 130% das exportações

paraguaias ao Brasil, ou seja, entre US\$ 60 e US\$ 120 milhões, num volume total de exportações de cerca de US\$ 60 milhões. Este movimento de fronteira só se intensifica ao longo das décadas de 1980 e 1990. Ainda em 1980, os compristas podiam ser definidos como:

Desempregados, subempregados e pessoas que procuram completar a renda familiar, os compristas são descritos na matéria como possuidores de um pequeno capital que investem na compra de produtos importados e que depois revendem entre grupos de conhecidos ou entre comerciantes das suas cidades. Segundo a descrição do jornalista, eles ingressam no Brasil tentando se adequar à quota de US\$ 150 por pessoa para poder ingressar suas mercadorias, sofrendo muitas vezes as arbitrariedades dos funcionários encarregados da fiscalização. (RABOSSI, 2004, p.238)

O afluxo de “compristas/sacoleiros”, no biênio 1994-95, movimentou cerca de 1.200 ônibus de excursão, sem contar as linhas regulares que chegaram a Foz do Iguaçu trazendo pessoas para as compras de fim de ano em Ciudad Del Este. As compras no Paraguai eram motivadas principalmente pelo real valorizado frente ao dólar, que tornava os produtos importados ainda mais competitivos em relação aos brasileiros ou importados diretamente no Brasil, sujeitos a incidência de elevada carga tributária.

Porém, no final dos anos 1990 as causas estruturais que levaram ao grande desenvolvimento do comércio na região da fronteira estavam começando a se modificar. A liberalização das importações, a estabilização monetária e a disponibilização cada vez maior do crédito ao consumidor, que passa a adquirir produtos eletrônicos em prazo dilatado no mercado nacional, acabam diminuindo o efeito da vantagem de preço oferecida pelos produtos paraguaios. A década de 2000 se inicia com um cenário muito diferente daquele dos anos 1980 e 1990. Os dois principais “motores” da economia local, que haviam sustentado sua dinâmica de crescimento econômico até então, encontram-se limitados pelas mudanças na conjuntura externa.

Esta economia local, articulada com a dinâmica econômica do Paraguai e sujeita a respostas diferenciadas da conjuntura nacional e internacional leva à sustentação da hipótese de que Foz do Iguaçu, juntamente com Ciudad del Este e as “municipalidades” contíguas a ela, possuem, conforme a definição proposta no capítulo anterior, uma dinâmica própria de crescimento econômico, vinculada à capacidade de seus agentes econômicos de realizar conexões com

os fatores dinâmicos do crescimento global, de forma independente da atuação de seus respectivos governos centrais.

Esta integração maior com a economia de outro país distancia o município de Foz do Iguaçu do que acontece na região que circunda a cidade. Assim como a produção de eletricidade de Itaipu encontra seu principal mercado na indústria paulista, também o comércio de fronteira acaba estabelecendo vínculos, tanto para frente como para trás, que se encontram mais articulados com o que ocorre nos mercados de consumo das grandes cidades, e com o avanço da indústria chinesa no mundo, do que com a dinâmica agroindustrial dos municípios limítrofes.

Esta conformação levou a uma dissociação parcial de Foz do Iguaçu da rede urbana de cidades do Paraná. Desta forma, ao invés de ocupar uma posição compatível com sua magnitude demográfica, estudos sobre a rede urbana acabam conformando Foz do Iguaçu como um subcentro regional de menor importância, sobretudo quando comparado a cidades de porte semelhante, como Maringá, Cascavel e Ponta Grossa.

O principal trabalho na área, referência para vários outros estudos, é o trabalho do IPEA da “Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil – Redes Regionais: Sul”, onde encontramos uma hierarquização dos centros urbanos da Região Sul do Brasil. Dentro dessa perspectiva, temos o fato de Foz do Iguaçu ora ser apresentado como uma aglomeração de fronteira, ora como um centro urbano de tamanho médio, ou ainda como uma aglomeração contígua a Santa Terezinha do Itaipu (IPEA, 2000c). Também aparece num outro momento como uma cidade que não participa de uma aglomeração. O papel de Foz do Iguaçu, em relação ao tamanho de sua população é, de qualquer forma, diminuído.

Peris e Luginani (2003) já haviam indicado Cascavel como um vértice de onde partiriam dois eixos de desenvolvimento, um em direção a Guaíra, passando por Palotina e Marechal Cândido Rondon, e outro em direção a Foz do Iguaçu. De acordo com os autores:

Na região Oeste do Paraná, é possível considerar cidades como Cascavel e Foz do Iguaçu, atualmente, como pólos de crescimento regional. Consequentemente, a ligação rodoviária, que une esses

dois pólos é tida como um eixo por onde se propagam os fluxos, os preços e as antecipações, conforme destaca Perroux (1970). (PERIS & LUGANI, 2003, p.80)

Este estudo partiu do pressuposto de que a dinâmica econômica comum do eixo estaria alicerçada no agronegócio, no turismo e na geração de energia elétrica. As três atividades seriam “produtos de exportação da região”, ao mesmo tempo em que “aparentam ser atualmente insuficientes para manter a dinâmica regional, particularmente no que se refere à geração de emprego e renda” (PERIS & LUGANI, 2003, p.100). A região teria como polo principal de serviços o município de Cascavel e, como polo secundário, Foz do Iguaçu. Em menor importância, destacar-se-iam Medianeira, Toledo e Marechal Cândido Rondon.

Outros estudos também apontam a predominância de Cascavel no subsistema urbano-regional do Oeste, ao indicarem a formação de uma “aglomeração urbana da soja”, que se estenderia de Toledo a Cascavel, e deste município a Santa Tereza do Oeste (REOLON, 2007). O autor defendia a ideia de uma aglomeração urbana:

Composta por dois núcleos, ou seja, bipolarizada por Cascavel e Toledo, agregando, ainda, em se tratando dos distritos, Corbélia, Ouro Verde do Oeste, Santa Tereza do oeste e Sede alvorada, com áreas de expansão configuradas por Cafelândia, Ibema, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Rio do Salto, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste. (REOLON, 2007, p.9)

Ainda, de acordo com o autor, Cascavel e Toledo “parecem conformar um espaço de desenvolvimento contíguo”, motivados pelo segmento agroindustrial e pelas universidades ou faculdades que aí se localizam, além do comércio e prestação de serviços diversos. Esta ideia também permeava o estudo sobre a rede urbano-regional desenvolvido pelo IPEA, que apresenta Cascavel como aglomeração urbana contígua/contínua com Santa Tereza do Oeste e Toledo (IPEA, 2000c; p.67; p.72).

O Iparde, no Estudo “Os Vários Paranás – Região Oeste”, dedica-se à compreensão do “3º espaço relevante”, compreendido, de modo geral, como a mesorregião oeste do Paraná. Neste estudo, aponta-se que:

Foz do Iguaçu e municípios limítrofes seguem um padrão comum na conformação dos aglomerados, com elevado crescimento da cidade principal, seguido, nos decênios seguintes, pelo incremento ainda

mais expressivo de municípios periféricos – que funcionam como receptáculos de uma população de menor renda excluída da cidade principal pelo mercado de terras. (IPARDES, 2008, p.34)

Neste estudo, há, porém, reconhecimento de que a dinâmica demográfica de Foz do Iguaçu estava associada, diretamente, à sua localização fronteiriça. Neste trabalho, o IparDES aponta Foz do Iguaçu como um “enclave de fronteira”, sem, contudo, definir o significado deste termo. Além disso, há uma transposição de conceitos e processos históricos que marcaram o desenvolvimento de metrópoles brasileiras, como Curitiba, para uma escala urbana completamente distinta. De modo geral, podemos visualizar algumas dificuldades encontradas em todos estes estudos ao tentar descrever a dinâmica econômica, social e demográfica do Oeste paranaense.

Conforme já destacamos anteriormente, é possível caracterizar três dinâmicas diferenciadas que influenciam os fluxos de crescimento econômico e populacional no Estado. A particularidade de Foz do Iguaçu faz deste local uma região com uma dinâmica econômica própria, caracterizada pelo turismo, que envolve tanto a visitação das Cataratas como o comércio de fronteira.

Sobre a relação existente entre as principais cidades do Oeste paranaense, é difícil estabelecer a existência de um processo de polarização, exercido por Cascavel ou Foz do Iguaçu, ou de metropolização, a partir da bipolaridade de Toledo e Cascavel. A própria ideia de polo, conforme já discutido anteriormente, não implica relações entre lugares, mas antes, a capacidade de determinadas empresas ou “indústrias” de proporcionar economias de escala que acionem o crescimento de outros setores.

A concentração de serviços públicos, principalmente de educação e saúde, em Cascavel, levou ao destaque deste município nestes segmentos específicos, mas a própria característica descentralizadora do sistema de ensino superior do Estado do Paraná impediu uma “polarização” de Cascavel, já que a Unioeste adota como princípio a descentralização dos *campi*, voltando os cursos para as potencialidades ou “vocações” regionais/municipais.

Do ponto de vista industrial, como fica evidente no próprio estudo do IparDES, a agroindústria predomina em todo o Oeste, praticamente inexistindo uma indústria de transformação significativa em Foz do Iguaçu, como ficou confirmado a partir da descrição dos dados do PIB municipal. Mas pelas

próprias características da agroindústria, que tem a necessidade de uma localização próxima às fontes de matéria-prima e que apresenta limitações às economias de escala, este tipo de estabelecimento acaba “descentralizando” a produção, permitindo o desenvolvimento de áreas de influência de determinadas empresas nos segmentos mais importantes, como leite, derivados e carnes.

O comportamento das variáveis demográficas, sociais e econômicas de Foz do Iguaçu, como foi apresentado ao longo desta seção, encontra-se relativamente desarticulado das dinâmicas predominantes no Oeste paranaense. Desta forma, é necessário compreender, ainda que de modo superficial, como se articula a rede de cidades no Paraguai, e o papel de Ciudad del Este nesta rede.

O Paraguai é um país ainda predominante agrícola, reflexo tanto de sua estrutura econômica, predominantemente agrárioexportadora, quanto da história de sua colonização. O processo de urbanização no Paraguai encontra-se num estágio muito diferente do existente no Brasil, por exemplo, e particularmente do Paraná. São poucos os departamentos paraguaios com predominância de população urbana, e as baixas densidades demográficas predominam, sobretudo ao norte do país (tabela 4.9).

TABELA 4.9 - PERFIL DEMOGRÁFICO DO PARAGUAI POR DEPARTAMENTOS - 2002

DEPARTAMENTO	RURAL	URBANA	TOTAL	GRAU DE URBANIZAÇÃO	ÁREA TERRITORIAL (KM²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM²)
Assunção	0	512 112	512 112	100	55	9 311
Central	185 155	1 177 738	1 362 893	86	2 465	553
Cordillera	155 999	77 855	233 854	33	4 948	47
Guairá	117 309	61 341	178 650	34	3 846	46
Caaguazú	297 776	137 581	435 357	32	11 474	38
Alto Paraná	188 083	370 589	558 672	66	14 895	38
Itapua	314 647	139 045	453 692	31	16 525	27
Paraguari	170 782	51 150	221 932	23	8 705	25
San Pedro	262 843	55 855	318 698	18	20 002	16
Caazapa	114 509	25 008	139 517	18	9 496	15
Misiones	51 618	50 165	101 783	49	9 556	11
Concepción	110 929	68 521	179 450	38	18 051	9,9
Canindeyu	105 082	35 055	140 137	25	14 667	9,6
Amambay	37 413	77 504	114 917	67	12 993	8,8
Neembucu	37 137	39 211	76 348	51	12 147	6,3
Presidente Hayes	53 599	28 894	82 493	35	72 907	1,1
Boquerón	24 688	6 418	41 106	40	91 669	0,4
Alto Paraguay	7 192	4 395	11 587	38	82 349	0,1
Total	2 234 761	2 928 437	5 163 198	57	406 750	12,7

FONTE: Censo Nacional de Población y Viviendas. Paraguai 2002

NOTA: Dados processados pelo *software* Redatam+SP (CEPAL/CELADE 2003-2009).

Dos departamentos paraguaios, o único que alcança 100% de urbanização é Assunção, sendo também elevada a proporção de população urbana no departamento Central, que na verdade é uma extensão de Assunção, compreendendo os distritos adjacentes à capital do país. O distrito central, como se pode ver pela densidade demográfica, compreende na verdade uma área urbanizada, onde a densidade demográfica ultrapassa os 500 hab./km<sup>2</sup>. Em Alto Paraná, província onde se situa Ciudad Del Este, encontra-se o maior grau de urbanização fora dos dois principais departamentos do país (66%), o que ainda assim está muito distante dos 81,4% do Estado do Paraná em 2000, de acordo com o Censo do IBGE.

Daí decorre que a rede urbana do Paraguai seja muito diversa da brasileira. Esta questão começa pelo próprio perfil do país. Com pouco mais de 5 milhões de habitantes em 2002, a densidade demográfica do Paraguai era de apenas 12,7 habitantes por km<sup>2</sup>. A população encontrava-se mais concentrada na porção sul do território, nos departamentos mais densamente povoados, que, grosso modo, acompanham a Ruta 7, rodovia também conhecida como Panamericana, que cruza o país de leste a oeste. Esta Ruta 7 é uma

continuação da rodovia brasileira BR-277. Ao longo dela estão situadas algumas das maiores cidades do Paraguai, como Assunção, Coronel Oviedo, Caaguazú e Ciudad Del Este, indo de oeste para leste do país.

Nota-se ao longo desta rodovia destacam-se duas grandes cidades: a capital Assunção e os distritos adjacentes do departamento Central, e Ciudad Del Este e sua expansão urbana, que abrange Hernandarias, Presidente Franco e uma área de expansão suburbana em Mingua-Guazú. Enquanto Assunção encontra-se às margens do rio Paraguai, durante séculos a principal via de ligação do país com o oceano, Ciudad del Este se desenvolveu às margens do rio Paraná, mas atrelada não ao rio, e sim à rodovia e sua ligação com o porto de Paranaguá, no Brasil.

Na tabela 4.10, podemos observar os principais distritos paraguaios em termos de população. Nota-se, pela classificação do Censo paraguaio, que Assunção encontra-se dividida em distritos. Para facilitar a compreensão dos dados, colocamos um agrupamento incluindo a localização do distrito, ou seja, a localidade/departamento do qual faz parte. Os distritos foram agrupados em quatro categorias: Assunção, correspondendo aos distritos que formam a capital; Central, distritos que se configuram como uma região urbanizada; Ciudad Del Este, incluindo os distritos conurbados, e outros, onde se localizam as cidades mais populosas do país, mas que não pertencem às categorias anteriores (tabela 4.10).

TABELA 4.10 - PRINCIPAIS DISTRITOS DO PARAGUAI PELO CRITÉRIO POPULACIONAL

DISTRITO	POPULAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
Ciudad del Este	222 274	Ciudad del Este
San Lorenzo	204 356	Central
Luque	185 127	Central
Capiata	154 274	Central
Santísima Trinidad	123 545	Assunción
Lambaré	119 795	Assunción
Fernando de la Mora	113 560	Central
San Roque	111 629	Assunción
Recoleta	111 474	Assunción
Caaguazú	98 136	Outros
Encarnación	93 497	Assunción
Pedro Juan Caballero	88 189	Outros
Coronel Oviedo	84 103	Outros
Concepción	73 210	Outros
Limpio	73 158	Central
Ñemby	71 909	Central
La Encarnación	68 819	Outros
Mariano Roque Alonso	65 229	Central
Hernandarias	63 248	Ciudad del Este
Itaugua	60 601	Central

FONTE: Censo Nacional de Población y Viviendas - Paraguay 2002

Caaguazú, a meio caminho entre Assunção e Ciudad Del Este, Pedro Juan Caballero, na fronteira com o Brasil no Mato Grosso do Sul, Coronel Oviedo, também próximo a Assunção, Concepción, próxima à fronteira com Mato Grosso do Sul, e La Encarnación, que fica na divisa com a cidade argentina de Posadas, capital da província de Misiones, são as cidades de maior expressão populacional mais distantes dos dois principais centros urbanos do Paraguai.

Assim, pode-se dizer que o Paraguai, por conta de uma população total reduzida num país escassamente povoado e de industrialização restrita, acaba por ter uma rede urbana pouco complexa se comparada com a brasileira ou mesmo com a do Estado do Paraná. Poucas cidades ultrapassam a marca dos 100 mil habitantes, sendo que várias delas são, na verdade, distritos de Assunção ou situam-se em sua área de expansão direta.

O fato de a economia paraguaia ter se mantido relativamente fechada por muitos anos, passando, posteriormente, por uma gradual abertura, levou a um desenvolvimento especialmente importante das cidades situadas nas fronteiras – Assunção, Encarnación, Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero são todas cidades de fronteira, as duas primeiras na divisa com a Argentina, e

as duas últimas na divisa com o Brasil. Desse modo, mesmo aquelas que poderiam ser consideradas como grandes cidades paraguaias encontram-se diretamente articuladas com dinâmicas exteriores aos espaços rurais interiores.

Em Assunção, grande parte da atividade industrial concentra-se na fabricação de alimentos e couro, um tipo de indústria sujeita à forte concorrência do Brasil e da Argentina. Com isso, muitas das importações paraguaias, e seu déficit comercial com os países vizinhos, decorre da importação desses gêneros de produtos. Os segmentos que, conforme observamos, geram a maior parte dos superávits comerciais encontram-se localizados às margens do rio Paraná.

Ciudad Del Este se destaca nesta rede por conta do já mencionado comércio de fronteira. Além de um importante centro de reexportação de mercadorias, algumas indústrias “maquiladoras”, acabaram se instalando na região da cidade, atraídas pelos benefícios fiscais locais e também pelo mercado do Mercosul. Nesta cidade, é possível observar um esforço local na implantação de parques industriais na cidade ou ao seu redor, como parte dos planos nacionais para tornar a economia paraguaia mais dinâmica e menos dependente das exportações de *commodities*. Nesta cidade ou em suas vizinhas, encontram-se os seguintes espaços destinados à indústria (UTEPI, 2007, p.33):

- Parque Tecnológico Itaipu, destinado a indústrias de alta tecnologia na margem direita da represa. No total, são 54 hectares próximo à represa e mais 154 hectares na cidade de Hernandarias;
- Parque Industrial Taiwan, na cidade de Mingua-Guazú, a 23 quilômetros do centro de Ciudad Del Este e a apenas 5 km do aeroporto Guaraní, localizado nesta cidade, com um total de 40 hectares, dos quais 36% já estão sendo utilizados;
- Parque MERCOSUL, a 9 km do centro de Ciudad Del Este, ao longo da Ruta 9, com 30 hectares, dois quais 20 já estão ocupados e o restante está em processo de ocupação.

Ciudad Del este, graças a sua facilidade de acesso e situação conjugada com o Brasil, acaba apresentando-se como um dos fatores de vantagem competitiva para o Paraguai. Dentro dessa perspectiva, é possível notar que a região conta com várias vantagens locais:

- situa-se às margens do rio Paraná, que a jusante da barragem de Itaipu é navegável até o oceano Atlântico;
- conta com dois aeroportos internacionais próximos, sendo um deles em Foz do Iguaçu e o outro em Mingua-Guazú;
- situa-se num importante entroncamento rodoviário, fazendo a conexão leste-oeste entre Curitiba e Assunção;
- conta com uma disponibilidade de energia elétrica a baixo preço.

A criação destas *maquillas* vem sendo apontada como uma alternativa para a economia nacional, que dispõe da proximidade com os principais centros consumidores brasileiros para a fabricação local de produtos industrializados, ainda que com forte conteúdo de importados. Mas o mais importante na economia de Ciudad del Este continua sendo a atividade comercial e a movimentação decorrente da aduana local, com tráfego intenso de veículos pesados.

Esta dinâmica local atrai um contingente expressivo de trabalhadores brasileiros, hoje em dia reduzido por causa das maiores restrições impostas ao comércio de fronteira, mas ainda assim significativo, sobretudo tendo em vista o tamanho do mercado de trabalho de Foz do Iguaçu. Na sequência, procedemos à descrição dos dados do trabalho de campo e a uma comparação de seus resultados com os dados do Censo de 2000 e as informações da RAIS sobre o mercado de trabalho local.

## 5 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DE FOZ DO IGUAÇU EM CIUDAD DEL ESTE

Diante das questões apresentadas, resta demonstrar a integração existente entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, para a qual será considerada a existência de um mercado de trabalho local relativamente integrado. O dicionário Aulete define mercado de trabalho como um “conjunto de empresas, instituições etc. que oferecem emprego e das pessoas que ocupam ou procuram ocupar esses empregos, em um dado momento, em uma dada sociedade”. Dessa forma, a existência de um mercado de trabalho comum entre as duas cidades, ou seja, empresas que “compram” trabalho e pessoas que ofertam trabalho numa dada região, formariam um mercado de trabalho integrado.

Este conceito é um meio para tentar mensurar o alcance de uma aglomeração urbana, porque as empresas e as residências dos trabalhadores encontram-se distribuídas pelo espaço urbano, e não aglomeradas, o que implica deslocamento e sua desutilidade. Desta forma, se considerarmos que um trabalhador receberá o mesmo salário por um determinado trabalho, tendo duas opções, ele escolherá aquela cujo deslocamento seja menos desgastante.

Esta é uma das razões que causam a segmentação do mercado de trabalho nacional em regiões, ou áreas, uma vez que a mobilidade do trabalhador é relativamente limitada. Com isso, o mercado de trabalho acaba, na maior parte das vezes, adquirindo características locais. A oferta de trabalho implica vencer a desutilidade do deslocamento, que deve ser compensada por salários mais elevados, melhores condições de trabalho e maior oferta de oportunidades.

Além disso, o mercado de trabalho, caracterizado, quanto à oferta, pela existência de trabalhadores com o grau de qualificação necessário para o desempenho das funções e, quanto à demanda, pela presença de firmas individuais que requisitam mão de obra e competem entre si por ela, tem uma área de abrangência muito melhor definida que a busca por serviços complexos, como saúde e educação superior, que usualmente têm sido empregadas como *proxy* de “atratividade” de um polo regional.

Entendemos que o mercado de trabalho, quando utilizado como referência para a extensão de uma aglomeração urbana, torna-se mais efetivo que o emprego de variáveis como a demanda por serviços públicos de saúde e educação, ou ainda a existência de instituições financeiras ou depósitos em conta corrente, critério utilizados, por exemplo, pelo Regic, do IBGE. Isto porque estes serviços possuem uma demanda com características peculiares, cuja oferta, qualidade e quantidade normalmente dependem mais de ações governamentais que dos processos de mercado que caracterizam o surgimento e o desenvolvimento de uma cidade.

A utilização da variável mercado de trabalho também permite contornar problemas relacionados com os fluxos direcionados a objetivos bem específicos; adotando a ideia de praça de mercado para determinados bens e serviços, por exemplo, poderíamos estender a área de influência de Ciudad del Este para São Paulo e Buenos Aires, uma vez que compradores destas cidades deslocam-se até a região em busca de produtos diversos, como eletrônicos, perfumes e também drogas e armas. O fluxo turístico permitiria ampliar o alcance dos serviços de hotelaria de Foz do Iguaçu por todo o Estado do Paraná e além, atraindo turistas de todo o mundo.

Estas questões, que turvam a análise da influência de cidades quando as inserimos na análise quantitativa, ao mesmo tempo em que limitam o estudo quando as retiramos simplesmente da análise, têm sua importância minimizada quando se analisa a dinâmica urbana tendo por objeto a extensão da “praça” do mercado de trabalho. Saber qual a área na qual se deslocam os trabalhadores em busca de trabalho é uma questão que pode definir de modo conveniente o tamanho e a atratividade de uma praça de mercado.

Diariamente é possível observar um intenso fluxo de pessoas na Ponte da Amizade, que liga as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, que pode ser caracterizado como Movimento Pendular ou Daily Urban System. Sabemos que grande parte deste fluxo é composto de turistas (compristas ou sacoleiros), e uma parte menor de trabalhadores, sejam vendedores de lojas, ambulantes ou “laranjas”. Para conhecer melhor o perfil dos trabalhadores de Foz do Iguaçu que se deslocam diariamente pela Ponte da Amizade para Ciudad del Este, foi realizada uma pesquisa de campo entre os dias 24 e 26 de maio de 2010. Entendendo população como “o conjunto de todos os elementos que

possuem determinada característica em comum” (HOFFMAN, 1973, p.6), foi desenhada uma amostra, que ainda segundo Hoffman, pode ser compreendida como “todo subconjunto não vazio e menor que a população” (idem, p.6).

Um problema foi definir o tamanho desta amostra e saber qual seria sua representatividade em relação à população que trabalhava ou estudava em outros países. Para tanto, foram utilizados como referência os resultados do Censo Demográfico de 2000, obtidos através de uma tabulação especial de seus microdados. Este censo indicava que a população residente em Foz do Iguaçu que trabalhava ou estudava era de 106.617 pessoas, das quais 10.792 trabalhavam ou estudavam em país estrangeiro (9,7% do total). Constatou-se também que desse total, 10.330 estudavam ou trabalhavam no Paraguai, ou seja, 95,7% (tabela 5.1).

TABELA 5.1 - TRABALHADORES BRASILEIROS NO PARAGUAI E SALÁRIO MÉDIO - 2000

SETOR	TRABALHADORES		RENDA MÉDIA (R\$)
	TOTAL	(%)	
Agricultura	453	4,4	1 223,33
Indústria extrativa	-	-	-
Indústria de transformação	479	4,6	1 066,05
Construção civil	244	2,4	1 078,29
Comércio	5 839	56,5	1 017,28
Alojamento e alimentação	404	3,9	585,18
Transporte	2 478	24,0	324,90
Outros	433	4,2	932,16
Total	10 330	100,0	843,49

FONTE: Censo Demográfico 2000, Microdados

É possível notar a predominância de trabalhadores brasileiros no setor de comércio e transporte, com pequena participação da agricultura e atividades afins e da indústria de transformação. Também é importante destacar o valor dos rendimentos médios em 2000, que no comércio ultrapassavam a marca dos mil reais mensais, valores expressivos para a época. No trabalho de campo foram levantadas questões como local de residência, tempo de trabalho no Paraguai e com o mesmo empregado, orientadas pela hipótese apresentada quanto à extensão do mercado de trabalho.

Tendo em vista o número pouco significativo de trabalhadores brasileiros na Argentina, em relação ao total, optou-se por concentrar o estudo da

integração entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, uma vez que os totais de brasileiros que desenvolviam atividades profissionais ou estudavam na Argentina eram pouco significativos no contexto local. Além disso, os recursos de que dispúnhamos impediam a realização de uma pesquisa similar em Puerto Iguazú, para compreender a atratividade de Ciudad del Este em relação aos trabalhadores argentinos deste município.

Os dados do Censo de 2000 serviram como referência para projetar uma amostra que fosse significativa para a análise da população, uma vez que o Censo de 2010 ainda não havia sido coletado quando da realização do trabalho de campo. O IBGE projetava uma população de 325.137 pessoas para Foz do Iguaçu em 2009, de modo que, mantendo-se a mesma proporção de 2000, podia-se esperar uma população de 12.992 pessoas que trabalhariam em Ciudad del Este enquanto residiam em Foz do Iguaçu.

Contudo, já no início do trabalho de campo notou-se que o universo de trabalhadores brasileiros no Paraguai era muito inferior ao total inferido. Em entrevista com o delegado regional da Secretaria do Trabalho do Estado do Paraná, foi indicado como número provável de trabalhadores, para o ano de 2010, um contingente igual ou inferior a 5 mil pessoas. Na Agência do Trabalhador, também tivemos a mesma resposta, com um número aproximado de cinco mil pessoas. Questionando as referidas autoridades, a resposta relacionava a diminuição no número de trabalhadores brasileiros em Foz do Iguaçu com a maior rigidez da legislação trabalhista no Paraguai, como uma suposta lei de cotas de trabalhadores paraguaios nas lojas de Ciudad del Este.

A maior fiscalização das autoridades brasileiras do comércio de fronteira também foi apontada como a razão pela diminuição no fluxo comercial entre as duas cidades. Esta segunda alternativa encontra suporte na bibliográfica sobre o tema. A este respeito, Machado aponta que:

O que vem ocorrendo na fronteira Brasil/Paraguai é fruto de um amplo processo social, o qual foi intensificado a partir de 2002, quando governo brasileiro declarou uma verdadeira guerra contra o contrabando que bem do Paraguai. Iniciou-se uma série de operações de controle, de proporções jamais realizadas nas fronteiras nacionais. O trabalho tem sido feito através de ações conjuntas e simultâneas entre a Receita Federal e as políticas federal, estadual e rodoviária. O monitoramento das fiscalizações contra a com a ajuda de satélites, helicópteros, funcionários novos e

um serviço de inteligência especializado. Além da construção de milionária de uma nova aduana, extremamente equipada, que entrou em funcionamento no lado brasileiro da Ponta da Amizade no final de 2006. (MACHADO, 2009. p.286)

O menor fluxo de trabalhadores na ponte trouxe a necessidade de se repensar algumas questões relativas ao trabalho de campo. Sendo impossível determinar o tamanho da população, tendo por referência apenas estas estimativas, optou-se por realizar os questionários, mas tomando a análise dos dados por si próprios, sem realizar uma extrapolação para o universo de pessoas que lá trabalhavam, uma vez que a pesquisa ficou sem parâmetros para analisar a amostra.

Na oportunidade, foram entrevistados 338 trabalhadores, nos dois principais sentidos da ponte, procurando-se adequar as entrevistas ao fluxo diário de trabalhadores. Durante as manhãs, a abordagem foi realizada na aduana de Foz do Iguaçu, no caminho da ida para Ciudad del Este, e no período da tarde, no sentido inverso, ou seja, quando da entrada em Foz do Iguaçu. Durante as entrevistas, procuramos respeitar o princípio da aleatoriedade, “em que cada elemento da população tem a mesma chance de ser incluído na amostra” (WONNACOTT & WANNACOTT, 1981, p.130).

As pessoas que responderam ao questionário foram abordadas enquanto passavam pela ponte. Para realizar uma triagem, foram separados aqueles que estavam a passeio, turismo ou compras daqueles que efetivamente trabalhavam em Ciudad Del Este. A primeira pergunta era se a pessoa estava indo (ou voltando) a trabalho ou a passeio ao Paraguai. Apenas aqueles que disseram estar a trabalho foram convidados a responder o questionário. Contudo, as pessoas que cruzavam a ponte de ônibus, van ou carro particular não foram abordadas para a realização do questionário.

Foram considerados como trabalhadores em Ciudad del Este os moradores de Foz do Iguaçu e municípios próximos que se deslocavam diariamente ao Paraguai para o desempenho de atividades profissionais, as quais os configurassem como empregados de um estabelecimento em Ciudad del Este ou qualquer outra cidade do Paraguai, ou ainda como empregadores, ou seja, proprietários de estabelecimento ou trabalhadores por conta própria. Neste universo, foram incluídos os “laranjas”, que apesar de não serem

predominantes na amostra, ainda assim atingiram um número significativo de pessoas. Foram excluídos, porém, os compristas/sacoleiros, por entendermos que sua presença não exerce influência sobre os preços (salários) do mercado de trabalho local.

Foram realizadas 338 entrevistas, sendo 195 no período da manhã e 142 no período da tarde. Um questionário foi aplicado no ônibus, no período da manhã, contudo, o resultado da entrevista no ônibus não foi satisfatório, sobretudo pela questão do sigilo. As pessoas acabam constrangidas em relação a algumas perguntas, como renda, por exemplo, cuja resposta poderia ser ouvida pelos outros passageiros (tabela 2).

TABELA 5.2 - LOCAL DA ENTREVISTA

LOCAL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Ponte Manhã	195	57,7
Ponte Tarde	142	42,0
Ônibus	1	0,3
TOTAL	338	100,0

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Para a realização do questionário, partiu-se de algumas hipóteses que nortearam a elaboração das questões: com base nos dados do Censo de 2000, seria esperado que a população que trabalhava em Ciudad del Este tivesse um rendimento mensal superior à média dos que trabalham em Foz do Iguaçu, o que motivaria o desgaste de cruzar todos os dias a ponte e trabalhar num país estrangeiro, sendo privado dos benefícios sociais existentes no Brasil para o trabalhador com carteira assinada. Algumas perguntas foram formuladas para compreender como se dava este deslocamento, a distância percorrida pelos trabalhadores, o meio de transporte comumente utilizado, além de dados gerais como o setor de atividade, a faixa de renda, o tempo de trabalho com o mesmo empregador e de residência no local.

Para confirmar que a atratividade do mercado de trabalho de Ciudad del Este se espalharia por toda a cidade de Foz do Iguaçu, perguntamos o bairro de residência dos entrevistados, uma vez que uma predominância de algum bairro sobre o total indicaria um fenômeno restrito a algumas áreas da cidade. Também perguntamos sobre a escolaridade, tendo em vista que a perspectiva era de que a escolaridade média dos que trabalhavam de Ciudad del Este seria semelhante à dos trabalhadores de Foz do Iguaçu.

O resultado da pesquisa mostrou que o trabalhador de Ciudad del Este que mora no Brasil é predominantemente do gênero masculino, em uma proporção de 66% de homens e 34% de mulheres. Os entrevistados, em sua maior parte, eram casados (55,2%), sendo 36,2% solteiros, 5,3% separados e 2,7% viúvos. A maioria deles tinha filhos, sendo que 69,8% responderam afirmativamente a esta questão. Em relação à nacionalidade, dos 338 entrevistados 317 eram brasileiros, 11 paraguaios e 8 eram libaneses, reforçando a importância desta nacionalidade na composição da população da fronteira (tabela 5.3).

TABELA 5.3 - NACIONALIDADE

NACIONALIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Brasileira	317	93,8	93,8
Paraguaia	11	3,3	97,0
Argentina	1	0,3	97,3
Libanesa	8	2,4	99,7
Inglesa	1	0,3	100,0
TOTAL	338	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

A maioria dos entrevistados trabalhava em Ciudad del Este, e o restante trabalhava em Hernandarias e Mingua-Guazú. Isto mostra a importância do comércio de Ciudad del Este na oferta de trabalho da região (tabela 5.4).

TABELA 5.4 - CIDADE ONDE TRABALHA

CIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Ciudad del Este	334	98,8
Outros	4	1,2
TOTAL	338	100,0

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Em relação à escolaridade, a pesquisa mostrou que entre os trabalhadores pesquisados em Ciudad del Este havia uma participação maior daqueles considerados analfabetos quando comparados com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), por exemplo. Na amostra de pessoas, 36,1% possuíam ensino médio completo e 13,9% estavam cursando ou tinham o curso superior completo. Em relação aos analfabetos, 11 entrevistados se declararam nesta condição, o que corresponde a 3,3% dos

entrevistados. Daí se conclui que 50% dos entrevistados tinham 11 anos de estudo ou mais (tabela 5.5).

TABELA 5.5 - ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Nunca Frequentou a escola/não sabe ler	11	3,3	3,3
Ensino Fundamental Incompleto	87	25,7	29,0
Ensino Fundamental Completo	36	10,7	39,6
Ensino Médio Incompleto	35	10,4	50,0
Ensino Médio Completo	122	36,1	86,1
Ensino Superior Incompleto	34	10,1	96,2
Ensino Superior Completo	13	3,8	100,0
TOTAL	338	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio  
NOTA: Elaboração do autor.

Para efeitos de comparação, os dados do Ministério do Trabalho, obtidos a partir da RAIS, indicam uma proporção diferenciada destes trabalhadores: em 2009, cerca de 40% dos trabalhadores com carteira assinada possuíam menos de 11 anos de estudo; ou seja, a maioria dos trabalhadores com carteira assinada de Foz do Iguaçu apresentava escolaridade igual ao superior ao ensino médio. Deve-se ressaltar que neste resultado há uma influência muito forte de Itaipu e também do serviço público, que elevam a média de escolaridade dos trabalhadores formais (tabela 5.6).

TABELA 5.6 - ESCOLARIDADE DO TRABALHADOR COM CARTEIRA ASSINADA EM FOZ DO IGUAÇU - 2009

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Analfabeto	155	0,3	0,3
Fundamental incompleto	7 348	15,6	15,9
Fundamental completo	6 096	12,9	28,8
Médio incompleto	5 766	12,2	41,0
Médio completo	17 983	38,1	79,2
Superior incompleto	1 972	4,2	83,3
Superior completo	7 865	16,7	100,0
TOTAL	47 185	100,0	

FONTE: MTE/RAIS

Da amostra pesquisada, também é importante destacar que a maioria dos trabalhadores que cruzavam a ponte era morador de Foz do Iguaçu (95,9%). Apenas dez entre os entrevistados residiam em Santa Terezinha do Itaipu e dois em Ciudad del Este, sendo dois de outras cidades. Isto mostra que o poder de atração do mercado de trabalho de Ciudad del Este encontra-se relativamente restrito ao município de Foz do Iguaçu. Este fato pode ser

explicado pela oferta limitada de transporte coletivo entre a Ponte da Amizade e municípios vizinhos a Foz do Iguaçu, como Santa Terezinha do Itaipu, que levaria o trabalhador a depender do deslocamento em veículo próprio ou então implicaria deslocamento muito longo (tabela 5.7).

TABELA 5.7 - CIDADE DE RESIDÊNCIA

CIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL VÁLIDO (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Foz do Iguaçu	324	95,9	95,9	95,9
Santa Terezinha do Itaipu	10	3,0	3,0	98,8
Ciudad del Este	2	0,6	0,6	99,4
Outros	2	0,6	0,6	100,0
TOTAL	338	100,0	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Em relação ao setor de atividade, a pesquisa constatou a predominância do setor de comércio e serviços (principalmente comércio), uma vez que 73,4% dos entrevistados desenvolviam atividades neste segmento, seguido por alojamento e alimentação, e transportes. Deve-se destacar, porém, que estes números dizem respeito apenas às pessoas que cruzavam a ponte a pé. Apesar de ser o grupo predominante, é importante frisar que várias pessoas deslocam-se de automóvel, vans alugadas ou ainda ônibus intermunicipal. Em relação à construção civil, muitos trabalhadores deste setor deslocam-se por meio de transporte próprio ou fornecido pelos empregadores (tabela 5.8).

TABELA 5.8 - SETOR DE ATIVIDADE EM QUE TRABALHA

SETOR	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Comércio e Serviços	248	73,4	73,4
Transporte	10	3,0	76,3
Indústria	7	2,1	78,4
Alojamento e Alimentação	11	3,3	81,7
Construção Civil	3	0,9	82,5
Serviços Pessoais e Domésticos	5	1,5	84,0
Outro	2	0,6	84,6
“Laranja” (25)	52	15,4	100,0
TOTAL	338	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Em relação aos salários recebidos, a maior frequência se encontra na classe entre R\$ 750,00 e R\$ 1.000,00. Através de um cruzamento de dados, é possível projetar um rendimento médio por volta de R\$ 978,00 mensais, o que é uma quantia significativa, tendo em vista a predominância do comércio e serviços mercantis entre as atividades desempenhadas. Avaliando somente as

respostas dos trabalhadores do setor comércio e serviços, o valor médio alcançado é de R\$ 1.093,00 (tabela 5.9).

TABELA 5.9 - CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL, EM REAIS

CLASSE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Até R\$ 500,00	45	13,3	13,3
De R\$ 500,00 a 750,00	68	20,1	33,4
De R\$ 750,00 a R\$ 1000,00	85	25,1	58,6
De R\$ 1000,00 a R\$ 1500,00	65	19,2	77,8
De R\$ 1500,00 a R\$ 2500,00	49	14,5	92,3
Acima de R\$ 2500,00	23	6,8	99,1
Não respondeu	3	0,9	100,0
TOTAL	338	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

O rendimento médio do trabalho no mercado formal de Foz do Iguaçu, tomando por referência a RAIS, projeta uma renda média mensal de R\$ 1281,17. Administração Pública, Educação e principalmente os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) são os responsáveis pela média dos salários, sobretudo aqueles pagos por Itaipu, que situam-se muito acima da média de mercado. Contudo, para o comércio varejista, a renda média é de apenas R\$ 759,89. Ou seja, os trabalhadores do comércio em Ciudad del Este percebem uma renda superior aos que desenvolvem a mesma atividade em Foz do Iguaçu (tabela 5.10).

TABELA 5.10 - EMPREGO FORMAL EM FOZ DO IGUAÇU POR CLASSE DE ATIVIDADE E REMUNERAÇÃO - 2009

ATIVIDADE	VÍNCULOS FORMAIS		MASSA SALARIAL (R\$)	RENDA MÉDIA (R\$)
	TOTAL	(%)		
Comércio varejista	10 892	23,1	8 276 735	759,89
Administração pública, defesa e seguridade social	6 685	14,2	13 572 027	2 030,22
Alojamento	3 371	7,1	2 880 082	854,37
Educação	3 284	7,0	3 926 891	1 195,76
Alimentação	2 524	5,3	1 716 116	679,92
Transporte terrestre	2 248	4,8	2 327 702	1 035,45
Atividades de atenção à saúde humana	1 989	4,2	1 898 730	954,62
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	1 889	4,0	1 803 687	954,84
Eletricidade, gás e outras utilidades	1 478	3,1	10 650 694	7 206,15
Construção de edifícios	1 361	2,9	1 213 892	891,91
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	1 151	2,4	1 052 001	913,99
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	1 056	2,2	799 119	756,74
Sub-total	37 928	80,4	50 117 676	1 321,39
Outros	9 257	19,6	10 334 463	1 116,39
TOTAL	47 185	100	60 452 139	1 281,17

FONTE: MTE/RAIS - 2009

Nota-se, portanto, que os salários pagos em Ciudad del Este são significativamente maiores que os de Foz do Iguaçu, o que de certa forma compensa a ausência de benefícios sociais e o deslocamento diário pela Ponte da Amizade. Porém, ao compararmos estas informações com os dados de 2000, obtidos através dos microdados do Censo Demográfico, notamos que há uma redução nos salários reais, apesar da manutenção dos níveis nominais. Esta diferença pode ser explicada pela subdeclaração nas respostas dadas aos questionários coletados em campo, mas pode ser explicada também pela redução expressiva do movimento na fronteira ao longo da década de 2000, hipótese que parece mais provável.

Constatou-se que a maioria dos trabalhadores não possuía proteção previdenciária, ou seja, não pagava contribuição ao INSS como autônomo, tampouco tinha algum plano de previdência privada ou ainda estava inscrito no sistema de previdência do Paraguai. Apenas 18,6% dos entrevistados responderam afirmativamente a este questionamento, sendo que 78,4% não possuíam qualquer cobertura previdenciária e 3% não responderam ou não souberam informar (tabela 5.11).

TABELA 5.11 - TEM PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Sim	63	18,6	18,6
Não	265	78,4	97,0
Não respondeu/Não sabia	10	3,0	100,0
TOTAL	338	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Esta questão mostra que há um problema sério a ser dimensionado no futuro, visto ser significativo o número de trabalhadores que não devem possuir qualquer tipo de cobertura previdenciária. Tomando por base a referência da pesquisa de campo, de apenas 18% de cobertura, e aceitando a cifra de 5 mil trabalhadores como referência, teríamos um total próximo a 4 mil trabalhadores sem cobertura previdência apenas entre os que realizam esse deslocamento. Pela tabela 5.12 é possível observar uma maior cobertura previdenciária entre os trabalhadores melhor remunerados (tabela 5.12).

TABELA 5.12 - RENDA APROXIMADA E PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA

FAIXA DE RENDA			PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA			TOTAL
			Sim	Não	Não respondeu	
Renda aproximada	Até R\$ 500,00	Frequência	6	37	2	45
		% do total	1,8%	10,9%	0,6%	13,3%
	De R\$ 500,00 a 750,00	Frequência	8	58	2	68
		% do total	2,4%	17,2%	0,6%	20,1%
	De R\$ 750,00 a R\$ 1000,00	Frequência	17	65	3	85
		% do total	5,0%	19,2%	,9%	25,1%
	De R\$ 1000,00 a R\$ 1500,00	Frequência	13	51	1	65
		% do total	3,8%	15,1%	0,3%	19,2%
	De R\$ 1500,00 a R\$ 2500,00	Frequência	14	34	1	49
		% do total	4,1%	10,1%	0,3%	14,5%
	Acima de R\$ 2500,00	Frequência	5	17	1	23
		% do total	1,5%	5,0%	0,3%	6,8%
	Não Respondeu	Frequência	0	3	0	3
		% do total	0,0%	0,9%	0,0%	0,9%
TOTAL		Frequência	63	265	10	338
		% do total	18,6%	78,4%	3,0%	100,0%

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Para melhor compreender as características do trabalho realizado em Ciudad del Este, e sobretudo a influência dos eventos ocorridos nos anos 2000 sobre o mercado de trabalho local, foram realizadas duas perguntas relativas ao tempo de trabalho. A primeira procurava identificar há quanto tempo o trabalhador atuava na mesma atividade. Como resultado, nota-se que aproximadamente 40% dos trabalhadores entrevistados atuavam há mais de 10 anos na mesma atividade, e apenas 17,2% há menos de 1 ano. A média desta pergunta ficou em 8,9 anos, com mediana de 8 anos de trabalho (tabela 5.13).

TABELA 5.13 - HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESTA ATIVIDADE?

CLASSE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Até 1 ano	58	17,2
1 a 3 anos	46	13,6
3 a 5 anos	31	9,2
5 a 7 anos	24	7,1
7 a 10 anos	45	13,4
Mais de 10 anos	133	39,5
TOTAL	337	100,0

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

A segunda pergunta questionava o tempo em que o trabalhador atuava junto ao mesmo empregador e, caso trabalhasse por conta própria, há quanto tempo realizava esta atividade. Apenas 25,2% dos entrevistados trabalhavam

há menos de 1 ano com o mesmo empregador, enquanto 26,1% estavam há mais de 10 anos com o mesmo empregador. A média foi de 6,6 anos, com mediana de 5 anos. Ou seja, de um modo geral, os vínculos empregatícios no Paraguai alcançam uma duração relativamente longa quando comparados aos vínculos empregatícios no Brasil (tabela 5.14).

TABELA 5.14 - HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA COM O MESMO EMPREGADOR?

CLASSE	Frequência	Percentual (%)
Até 1 ano	85	25,2
1 a 3 anos	56	16,6
3 a 5 anos	43	12,8
5 a 7 anos	21	6,2
7 a 10 anos	44	13,1
Mais de 10 anos	88	26,1
TOTAL	337	100,0

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Uma explicação para este comportamento pode estar nos laços pessoais estabelecidos e na própria dificuldade em trocar de emprego. A ausência de proteção social contra o desemprego também pode auxiliar a explicar essa menor rotatividade do trabalho. Pode-se também atribuir a longa duração média dos vínculos de trabalho a uma relativa estagnação do mercado de trabalho, que ofereceria pouca possibilidade de ascensão por meio da troca de firma.

Em relação ao deslocamento, foram feitas diversas perguntas na tentativa de compreender onde o trabalhador residia e a que distância ficava do trabalho. Nota-se pela tabela 5.15 que a maioria dos trabalhadores gastava menos de 60 minutos no deslocamento de sua casa até o trabalho. Um percentual significativo (48,4%) gastava menos de 30 minutos para realizar esse percurso (tabela 5.15).

TABELA 5.15 - TEMPO DE DESLOCAMENTO ATÉ O TRABALHO

CLASSE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Menos que 15 minutos	34	10,1
De 15 a 30 minutos	129	38,3
De 30 a 45 minutos	78	23,1
De 45 a 60 minutos	66	19,6
Mais de 60 minutos	30	8,9
<b>TOTAL</b>	<b>337</b>	<b>100,0</b>

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Em relação à distância da casa ao trabalho, um número significativo de pessoas não soube responder a questão. Entre os 56,4% que a responderam, 39,9% moravam entre 5 e 10 quilômetros de distância do trabalho, e apenas 6,9% a mais de 20 quilômetros. Porém, 37,2% moravam entre 10 e 20 quilômetros de distância, o que mostra que trabalhar em Ciudad del Este não é algo restrito a apenas alguns bairros da cidade, mas que se dissemina por toda Foz do Iguaçu (tabela 5.16).

TABELA 5.16 - DISTÂNCIA APROXIMADA PERCORRIDA DE CASA ATÉ O TRABALHO – (km)

CLASSE	Frequência	Percentual (%)
Até 5	30	16,0
De 5 a 10	75	39,9
De 10 a 20	70	37,2
Mais de 20	13	6,9
Total válido	188	100,0
Não sabe/não respondeu	150	44,4
<b>TOTAL</b>	<b>338</b>	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Em relação ao local de residência, foi possível observar que os bairros cuja frequência foi maior correspondem aos mais populosos de Foz do Iguaçu, o que mostra uma ausência de padrão em relação aos trabalhadores que se deslocam diariamente ao Paraguai. Esta informação reforça a hipótese de que Foz do Iguaçu compõe, junto com Ciudad del Este, um único mercado de trabalho, ao menos para o brasileiros que para lá se deslocam. Listamos na tabela 5.17 apenas os bairros cuja frequência de resposta foi superior a 1% do total. Nota-se que os outros bairros não listados foram citados por

aproximadamente 30% dos entrevistados, enquanto o bairro com maior frequência, Marumbi, teve 12,1% das respostas (tabela 5.17).

TABELA 5.17 - BAIRRO ONDE RESIDE

BAIRRO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Marumbi	41	12,1	12,1
Vila C	39	11,5	23,7
Três Lagoas	25	7,4	31,1
Porto Meira	18	5,3	36,4
Centro	17	5,0	41,4
Cidade Nova	9	2,7	44,1
Portal da Foz	9	2,7	46,7
Vila Borges	8	2,4	49,1
Vila A	8	2,4	51,5
Jardim América	8	2,4	53,8
Porto Belo	7	2,1	55,9
Jardim Curitibaanos	6	1,8	57,7
Jardim São Paulo	5	1,5	59,2
Jardim Petrópolis	5	1,5	60,7
Parque Imperatriz	4	1,2	61,8
Jardim Ipê	4	1,2	63,0
Jupira	4	1,2	64,2
Outros	101	29,9	94,1
Sem resposta	20	5,9	100,0
TOTAL	338	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Em relação ao modal de transporte utilizado para o deslocamento, em mais de 50% dos casos prevaleceu a combinação de ônibus até a aduana de Foz do Iguaçu e posterior passagem da fronteira a pé. Dos entrevistados, 22,8% iam até a aduana de carro e 8,3% de moto, para depois cruzar a ponte a pé. Outros meios de transporte eram menos significativos. A utilização de veículos como moto-taxi, vans e taxi, e o próprio ônibus que cruza a fronteira, era menos intensa entre os moradores de Foz do Iguaçu que trabalhavam diariamente em Ciudad del Este (tabela 5.18).

TABELA 5.18 - MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA CHEGAR ATÉ O TRABALHO

MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Ônibus e a pé	183	54,1	54,1
Carro próprio	77	22,8	76,9
Moto própria	28	8,3	85,2
A pé	24	7,1	92,3
Outro	11	3,3	95,6
Moto-táxi	6	1,8	97,3
Bicicleta	5	1,5	98,8
Van	3	0,9	99,7
Táxi	1	0,3	100,0
TOTAL	338	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Finalizando o questionário, foram feitas algumas perguntas a respeito da percepção das pessoas em relação a seu trabalho. Quando perguntamos se valia a pena trabalhar no Paraguai, aproximadamente 70% das pessoas responderam afirmativamente, e apenas 27% responderam que não valia a pena, enquanto 2,7% não souberam responder (tabela 5.19).

TABELA 5.19 - VALE A PENA TRABALHAR NESTA CIDADE?

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Sim	236	69,8	69,8
Não	91	26,9	96,7
Não sabe	9	2,7	99,4
Outro	2	0,6	100,0
TOTAL	338	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Quando questionados se valia a pena ou não trabalhar em Ciudad del Este, grande parte dos entrevistados respondeu que sim, apontando como principal razão a remuneração acima da média da cidade (41,6%). Deve-se destacar que esta pergunta admitia mais de uma resposta, o que fez que com o total de respostas fosse 380. A dificuldade em encontrar emprego no Brasil foi apontada como razão para 26,8%, enquanto 12,6% não viam qualquer vantagem ou ainda não quiseram/souberam responder (tabela 5.20).

TABELA 5.20 - POR QUÊ?

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Remuneração maior que a média	158	41,6	41,6
Dificuldade em encontrar emprego no Brasil	102	26,8	68,4
não sabe, não tem, não informou	48	12,6	81,1
Oportunidades profissionais	44	11,6	92,6
Outros	22	5,8	98,4
Menores encargos/impostos	3	0,8	99,2
Estabilidade no emprego	2	0,5	99,7
Salário baixo	1	0,3	100,0
TOTAL	380	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Em relação às desvantagens de trabalhar no Paraguai, a grande maioria dos entrevistados respondeu como principal a ausência de proteção social (41,3%), seguida por aqueles que acreditavam não haver desvantagens (23,7) e os que apontaram outras razões (9,2%), todas com frequência bastante reduzida para compor um item à parte (tabela 5.21).

TABELA 5.21 - QUAIS AS DESVANTAGENS?

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Ausência de proteção social	157	41,3	41,3
Não tem/Não respondeu	90	23,7	65,0
Outros	35	9,2	74,2
Deslocamento	33	8,7	82,9
Insegurança	17	4,5	87,4
Remuneração abaixo da média	16	4,2	91,6
Sujeira/Barulho/Poluição	11	2,9	94,5
Instabilidade no emprego	8	2,1	96,6
Preconceito	7	1,8	98,4
Trabalhar em outro país	4	1,1	99,5
Leis confusas	2	0,5	100,0
TOTAL	380	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor.

Diante dos resultados da pesquisa de campo, cabe fazer algumas considerações sobre os resultados e as interpretações possíveis, de acordo com as hipóteses lançadas quando da elaboração do questionário. Também é

necessário articular as considerações relativas a este trabalho de campo com as informações trabalhadas nos capítulos anteriores.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, a Tríplice Fronteira foi trabalhada sob uma perspectiva econômica, visando compreender melhor o processo de integração local e suas especificidades em relação ao restante do território paranaense. Foi pensado, em princípio, que as cidades da região comporiam um centro dinâmico de uma área muito maior que aquela efetivamente abrangida. As cidades de fronteira, por conta da grande facilidade de intercâmbios internacionais, em comparação com outras cidades, tornam-se lugares diferenciados do restante de seus territórios nacionais.

No caso de Foz do Iguaçu, nota-se um processo de integração econômica que vai além da dependência mútua à dinâmica do turismo, seja para visitação das Cataratas ou o turismo praticado pelos compristas/sacoleiros, levando a uma verdadeira conurbação entre as duas cidades, que leva a uma integração de seu mercado de trabalho com Ciudad del Este. Com o trabalho de campo, ficou comprovado que o movimento de trabalhadores que saem do Brasil em direção ao Paraguai não é apenas uma especificidade dos “laranjas” que, por sua vez, prestam um serviços aos sacoleiros. Tampouco é um movimento que abarca apenas alguns bairros do município. Trata-se de uma verdadeira extensão do mercado de trabalho de Foz do Iguaçu, que ajuda que explica o baixo grau de formalização da cidade, quando comparada a outras de porte semelhante do Estado do Paraná.

Ficou clara também a predominância da movimentação de brasileiros em direção a Ciudad del Este, o que mostra que esta cidade, em termos econômicos, atrai grandes contingentes de trabalhadores brasileiros e que o movimento contrário não é observado na mesma intensidade. Assim, se fosse utilizado este critério para a definição de uma centralidade, certamente Ciudad del Este torna-se centro da região, ainda que as diferenças nacionais expliquem por que Foz do Iguaçu não pode ser considerada apenas como uma cidade-dormitório, o que seria sua provável condição numa aglomeração urbana típica.

Itaipu, apesar de sua importância econômica para o Brasil e o Paraguai, fornecendo energia ao primeiro e importantes divisas ao segundo, tem algumas

características enquanto empreendimento econômico que a aproxima de uma atividade como a mineração, por exemplo. Para utilizar a terminologia da teoria de desenvolvimento polarizado, Itaipu é uma “indústria deslocalizada”. A cadeia produtiva que ela movimenta encontra-se longe da cidade, e os principais benefícios auferidos pelas cidades da fronteira por sua presença são o pagamento de *royalties* e os salários dos trabalhadores locais. Contudo, o contingente relativamente pequeno empregado impede que se forme uma massa salarial grande o suficiente para gerar uma dinâmica endógena de crescimento.

O grande número de funcionários públicos existente em Foz do Iguaçu, por conta da Aduana e da Polícia Federal tampouco é capaz de somar-se a Itaipu e impulsionar o mercado de serviços local. Grande parte da pujança econômica da cidade é explicada pela atividade turística ali existente, motivada pelas Cataratas do Iguaçu, que levou à criação de um grande parque hoteleiro. O turismo, contudo, sofre inúmeras fragilidades enquanto propulsor da economia regional. Está muito sujeito às flutuações do câmbio brasileiro e argentino, e também sofre com o problema da sazonalidade e da competição com outros destinos turísticos, além da forte dependência de investimentos constantes em renovação.

O comércio de fronteira, igualmente sujeito aos problemas da flutuação do câmbio, tem sido uma alternativa importante à flutuação sazonal da visitação às cataratas e a Itaipu. São amplamente debatidas pela literatura as condições que tornaram Ciudad del Este um importante centro comercial, já tendo atingido volumes anuais de vendas que permitiam compará-lo a cidades como Dubai, Miami e Hong Kong. Também têm sido discutidas as razões de sua relativa decadência nos últimos 10 anos. A abertura comercial existente no Brasil e na Argentina nos últimos 20 anos está entre os principais fatores que levaram à redução da importância do comércio nas fronteiras nacionais.

Pelo trabalho realizado nesta tese, também é possível verificar que a dinâmica econômica e demográfica de Foz do Iguaçu está mais articulada aos acontecimentos da economia de fronteira (turismo e comércio) que à dinâmica urbano-industrial que afeta principalmente o leste do Paraná, ou ainda à dinâmica agroexportadora que movimenta as cidades do interior do Estado,

como Cascavel, Londrina e Maringá. Foz do Iguaçu e Ciudad del Este formam, de fato, uma “economia regional”, cuja dinâmica é marcada por características próprias de sua situação fronteiriça. Neste sentido, a continuidade do desenvolvimento econômico deste aglomerado urbano depende de algumas políticas focadas em suas particularidades, o que leva à necessidade de conferir um grau maior de liberdade de comércio à região, em relação às políticas nacionais nesta área.

Caso estas localidades tivessem maior capacidade para decidir sua própria inserção no mercado internacional, certamente seus resultados teriam seguido por uma rota diferente da assumida no final dos anos 1990 e na década de 2000. Por conta desses fatores, acredita-se ser pertinente a utilização da terminologia “região” por conta das particularidades institucionais de seus países, para se referir aos processos econômicos que afetam a população desta localidade.

O futuro econômico desta região e a continuidade de seu desenvolvimento dependem de leis e processos que são definidos longe da região. Entretanto, deve-se destacar a necessidade de considerar suas particularidades como forma de garantir sua inserção plena no desenvolvimento brasileiro.

Dentre as políticas que podem impor mudanças à dinâmica da região pode-se considerar a medida provisória 380, de 29 de junho de 2007, que instituiu o Regime Tributário Unificado (RTU), para a importação de mercadorias do Paraguai. Esta lei, de acordo com Walter Negrão, uma liderança entre os sacoleiros, foi proposta ainda na década de 1990 como forma de criar uma diferenciação tributária para os microempreendedores, ou seja, os sacoleiros, que realizam a importação ilegal de mercadorias.

Na forma como foi proposta em 2007, a lei instituíria uma alíquota de 42,5% sobre algumas mercadorias importadas, até um teto de R\$ 240 mil por ano. A medida, contudo, foi revogada, substituída pela Lei n.º 11.898 de 8 de janeiro de 2009, regulamentada pelo decreto n.º 6.956 de setembro de 2009 que estabeleceu os limites e as mercadorias cuja importação se daria por meio deste processo. No caso, o limite anual teve como teto R\$ 110 mil, divididos da seguinte forma: até R\$ 18 mil para os dois primeiros trimestres do ano e até R\$

37 mil para os dois últimos trimestres, com uma alíquota de 25,05%, correspondendo ao Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados, COFINS-Importação e PIS/PASEP-Importação.

Ficaram excluídas da lei mercadorias como armas e munições, fogos de artifícios, explosivos, bebidas, inclusive alcoólicas, cigarros, veículos automotores em geral, embarcações de todo tipo, inclusive suas partes e peças, medicamentos, pneus, bens usados e bens com importação proibida ou suspensão no Brasil, mas inclusos itens que normalmente compõem a pauta de compra dos sacoleiros, como brinquedos, computadores, máquinas fotográficas e outros bens. A instrução normativa que regulamentou os trâmites legais na Receita Federal passou a vigorar em 1º de janeiro de 2011, de modo que fica impossível analisar os efeitos desta lei no comércio regional de fronteira.

Apesar disso, pode-se imaginar alguns efeitos. Ao câmbio do início de 2011, R\$ 110 mil são aproximadamente R\$ 66 mil dólares por ano por microempresa. Os sacoleiros que optarem pelo regime devem abrir uma microempresa, optando pelo regime Simples (cujo faturamento anual deve ser de até R\$ 240 mil), sobre o qual recolherão ainda os impostos estaduais. A perspectiva de formalização da atividade, aliada aos baixos custos de Ciudad del Este para importação, pode conferir novo impulso ao comércio local, que, desde o início da década de 2000, anda em baixa, por conta do maior rigor da fiscalização.

Os sacoleiros, que arcavam com o risco da perda de mercadorias e com a ilegalidade, passarão a ser contribuintes do fisco, com pequenas empresas habilitadas, inclusive, a participar dos programas oficiais de crédito e de estímulo aos pequenos empreendimentos. Além disso, com a distinção entre as mercadorias permissíveis e as ilegais, trazer uma câmera fotográfica deixará de ser ilegal da mesma forma que trazer cigarros, bebidas, drogas e armas. Há um estímulo para que pessoas que hoje flertam com a ilegalidade se diferenciem definitivamente dos marginais que atuam no tráfico de drogas e armas no país.

A necessidade de sua presença física na fronteira, no ato de importar e transportar as mercadorias, uma vez que o veículo que realizará a importação

deverá estar cadastrado também, certamente servirá como estímulo para que os sacoleiros, agora microempreendedores, possam desfrutar dos serviços e amenidades fornecidos pela cidade de Foz do Iguaçu, como hotéis e restaurantes. Atualmente, a cota legal para atravessar mercadorias pela fronteira é de US\$ 300,00 ou aproximadamente R\$ 500,00 por pessoa, ou seja, cerca de R\$ 6.000,00 por ano.

Estes valores servem para impedir que o consumo realizado por turistas se confunda com importação de mercadorias. Também impede que um sacoleiro possa viver da importação como turista, mesmo com as margens praticadas pelo varejo no Brasil. Como todo sistema de controle, este também sofre de falhas. Um dos meios empregados por muitos sacoleiros é a contratação de “laranjas”, tanto os passadores de mercadorias, que chegam, segundo uma das entrevistadas da pesquisa de campo, a ganhar R\$ 3.500,00 num bom mês, quanto aqueles que viajam junto com o sacoleiro. De todo modo, é uma alternativa de pouca rentabilidade que implica em elevado risco. Com trezentos dólares é possível comprar vários objetos de baixo valor, como óculos, cintos, bolsas, mas poucos bens com maior valor (e maiores margens), como máquinas fotográficas e computadores.

O aumento proporcionado pela lei, apesar de implicar despesas fiscais e legais com a manutenção de uma empresa, permitirá que o sacoleiro movimente sozinho um volume dez vezes maior que o legalmente permitido atualmente, sem o risco de perder as mercadorias e sem ter que contratar “laranjas” ou ficar à mercê da corrupção policial ou da atuação de bandidos. Do ponto de vista regional, os comerciantes de Ciudad del Este certamente poderão usufruir melhor de sua logística de importação, seus contatos na China e em outros lugares para aumentar a escala, diminuir os preços (em relação aos praticados pelos importadores oficiais em São Paulo) e atrair mais pessoas para o local, que por sua vez levaria a mais contratações nas lojas. Além disso, como o RTU está previsto apenas para a aduana brasileira de Foz do Iguaçu, isto beneficia Ciudad del Este frente a Guairá e Pedro Juan Caballero.

Mantidas as tendências atuais, é provável que a região da Tríplice Fronteira siga com sua diferenciação em relação às demais regiões

paranaenses e paraguaias. A apreciação cambial que afeta negativamente a indústria brasileira favorece a importação de produtos do Paraguai, que o RTU poderá finalmente legalizar. Além disso, o turismo é uma atividade muito forte, principalmente em Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, apesar de desfavorecido pelo câmbio valorizado. Isto não impediu, contudo, que no ano de 2010 o Parque Nacional do Iguaçu batesse o recorde de visitação. Grande parte desses turistas aproveitou sua visita para fazer compras no Paraguai e na Argentina, que são rentáveis com câmbio valorizado.

Algumas leis especiais, que permitissem à região a otimização da utilização de sua infraestrutura, como uma regime aeroportuário que possibilitasse uma maior utilização do Aeroporto Guarani em Ciudad del Este, ou ainda um tratamento diferenciado dos municípios em termos tributários, poderia favorecer a implantação de indústrias na região, ainda que num primeiro momento seguissem o modelo das “maquillas” mexicanas. Este seria um verdadeiro estímulo para que o Paraguai superasse ao menos parte de sua histórica dependência externa frente às *commodities*, e talvez aliviasse algumas das tensões represadas sob Itaipu.

De fato, o Paraguai parece ter formulado uma política explícita de atração de investimentos industriais, destacando-se, entre as vantagens comparativas locais, o custo da energia elétrica, muito inferior aos praticados no Brasil e na Argentina. UTEPI (2007) aponta em estudo sobre os elementos do custo país no Paraguai, o baixo preço da eletricidade para consumidores industriais, principalmente para aqueles grandes consumidores, como é o caso das indústrias eletrointensivas. Seria uma possibilidade de tentar, no Paraguai, uma experiência de industrialização pesada, de base, que permitisse a criação de externalidades positivas a partir destas indústrias de base. Obviamente, a posição geográfica de Ciudad del Este contribuiria positivamente nesse processo, principalmente se concluídos alguns investimentos em infraestrutura de transporte que fariam a região mais competitiva.

O desenvolvimento econômico conjunto da região depende do reconhecimento dos processos de integração econômicos que atuam, sobretudo, nas relações bilaterais entre Brasil e Paraguai, de modo ainda mais diferenciado entre Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Compreendida como um

espaço diferenciado na economia brasileira e paranaense, a Tríplice Fronteira pode ser utilizada como “laboratório” para novas práticas político-econômicas, que testem a viabilidade de um modelo de desenvolvimento mais integrado à economia global.

Acreditamos que esta tese ajuda a corroborar a ideia de que é necessário um tratamento diferenciado para estes municípios, como forma de garantir um relacionamento mais harmônico, principalmente com o Paraguai, além de oferecer a possibilidade de geração de emprego, renda e desenvolvimento para as populações que se encontram neste espaço. As condições existentes, caso ignoradas, irão certamente reforçar os problemas existentes na região. Uma alternativa real de geração de empregos, renda e desenvolvimento na para a região está posta. Resta o reconhecimento legal e a aplicação efetiva de medidas que proporcionem as condições necessárias para permitir o desenvolvimento no médio e longo prazo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA MELLO, L.I. Brasil, Argentina e a Balança de Poder Regional. Equilíbrio, Preponderância ou Hegemonia? Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 1991.

ALVES, A.C. O processo de criação de municípios no Paraná: as instituições e a relação entre executivo e legislativo pós 1988. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.111, p.47-71, jul./dez. 2006.

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez., 1996.

AMARAL, A. B. A guerra ao terror e a tríplice fronteira na agenda de segurança dos Estados Unidos. Dissertação de Mestrado. PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2008.

AMIN, A., ROBINS, K. Regresso das economias regionais? A geografia mítica da acumulação flexível. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (Org.) As regiões ganhadoras. Distritos e redes, os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

AMORIM FILHO; O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. XIII Encontro nacional de estudos populacionais. Ouro Preto. Anais... Belo Horizonte, ABEP. 2002.

ANDRADE, M. C. Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1987.

BACKHAUSER, E. Curso de Geopolítica geral e do Brasil. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1952.

BACKHAUSER, E. Problemas do Brasil (estrutura geopolítica). O espaço. Rio de Janeiro: Editora OMNIA, 1933.

BAER, W. A economia brasileira. 2ª edição. São Paulo: Nobel, 2002.

BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY. Paraguay: Análisis Comparado de los Registros de Importaciones para los Principales Socios Comerciales excluidos los países del MERCOSUR - Periodo 2002 – 2006. Banco Central del Paraguay. Gerencia de Estudios Económicos. Departamento de Economía Internacional. 2007.

BARCELOS, A.H.F. Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII. Revista Complutense de historia de América. n.26. 2000. pp.-93-116.

BAUMAN, Z. A modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BECKER, D. A economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, D., WITTMANN, M. L. (orgs.) Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul:Edunisc, 2003, p. 37-66.

BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BESSA, K. C. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o caso de Uberlândia (MG). Caminhos de Geografia. 24(16) 268 - 288, out/2005. Uberlândia. Acesso, 15/02/2009  
[http://www.ig.ufu.br/revista/volume16/artigo24\\_vol16.pdf](http://www.ig.ufu.br/revista/volume16/artigo24_vol16.pdf)

BONELLI, R.; FONSECA, R. Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira. Texto para discussão n. 557. Rio de Janeiro. IPEA, 1998. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td\\_0557.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0557.pdf)

BRANDÃO, C. Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007

BUENO, C. Idealismo e rivalidade na política externa brasileira da república: as relações com a Argentina (1889-1902). in: Simpósio O Cone Sul no contexto internaional; org. Sandra Maria Lubisco Brancato, Albene Mirian F. Menezes – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

CANO, W. FERNANDES, A. C. O movimento do pêndulo: justiça social e escalas espaciais no capitalismo contemporâneo. In: DINIZ, Clelio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). Economia e território. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2005.

CARDIN, E. G. Os trabalhadores das vias públicas de Ciudad del Este: considerações preliminares sobre os mesiteros e suas associações. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan/jun 2010.

CARDIN, Eric Gustavo. O Novo Mundo do Trabalho e o Perfil dos Trabalhadores Informais de Foz do Iguaçu (2002 - 2007). In: CARDIN, Eric Gustavo; DEBALD, Blasius; SOUZA, Keila Rodrigues de. Região & Desenvolvimento: Estudos Temáticos Sobre o Extremo Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu: UNIAMÉRICA, 2009.

CARDOSO, E. Paraguay Independente. 2ª edição. Carlos Schauman Editor, 1988.

CARRÃO, Manuel. Impressões de viagem a Foz do Iguaçu e rio Paraná. Curitiba: Editorial Progresso, 1928.

CAVALHEIRO, E. M.; STAMM, C.; LIMA, J.F. Análise da movimentação turística no município de Foz do Iguaçu (PR) – 1983 a 2000. Informe GEPEC. Toledo: UNIOESTE/GEPEC, v. 7, n.2, p.121-143, jul./dez. 2003.

CEPAL. Globalização e Desenvolvimento. Brasília: Cepal, 2002.

CHIAVENATO, J.J. A Guerra do Chaco (leia-se Petróleo). São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

CHIAVENATO, J.J. Strossner: Retrato de uma ditadura. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CHOY, J.K. Language attitudes and the future of bilingualism: the case of Paraguay. International Journal of Bilingual education and bilingualism. Vol. 6, n.2, 2003.

CONTI, S. Espaço Global versus espaço local: perspectiva sistêmica do desenvolvimento local. In: DINIZ, Clelio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). Economia e território. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2005.

DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. "Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil". Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v.37, n.1, pp.50-84, 1975.

DEFARGES, P. M. A Mundialização – O Fim das Fronteiras. São Paulo: Instituto Piaget, 1993.

DEIRO, D. G.; MALLMANN, M. I. O GATT e a Organização Mundial do Comércio no cenário econômico internacional desde Bretton-Woods. S/d. In: <http://www.pucrs.br/ffch/neroi/artigodaniel.pdf> acesso 10/06/2010.

DGEEC. Atlas Censal del Paraguay, 2002a. <http://www.dgeec.gov.py> acesso em 20 de agosto de 2006.

DGEEC. Censo Nacional de Población y viviendas, 2002b. <http://www.dgeec.gov.py> Acesso em 20 de agosto de 2006.

DIAMOND, J. Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. 5ª Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2007.

DINIZ FILHO, L. L. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (org). Elementos de epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

\_\_\_\_\_. Território e Destino Nacional: Ideologias Geográficas e Políticas Territoriais no Estado Novo (1937-1945). Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. A geografia crítica brasileira: reflexões sobre um debate recente. S/D. disponível em: <http://people.ufpr.br/~diniz/Artigos/A%20Geografia%20Critica%20brasileira.doc>

DINIZ, E. Globalização, Reforma do Estado e teoria democrática contemporânea. In: São Paulo em Perspectiva. Vol. 15, n.4. São Paulo, outubro, 2001.

DIX, A. Geografía Política. Buenos Aires: editorial Labor SA. 1929.

DORATIOTO, F. F. M. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUBEY, V. Definição de Economia Regional. In: SCHWARTZMAN, J. (org.). Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 1977.

FAISOL, SPERIDIÃO (org). Urbanização e Regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.

FERREIRA, C. M. C. "As Teorias da Localização e Organização Espacial da Economia". In: HADDAD, P. R. et all. (orgs.). Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

FIGHERA, D.T. Estado e Território: relações e globalização. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A; SILVEIRA, M.L. (org.) Território Globalização e Fragmentação. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIRKOWSKI, O. L.F.C. in: SILVA, J.B.; LIMA; L.C.; ELIAS, D. (orgs.)Panorama da Geografia Brasileira. V.2. São Paulo: Annablume, 2006.

FISCHER, A. Industrie ET espace géographique. Paris : Masson, 1994.

FOZ DO IGUAÇU. Alternativas para a cidade de Foz do Iguaçu após o ciclo Itaipu. Foz do Iguaçu: Prefeitura Municipal, 1980.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. História da Cidade. In: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home/historia.asp> acesso em 21/02/2009.

FREITAS, J. M. C. A escola geopolítica brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

FRIEDMAN, T. O mundo é plano: uma história breve do século XXI. São Paulo: Objetiva, 2005.

FURTADO, C. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

GALLUP, J. L; GAVIRIA, A.; LORA, E. Geografia é destino? Lições da América Latina. São Paulo: editora UNESP, 2007.

GALLUP, J. L; GAVIRIA, A.; LORA, E. Geografia é destino? Lições da América Latina. São Paulo: editora UNESP, 2007.

GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

GOMES, P.C.C. A condição urbana. Ensaio de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. Geografia e Modernidade. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HADDAD, P. R. Regiões, Regionalismo e desequilíbrios espaciais de desenvolvimento: algumas reflexões. Indicadores Econômicos FEE. Vol. 21, n. 2, 1993. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/562/797> acesso 15/10/2010.

HAESBAERT, R. Região e regionalizações num mundo des-territorializado. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (orgs.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007.

HANSEN, NILES M. Teoria dos pólos de desenvolvimento em um contexto regional. In: FAISOL, SPERIDIÃO (org). Urbanização e Regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993

HIRST, P. THOMPSON, G. Globalização em questão. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

HOFFMAN, R. Estatística para economistas. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

<http://www.undp.org.py/dh/?page=atlas>

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

IBGE. Série Relatórios Metodológicos: Produto Interno Bruto dos municípios. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

\_\_\_\_\_. Regiões de Influência das Cidades 1993. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IMF. World Economic Outlook. Globalization in historical perspective. May, 1997.

INDEC. Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2001. <http://www.indec.gov.ar> acesso em 20 de agosto de 2006.

INFRAERO. <http://www.infraero.gov.br/movi.php?gi=movi> acesso em 22 de agosto de 2006.

IPARDES. Leituras Regionais. Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense. Curitiba: IparDES, 2004.

\_\_\_\_\_. Os vários Paranás. Oeste Paranaense: o 3º Espaço Relevante. Relatório de Pesquisa. Curitiba: IparDES, 2008. Disponível em: [http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/varios\\_paranas\\_completo.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/biblioteca/docs/varios_paranas_completo.pdf)

\_\_\_\_\_. Os Vários Paranás: um estudo socioeconômico-institucional como subsídio aos planos de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPEA. Brasil: o estado de uma nação. Brasília: IPEA, 2005.

\_\_\_\_\_. Configuração atual e tendências da rede urbana. Vol. 1 Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2000a.

\_\_\_\_\_. Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana. Vol. 2. Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2000b.

\_\_\_\_\_. Redes Urbanas Regionais: Sul. Vol. 6 Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Brasília: IPEA, 2000c.

JORGE, A. G. de Araújo. Rio Branco e as Fronteiras do Brasil- uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília – Senado Federal, 1999.

KLEINKE, M. L. U.; et. al. O paraíso dos outros. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, n.88, p.23-36, mai/ago, 1996.

KNOX, P. L. World Cities and the Organization of Global Space. In: JOHNSTON, R.J; TAYLOR, J. P; MICHAEL, J. (editors). Geographies of Global Change. Cambridge, Blackwell Publishers, 1995.

LAINO, D. Paraguai, fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global Editora, 1979.

LAUEN, J. R. A respeito dos pólos de crescimento. In: FAISOL, SPERIDIÃO (org). Urbanização e Regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.

LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J.B.; LIMA; L.C.; ELIAS, D. (orgs.)Panorama da Geografia Brasileira. V.1. São Paulo: Annablume, 2006a.

\_\_\_\_\_. Reconhecendo Metrôpoles: território e sociedade. In: SILVA, C.A. FREIRE, D.G.; OLIVEIRA, F.J.G (orgs.) Metrôpole: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006b.

LIMA, F. R. F. Condicionantes da implantação da indústria automobilística no aglomerado metropolitano de Curitiba. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFPR, 2006. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/4650/1/Disserta%E7%E3o+-+Fernando+R+F+de+Lima.pdf>

LOPES, Sérgio. "Estado do Iguazu": a trajetória de um movimento. Revista Informe GEPEC, vol 08, n. 2 jul;dez, 2004.

LOURENÇO, G. M. A Economia Paranaense em tempos de globalização. Curitiba: Ed. Do Autor, 2003.

MACHADO, R.P. Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MAGALHÃES, M.V.; KLEINK, M. L. U. Projeção da população do Paraná: tendências e desafios. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 98, p. 27-43, jan./jun. 2000

MAGNOLI, D. O que é Geopolítica. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MATTOS, M. Geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977

MELLO, D.L. Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, n.205, v.39, p.48-55. out/dez 1992.

MENDEL, W.W. Paraguay`s Ciudad Del Este and the new centers of gravity. Military Review, Mar-apr- 2002. In: <http://www.offnews.info/downloads/CdadDelEste.pdf>

MENEZES, A. M. A herança de Strossner: Brasil-Paraguai 1955-1980. São Paulo: Editora Papirus, 1987.

MEYER, H.M. Perspectiva da Geografia Urbana. In: HAUSER, P.M.; SCHNORE L.F.(org.). Estudos de Urbanização. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

MISES, L. Ação Humana: um tratado de economia. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal. 1990.

MIYAMOTO, S. Geopolítica e poder nas relações internacionais. In: A Defesa Nacional, n. 712, set-out, 1984.

\_\_\_\_\_. Geopolítica e Poder no Brasil. São Paulo: Editora Papirus, 1995.

MONTENEGRO, S.; BELIVEAU, V. G. La triple frontera : globalizacion y construccion social del espacio. Buenos Aires : Mino y Davila, 2006

MORENO, J. O futuro das cidades. São Paulo, Editora SENAC, 2001.

MOURA, R. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. Tese de Doutorado. UFPR, Curitiba, 2009.

MOURA, R. et all. Geografia crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? REVISTA BIBLIOGRÁFICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES (Serie documental de GeoCrítica) Universidad de Barcelona. Vol. XIII, nº 786, 5 de junio de 2008

MOURA. R.; KLEINKE. M.L.U. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, n.95, p.3-25, jan/abr, 1999.

NAKANO, Yoshiaki. Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial. Revista de Economia Política, São Paulo, 14(4), 1994.

NEUMANN, E. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757. Revista Complutense de Historia de América. 26. 2000. Pp.-73-92.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

NOGUEIRA, M.; GARCIA, R. A. A geografia econômica das cidades médias de Minas Gerais. In: II Simpósio Internacional sobre cidades médias, 2006. Uberlândia. Anais de textos. Uberlândia: LAPUR, 2006.

O'LEARY, J. E. Historia de la Guerra de la Tripe Alianza. Assuncion: Caros Schauman Editor, 1992.

O'SULLIVAN, Arthur. Urban Economics. 5th Ed. McGraw-Hill: New York, 2003.

OHLWEILER, O. A. A era dos blocos econômicos. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/125/319> acesso 25/08/2010.

OHMAE, K. O fim do Estado-Nação. 2ª edição. São Paulo: Editora Campus, 1996.

ONU. Declaração de Estocolmo. 1972. Disponível em: <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/56637/1/Declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20Estocolmo%201972.pdf> Acesso em: 6/3/08

PADIS, P.C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. 2.ed. Curitiba : IPARDES, 2006.

PAELINCK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). Economia Regional. Belo Horizonte, Cedeplar, 1977.

PARANA. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Coordenadoria de Estudos e Projetos. Definições de critérios para a determinação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. Curitiba : SEPL, 1991.

PEREIRA, A. P. M. SEABRA, F. Crises cambiais e bancárias na década de 1990: uma análise de painel aplicada a mercados emergentes. XXXIII Encontro Nacional de Economia. João Pessoa. 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A033.pdf>

PEREIRA, F. M. ; LEMOS, M. B. Cidades médias brasileiras: características e dinâmicas urbano-industriais. Pesquisa e Planejamento Econômico. V.33, n. 1, abril 2003. Brasília. Acesso, 22/01/2009 in: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/88/63>

PERIS, A. F. ; A. C. LUGANI. Um estudo sobre o eixo Cascavel - Foz do Iguaçu, na Região Oeste do Paraná. In: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n. 104, p. 79- 102, jan./jun. 2003.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISOL, SPERIDIÃO (org). Urbanização e Regionalização, relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.

\_\_\_\_\_. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. Economia regional. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PNUD. Atlas de Desarrollo Humano Paraguay 2005.

PORTER, M. E. A vantagem competitiva das Nações. Rio de Janeiro: Campus, 1993

RABOSSI, F. Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira. Tese de doutoramento. UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. Temporalidades Misturadas e Deslocamentos na Fronteira (Ciudad del Este, Paraguai). Colóquio Quantificação e Temporalidade. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2005.

REOLON, C. A. A aglomeração urbana da soja: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense. Dissertação (Mestrado) - UNIOESTE, Toledo, 2007

RICARDO, C. Macha para Oeste: a influência da Bandeira na formação social do Brasil. 4ª edição. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora da USP/José Olympio Editora, 1970.

RICHARDSON, H. W. Economia Urbana. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 1978.

\_\_\_\_\_. Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

\_\_\_\_\_. Elementos de economia regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

RODRIGUES, J. H. Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

ROJAS, I. F. Interesses argentinos em La cuenca del Plata. Ediciones Libera, Buenos Aires, 1975.

ROLIM, C.F.C. Foz do Iguaçu: idéias iniciais sobre a formação de um complexo turístico-exportador. Revista de Economia. Curitiba: UFPR, v.13, n.12, p.51-60, 1987.

ROMERO, J. L. Breve história de la Argentina. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

ROSEIRA, A. M. Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2006.

RUIZ, R. M. As estruturas urbano-regionais do Brasil e Estados Unidos comparadas: um estudo exploratório. XI Seminário sobre economia mineira. Diamantina, 2004. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A009.PDF>

SANTOS, M. O retorno ao território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SIGRID, A. Geopolítica e energia na bacia do prata: o caso emblemático de Itaipu. Anais do I Simpósio internacional de geografia política e territórios transfronteiriços. Foz do Iguaçu, 2008. [http://www.nilsonfraga.com.br/anais/ANDERSEN\\_Sigrid.pdf](http://www.nilsonfraga.com.br/anais/ANDERSEN_Sigrid.pdf) acesso em 12/12/2010.

SOARES, A. T. História da Formação das Fronteiras do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1975.

SOARES, P. R. R. . Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no sul do Brasil. In: Sposito, E. S.; Sposito, M. E. B.; Sobarzo, O.. (Org.) Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 347-364.

SOJA, E. Algunas consideraciones sobre El concepto de ciudades-región globales. Revista Cuadernos IPPUR. Año XX, n. 2 ago-dez 2006. Pp.9-44.

SOUCHAUD, S.; CARMO, R. L. do; FUSCO, W. Mobilidade Populacional e Migração no Mercosul:A fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. Teoria & Pesquisa vol. XVI - nº 01 - jan/jun de 2007.

SOUZA, M. A. A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

STRAUB, Stephane. Evolucion macroeconomica del Paraguay 1989-1997 : burbuja de consumo y crisis financiera. Revista de la CEPAL, Santiago : CEPAL, n.65, p.119-132, ago.1998

TOSTA, Octavio. Teorias geopolíticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRAVASSOS, M. Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942.

\_\_\_\_\_. Projeção Continental do Brasil. 4ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

UFPR. Foz do Iguaçu: Plano de Desenvolvimento Urbano. Curitiba: UFPR, 1974.

URQUIZA, E. Y. La invención del ciudadano y las fronteras entre estado (s) y nación (es): ¿una ciudadanía regional –transnacional en Misiones? In: Nuevos Espacios. Nuevos problemas. Los territorios nacionales. Neuquén, Educo-Universidad Nacional Del Comahue-Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco-Cehepyc, Editores, 2008.

UTEPI. Negocios en el Paraguay: elementos del costo país. Cooperación de la Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2007. In: [http://www.mic.gov.py/images/costo\\_pais\\_paraguay.pdf](http://www.mic.gov.py/images/costo_pais_paraguay.pdf)

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VILLALOBOS, R. Estrategias para mitigar la pobreza rural en América Latina y Caribe: hacia una estrategia de desarrollo campesino en el Paraguay. San José, C.R.: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura: Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola, 1992.

WACHOWICZ, R. C. História do Paraná. 3ª edição. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1972.

WONNACOTT, T. H.; WONNACOTT, R.S. Estatística aplicada à economia e à administração. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1981.

WTO, World Trade Report: Six decades of multilateral trade cooperation: What have we learnt? Geneva: 2007.

ZUGAIB, H. A hidrovía Paraguai-Paraná. Brasília: Instituto Rio Branco, 2007.

## ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO.

### BLOCO I - CONTROLE

Q1. Entrevistador:	Q1.	Q2. Número do Formulário	Q.2
Q3. Data de Observação	/	0 5	/ 2 0 1 0
Q4 Local da entrevista:	Q.4		
<input type="checkbox"/> 1.Ponte (manhã – ida ao trabalho)	<input type="checkbox"/> 2. Ponte (tarde – volta do trabalho)	<input type="checkbox"/> 3.Ônibus	<input type="checkbox"/> 4.Estabelecimento

**BLOCO II – IDENTIFICAÇÃO E TRABALHO**

Q.5 Nome: \_\_\_\_\_

Q.6 Cidade em que trabalha Q.6

<input type="checkbox"/> 1.Paraguai/Ciudad del Este	<input type="checkbox"/> 4.Paraguai/Puerto Franco	<input type="checkbox"/> 7.Paraguai/Outra:
<input type="checkbox"/> 2.Paraguai/Hernandarias	<input type="checkbox"/> 5.Paraguai/Mingua-Guazu	

Q.7.Sexo Q.7

1.Feminino  2.Masculino

Q.8 Idade (anos completos) Q.8

Q.9 Estado Civil Q.9

<input type="checkbox"/> 1.Solteiro (a)	<input type="checkbox"/> 2.Casado (a)	<input type="checkbox"/> 3.Separado(a)/Divorciado(a)	<input type="checkbox"/> 4.Viúvo(a)
---	---------------------------------------	--	-------------------------------------

Q.10 Tem filhos? Q.10

1.Sim  2. Não

Q.11 Quantos? Q.11

Q.12 Nacionalidade Q.12

<input type="checkbox"/> 1.Brasileira	<input type="checkbox"/> 3.Paraguaia	<input type="checkbox"/> 5.Argentina
<input type="checkbox"/> 2.Chinesa	<input type="checkbox"/> 4.Coreana	<input type="checkbox"/> Outros

Q.13 Escolaridade Q.13

<input type="checkbox"/> 1. Nunca Frequentou escola/não sabe ler	<input type="checkbox"/> 4.Ensino Médio incompleto	<input type="checkbox"/> 7. Ensino Superior completo
<input type="checkbox"/> 2.Ensino Fundamental incompleto	<input type="checkbox"/> 5. Ensino médio completo	<input type="checkbox"/> 8. Pós-graduação
<input type="checkbox"/> 3.Ensino Fundamental completo	<input type="checkbox"/> 6. Ensino superior incompleto	<input type="checkbox"/> 9. Outros

Q.14 Local de Residência Q.14

<input type="checkbox"/> 1. Foz do Iguaçu	<input type="checkbox"/> 4. Santa Terezinha do Itaipu (pule para Q.16)	<input type="checkbox"/> 7. Puerto Franco (pule para Q.16)
<input type="checkbox"/> 2. Medianeira (pule para Q.16)	<input type="checkbox"/> 5. Puerto Iguaçu (pule para Q.16)	<input type="checkbox"/> 8. Ciudad del Este (pule para Q.16)
<input type="checkbox"/> 3. Hernandarias (pule para Q.16)	<input type="checkbox"/> 6. São Miguel do Iguaçu (pule para Q.16)	<input type="checkbox"/> 9. Mingua-guazu (pule para Q.16)

Q.15 Em Foz do Iguaçu, qual bairro? Q.15

Q.16 Tempo em que reside neste lugar (meses) Q.16

Q.17 Em que ramo trabalha? Q.17

<input type="checkbox"/> 1. Comércio e Serviços	<input type="checkbox"/> 5. Indústria	<input type="checkbox"/> 9. Agropecuária
---	---------------------------------------	--

<input type="checkbox"/>	2. Transporte	<input type="checkbox"/>	6. Alojamento e Alimentação	<input type="checkbox"/>	10. Saúde e Educação
<input type="checkbox"/>	3. Correios e Telecomunicações	<input type="checkbox"/>	7. Construção Civil	<input type="checkbox"/>	11. Serviços pessoais e domésticos
<input type="checkbox"/>	4. Atividade culturais	<input type="checkbox"/>	8. Atividade não especificada	<input type="checkbox"/>	12. Outros serviços

Q.18 Há quanto tempo trabalha nesta atividade? (meses)

Q.18


Q. 19. Tempo em que trabalha com o mesmo empregador (meses)

Q.19

Q.20 Como chega até o trabalho?

Q.20

<input type="checkbox"/>	1. A pé	<input type="checkbox"/>	5. Moto-Táxi	<input type="checkbox"/>	9. A pé + ônibus
<input type="checkbox"/>	2. Bicicleta	<input type="checkbox"/>	6. Táxi	<input type="checkbox"/>	10. A pé + moto-táxi
<input type="checkbox"/>	3. Ônibus	<input type="checkbox"/>	7. Van	<input type="checkbox"/>	11. A pé + van
<input type="checkbox"/>	4. Moto Própria	<input type="checkbox"/>	8. Carro próprio	<input type="checkbox"/>	Outros:

Q.21 Qual o tempo médio de deslocamento até o trabalho (hora e minuto)

Q.21

		:		

Q.22 Qual a distância aproximada entre sua residência e o trabalho? (km)

Q.22

Q.23. Renda aproximada (com este trabalho)

Q.23

<input type="checkbox"/>	1. Até R\$ 500,00	<input type="checkbox"/>	3. De R\$ 750,00 a R\$ 1000,00	<input type="checkbox"/>	5. De R\$ 1500,00 a R\$ 2500,00
<input type="checkbox"/>	2. De R\$ 500,00 a R\$ 750,00	<input type="checkbox"/>	4. De R\$ 1000,00 a R\$ 1500,00	<input type="checkbox"/>	6. Mais de R\$ 2500,00

Q.24 Possui autorização/permissão para trabalhar no Paraguai (carteira assinada)

Q.24

<input type="checkbox"/>	1. Sim	<input type="checkbox"/>	2. Não	<input type="checkbox"/>	3. Não sabe
--------------------------	--------	--------------------------	--------	--------------------------	-------------

Q.25. Tem proteção previdenciária (INSS)?

Q.25

<input type="checkbox"/>	1. Sim	<input type="checkbox"/>	2. Não	<input type="checkbox"/>	3. Não sabe
--------------------------	--------	--------------------------	--------	--------------------------	-------------

### BLOCO III - Percepções

Q.26 Vale a pena trabalhar nesta cidade?

Q.26

<input type="checkbox"/>	1. Sim	<input type="checkbox"/>	2. Não	<input type="checkbox"/>	3. Não sabe
--------------------------	--------	--------------------------	--------	--------------------------	-------------

Q.27 Por quê? (permite mais de uma resposta)

Q.27

<input type="checkbox"/>	1. Remuneração maior que a média	<input type="checkbox"/>	3. Oportunidades profissionais	<input type="checkbox"/>	5. Menores encargos/impostos
<input type="checkbox"/>	2. Estabilidade no emprego	<input type="checkbox"/>	4. Benefícios sociais	<input type="checkbox"/>	6. Dificuldade em encontrar emprego no Brasil
<input type="checkbox"/>	7. Outro:				

Q.28. Quais as desvantagens?

Q.28

<input type="checkbox"/>	1. Insegurança	<input type="checkbox"/>	3. Instabilidade no emprego	<input type="checkbox"/>	5. Menores Salários
<input type="checkbox"/>	2. Ausência de Proteção Social	<input type="checkbox"/>	4. Preconceito	<input type="checkbox"/>	6. Remuneração abaixo da média
<input type="checkbox"/>	7. Outro: _____				

## ANEXO 2 – TABELAS COM FREQUÊNCIA DOS QUESTIONÁRIOS

T1. - LOCAL DA ENTREVISTA

	LOCAL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL VÁLIDO (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Válidos	Ponte Manhã	195	57,7	57,7	57,7
	Ponte Tarde	142	42,0	42,0	99,7
	Ônibus	1	,3	,3	100,0
	Total	338	100,0	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

T 2 - CIDADE ONDE TRABALHA

	CIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)	PERCENTUAL VÁLIDO (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Válidos	Ciudad del Este	334	98,8	98,8	98,8
	Foz do Iguaçu	2	0,6	0,6	99,4
	Tamanday	1	0,3	0,3	99,7
	Cedral	1	0,3	0,3	100,0
	Total	338	100,0	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

T 3 – SEXO

RESPOSTA	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL VÁLIDO (%)	PERCENTUAL CUMULATIVO (%)
Feminino	115	34,0	34,0
Masculino	223	66,0	100,0
Total	338	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

T 4 - ESTADO CIVIL

ESTADO CIVIL	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL (%)
Solteiro (a)	122	36,2
Casado (a)	186	55,2
Separado (a)	18	5,3
Viúvo (a)	9	2,7
Não Respondeu	2	0,6
Total	337	100,0

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

T 5 – TEM FILHOS?

RESPOSTA	Frequência	Percentual (%)
Sim	236	69,8
Não	101	29,9
Não respondeu	1	0,3
TOTAL	338	100,0

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

## T 6 – NACIONALIDADE

	NACIONALIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL CUMULATIVO
VÁLIDOS	Brasileira	317	93,8	93,8	93,8
	Paraguaia	11	3,3	3,3	97,0
	Argentina	1	,3	,3	97,3
	Libanesa	8	2,4	2,4	99,7
	Inglesa	1	,3	,3	100,0
	TOTAL	338	100,0	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

## T 7 – ESCOLARIDADE

	ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL CUMULATIVO
VÁLIDOS	Nunca Frequentou a escola/não sabe ler	11	3,3	3,3	3,3
	Ensino Fundamental Incompleto	87	25,7	25,7	29,0
	Ensino Fundamental Completo	36	10,7	10,7	39,6
	Ensino Médio Incompleto	35	10,4	10,4	50,0
	Ensino Médio Completo	122	36,1	36,1	86,1
	Ensino Superior Incompleto	34	10,1	10,1	96,2
	Ensino Superior Completo	13	3,8	3,8	100,0
	TOTAL	338	100,0	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

## T 8 - CIDADE DE RESIDÊNCIA

	CIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL CUMULATIVO
VÁLIDOS	Foz do Iguaçu	324	95,9	95,9	95,9
	Santa Terezinha do Itaipu	10	3,0	3,0	98,8
	7	1	0,3	0,3	99,1
	S Ciudad del Este	2	0,6	0,6	99,7
	Não respondeu	1	0,3	0,3	100,0
	TOTAL	338	100,0	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

## T 9 - EM QUAL SETOR DE ATIVIDADE TRABALHA

	SETOR DE ATIVIDADE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL CUMULATIVO
VÁLIDOS	Comércio e Serviços	248	73,4	73,4	73,4
	Transporte	10	3,0	3,0	76,3
	Indústria	7	2,1	2,1	78,4
	Alojamento e Alimentação	11	3,3	3,3	81,7
	Construção Civil	3	0,9	0,9	82,5
	Serviços Pessoais e Domésticos	5	1,5	1,5	84,0
	Servidor Público	1	0,3	0,3	84,3
	24	1	0,3	0,3	84,6
	Laranja	52	15,4	15,4	100,0
	TOTAL	338	100,0	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

## T 10 - COMO CHEGA ATÉ O TRABALHO

	MEIO DE TRANSPORTE	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL CUMULATIVO
Válidos	A pé	24	7,1	7,1	7,1
	Bicicleta	5	1,5	1,5	8,6
	Ônibus	55	16,3	16,3	24,9
	Moto própria	28	8,3	8,3	33,1
	Moto-táxi	6	1,8	1,8	34,9
	Táxi	1	0,3	0,3	35,2
	Van	3	0,9	0,9	36,1
	Carro próprio	77	22,8	22,8	58,9
	Ônibus e a pé	128	37,9	37,9	96,7
	12	11	3,3	3,3	100,0
TOTAL	338	100,0	100,0		

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

## T 11 - RENDA APROXIMADA

	CLASSE DE RENDIMENTO	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL CUMULATIVO
Válidos	Até R\$ 500,00	45	13,3	13,3	13,3
	De R\$ 500,00 a 750,00	68	20,1	20,1	33,4
	De R\$ 750,00 a R\$ 1000,00	85	25,1	25,1	58,6
	De R\$ 1000,00 a R\$ 1500,00	65	19,2	19,2	77,8
	De R\$ 1500,00 a R\$ 2500,00	49	14,5	14,5	92,3
	Acima de R\$ 2500,00	23	6,8	6,8	99,1
	Não respondeu/Não sabe	3	0,9	0,9	100,0
	TOTAL	338	100,0	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

## T 12 - TEM PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA

		FREQUÊNCIA	PERCENTUAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL CUMULATIVO
Válidos	Sim	63	18,6	18,6	18,6
	Não	265	78,4	78,4	97,0
	Outro	10	3,0	3,0	100,0
	Total	338	100,0	100,0	

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

## T 13 - SETOR DE ATIVIDADE E CLASSE DE RENDA MENSAL APROXIMADA

SETOR DE ATIVIDADE	Renda aproximada							Total
	>500	500-750	750-1000	1000-1500	1500-2500	>2500	Não respondeu	
Comércio e Serviços	8	45	72	57	43	20	3	248
Transporte	0	3	2	4	0	1	0	10
Indústria	1	1	1	0	3	1	0	7
Alojamento e Alimentação	3	3	2	3	0	0	0	11
Construção Civil	0	0	2	0	1	0	0	3
Serviços Pessoais e Domésticos	0	4	0	0	1	0	0	5
Servidor Público	0	0	1	0	0	0	0	1
24 Laranja	1	0	0	0	0	0	0	1
Laranja	32	12	5	1	1	1	0	52
Total	45	68	85	65	49	23	3	338

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor

## VARIÁVEIS ESCALARES

## T 14 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS VARIÁVEIS ESCALARES

Questões	RESPOSTAS VÁLIDAS (N)	AMPLITUDE	MÍNIMO	MÁXIMO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
Idade	336	68	5	73	34,84	11,54
Tempo que Reside nesta Cidade (meses)	337	694	2	696	250,31	128,88
Há quanto tempo trabalha nesta atividade? (meses)	337	336	0	336	106,90	81,87
Há quanto tempo trabalha com o mesmo empregador (meses)	337	336	0	336	79,57	71,95
Qual o tempo médio de deslocamento? (minutos)	337	110	10	120	40,51	21,37
Qual a distância aproximada de sua casa até o trabalho (quilômetros)	188	39,0	1,0	40,0	11,31	6,90

FONTE: Banco de dados próprio

NOTA: Elaboração do autor